



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

ROSANA CARVALHO BRITO

**USO VARIÁVEL DOS ARTIGOS DEFINIDOS ANTES DE
POSSESSIVOS EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO
BAIANO (SÉCULO XX)**

ROSANA CARVALHO BRITO

**USO VARIÁVEL DOS ARTIGOS DEFINIDOS ANTES DE
POSSESSIVOS EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO
BAIANO (SÉCULO XX)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.
Coorientadora: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro.

Feira de Santana
2019

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteadó

B875u Brito, Rosana Carvalho

Uso variável dos artigos definidos antes de possessivos em cartas pessoais do sertão baiano (século XX) / Rosana Carvalho Brito. –, 2019.

553 f.: il.

Orientadora: Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda

Coorientadora: Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2019.

1. Português brasileiro. 2. Artigo definido. 3. Cartas pessoais – Século XX I. Lacerda, Mariana Fagundes de Oliveira, orient. II. Carneiro, Zenaide de Oliveira Novais, coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU: 801(814.2)

ROSANA CARVALHO BRITO

**USO VARIÁVEL DOS ARTIGOS DEFINIDOS ANTES DE
POSSESSIVOS EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO
BAIANO (SÉCULO XX)**

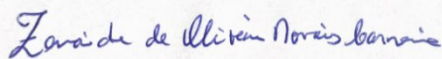
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Coorientadora: Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

Aprovada pela Banca Examinadora em 19/02/19.



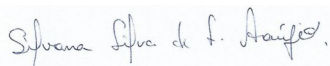
Profa. Dra. Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda
Orientadora – UEFS



Profa. Dra. Zenaide de Oliveira Novais Carneiro
Coorientadora – UEFS



Profa. Dra. Ana Maria Martins – UL



Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo – UEFS

À minha mãe Carmelita, por ser a razão de todas as coisas.
Ao meu esposo Edmilson, pelo companheirismo.
À Profa. Huda, pela amizade e pelo exemplo acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Jeová Deus sempre e por todas as coisas.

À minha mãe Carmelita, pelo exemplo de bondade e por todo esforço e estímulo aos meus estudos.

Ao meu esposo Edmilson, por ter compreendido minhas ausências, por confiar em mim e me estimular sempre.

Às minhas irmãs Carla e Raiane, pelas conversas descontraídas. Aos meus sobrinhos, Arthur e Davi, por serem a minha alegria todos os dias. E a todos os familiares, pelas vibrações positivas.

À Profa. Huda, fonte de inspiração, pelas conversas e instruções fundamentais para meu amadurecimento desde a graduação. Por um dia ter permitido a minha aproximação e, principalmente, por caminhar comigo além dos muros da UEFS.

À minha orientadora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, por me guiar nessa jornada.

À minha coorientadora Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, por me apresentar as veredas do labor científico e pela exigência necessária.

Aos amigos, pelo dom de tornar todas as coisas mais fáceis, em especial a Nilton, Elane, Natália e Laura.

À coordenação do Mestrado em Estudos Linguístico da UEFS, por todas as providências e pela presteza de sempre.

A todos os professores do Programa pelos conhecimentos partilhados.

Às professoras Ana Maria Martins e Silvana Araujo, pelas preciosas contribuições ao meu trabalho.

Aos professores Aroldo Andrade e Alan Baxter, pela generosidade e pelas sugestões.

À professora Hella Olbertz, pela ajuda generosa com a tradução de textos do inglês.

À professora Josane Moreira, pelo auxílio com a utilização do programa GoldVarb-X.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pelo financiamento à pesquisa.

RESUMO

Nesta dissertação, apresenta-se uma análise da variação no uso dos artigos definidos diante de possessivos, em 91 cartas pessoais escritas ao longo do século XX (1906-2000), por 43 redatores pouco escolarizados, oriundos da zona rural dos municípios baianos de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu – *corpus* editado por Santiago (2012). A pesquisa foi desenvolvida a partir dos pressupostos da Linguística Histórica Sócio-Histórica (MATTOS E SILVA, 2008) e com base no aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Quantitativa (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]) e buscou desvelar os fatores linguísticos e sociais determinantes para combinação do artigo com possessivo no *corpus* analisado. Em relação aos contextos linguísticos relevantes, constatou-se que a marcação do artigo é influenciada por fatores de ordem semântica, morfológica e sintática e que a estrutura do constituinte em que o pronome possessivo é realizado também exerce alguma influência sobre a presença do artigo. A variação no uso do artigo diante de possessivo no *corpus* tem também uma base social, evidenciada pela importância estatística dos grupos *naturalidade do remetente*, *localização quando da escrita das cartas*, *data de escrita das missivas* e ainda o *gênero do redator*. Adicionalmente, realizaram-se análises comparativas entre os resultados desta dissertação e os estudos de Floripi (2008) e Callou e Silva (1997). A comparação com os dados de Floripi (2008) revelou que o uso do artigo no *corpus* desta dissertação difere do comportamento desse fenômeno no português clássico, tanto no que concerne às taxas de uso do determinante quanto em relação aos contextos linguísticos observados. Acrescenta-se que, em virtude das limitações da amostra analisada, não foi possível postular a existência de um quadro de competição de gramáticas para a variação de uso do artigo nas cartas baianas do século XX. A comparação com o estudo de Callou e Silva (1997) sugere que, no que concerne aos contextos relevantes para a presença do artigo diante de possessivo, parece haver mais semelhanças do que diferenças entre os polos culto e popular do português brasileiro. Os dados de antropônimo não constituem um contexto de variação para o uso do artigo definido no *corpus* examinado, sendo a ausência do artigo categórica nesse caso. Desse comportamento, emerge um dos resultados originais desta dissertação: no *corpus* examinado, as variações no uso do artigo definido diante de possessivos e antropônimos parecem constituir fenômenos gramaticais distintos.

Palavras-chave: Português Brasileiro. Variação. Artigo Definido. Cartas de Inábeis.

ABSTRACT

It is presented in this thesis an analysis of the variation in the use of definite articles before possessive pronouns in 91 personal letters written by 43 writers throughout the 20th century (1906-2000). These writers had low levels of formal education, they were from the rural areas of the following municipalities of Bahia: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité and Ichu – *corpus* edited by Santiago (2012). The research was developed from the assumptions of Sociohistorical Linguistics (MATTOS E SILVA, 2008) and based on the theoretical-methodological apparatus of Quantitative Sociolinguistics (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]) and sought to uncover the linguistic and social factors which are decisive for the combination of the article with the possessive pronoun in the analyzed *corpus*. In relation to the relevant linguistic contexts, it was found that the marking of the article is influenced by semantic, morphological and syntactic factors and that the structure of the constituent in which the possessive pronoun is performed also exerts some influence on the presence of the article. The variation in the use of the article before the possessive pronoun in the *corpus* also has a social basis, highlighted by the statistical importance of the groups *birthplace of the sender*, *location when writing the letters*, *date of writing of the missives* and also *the genre of the writer*. In addition, comparative analyzes were performed between the results of this thesis and the studies of Floripi (2008) and Callou and Silva (1997). The comparison with the data of Floripi (2008) revealed that the use of the article in the *corpus* of this dissertation differs from the behavior of this phenomenon in classical Portuguese, both as regards the rates of use of the determinant and in relation to the linguistic contexts observed. It is added that, due to the limitations of the analyzed sample, it was not possible to postulate the existence of a grammatical competition framework for the variation of the use of the article in the Bahian letters of the 20th century. The comparison with the study by Callou and Silva (1997) suggests that, regarding the relevant contexts for the presence of the article before possessive pronouns, there seems to be more similarities than differences between the cult and popular poles of Brazilian Portuguese. Anthropometry data do not constitute a variation context for the use of the article defined in the *corpus* examined, and the absence of the categorical article in this case. From this behavior emerges one of the original results of this dissertation: in the *corpus* analyzed, the variations in the use of the definite article before possessives pronouns and anthroponyms seem to constitute distinct grammatical phenomena.

Keywords: Brazilian Portuguese. Variation. Definite article. Letters from Writers with Low Level Education Writers.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Percentual de ocorrências do determinante em DP possessivo	39
FIGURA 2:	Percentagem de uso do determinante em DP possessivo preposicionado	40
FIGURA 3:	Percentagem de uso do determinante em DP possessivo não preposicionado	40
FIGURA 4:	O artigo diante de possessivo no estudo de Rinke (2010)	42
FIGURA 5:	Combinação do artigo com possessivos em jornais baianos	56
FIGURA 6:	Carta do acervo <i>Cartas em Sisal</i>	75
FIGURA 7:	Assinatura da remetente DCO no termo de consentimento	76
FIGURA 8:	Assinatura da remetente DCO na carta 46	76
FIGURA 9:	Assinatura do remetente ACO no termo de consentimento	76
FIGURA 10:	Assinatura do remetente ACO na carta 44	76
FIGURA 11:	Assinatura da remetente ZSS no termo de consentimento	77
FIGURA 12:	Assinatura da remetente ZSS na carta 53	77
FIGURA 13:	Assinatura do redator AFS no termo de consentimento	77
FIGURA 14:	Assinatura da redatora AFS no envelope da carta 8	77
FIGURA 15:	Assinatura da redatora AFS na carta 9	77
FIGURA 16:	Assinatura da redatora AFS na carta 12	78
FIGURA 17:	Assinatura do redator AFS na carta 13	78
FIGURA 18:	Distribuição das cartas por década de escrita	79
FIGURA 19:	Municípios de origem dos redatores	90
FIGURA 20:	Localização das fazendas onde os remetentes nasceram	91
FIGURA 21:	Distribuição dos dados por período considerado	108
FIGURA 22:	Distribuição dos pronomes possessivos no <i>corpus</i>	113
FIGURA 23:	Frequência de uso do artigo diante de possessivo no <i>corpus</i>	114
FIGURA 24:	Realização do artigo por décadas em cartas do sertão baiano	139
FIGURA 25:	Realização do artigo por décadas em cartas do sertão baiano: dados sem preposição	148
FIGURA 26:	Distribuição do artigo nos dados do Português Clássico e nas cartas baianas	153
FIGURA 27:	Frequência de uso do artigo diante de possessivo no Português Clássico e nas cartas baianas	154
FIGURA 28:	Realização do artigo no Português Clássico e nas cartas baianas	155
FIGURA 29:	Uso do artigo em sintagmas preposicionados no Português Clássico e nas cartas baianas	156
FIGURA 30:	Uso do artigo em sintagmas não preposicionados no Português Clássico e nas cartas baianas	156
FIGURA 31:	Realização do artigo com nomes comuns no Português Clássico e nas cartas baianas	157
FIGURA 32:	Realização do artigo com nomes relacionais no Português Clássico e nas cartas baianas	157

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Paradigma dos possessivos no português arcaico	36
QUADRO 2:	<i>Corpora</i> do PB contemporâneo analisados por Silva (1982)	47
QUADRO 3:	Realização do artigo em <i>Corpora</i> do Brasil e de Portugal	53
QUADRO 4:	Variáveis relevantes para o uso do artigo em dados do PB contemporâneo	63
QUADRO 5:	Informações sobre cada remetente do acervo <i>Cartas em Sisal</i>	82
QUADRO 6:	Caracterização da escrita de mãos inábeis do sertão baiano	89
QUADRO 7:	Variáveis independentes linguísticas e sociais	98

QUADRO DO APÊNDICE F

QUADRO 1:	As rodadas realizadas	502
------------------	-----------------------	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Realização do artigo e pessoa do discurso (SILVA, 1998a)	49
TABELA 2:	Uso do artigo e presença de preposição (CALLOU; SILVA, 1997)	51
TABELA 3:	Uso do artigo diante de antropônimo e função sintática (MACEDO-COSTA, 2016)	58
TABELA 4:	Data de escrita das cartas	79
TABELA 5:	Quantidade de cartas por destinatário	92
TABELA 6:	Frequência de pronomes possessivos no <i>corpus</i>	113
TABELA 7:	Realização do artigo e animacidade do substantivo	115
TABELA 8:	Realização do artigo e tipo de possuído	116
TABELA 9:	Realização do artigo e tipo de substantivo	118
TABELA 10:	Tipo de substantivo e uso do artigo com nomes inanimados	119
TABELA 11:	Realização do artigo por tipo de substantivo e preposição	119
TABELA 12:	Realização do artigo e presença de preposição	121
TABELA 13:	Realização do artigo e comportamento da preposição	121
TABELA 14:	Realização do artigo e número do sintagma	123
TABELA 15:	Realização do artigo e função sintática	125
TABELA 16:	Realização do artigo, função sintática e comportamento da preposição	126
TABELA 17:	Realização do artigo e estrutura do constituinte	129
TABELA 18:	Realização do artigo e naturalidade dos remetentes	136
TABELA 19:	<i>Naturalidade dos remetentes</i> sem dados de AFS	137
TABELA 20:	Realização do artigo e localização quando da escrita da carta	138
TABELA 21:	Uso do artigo, naturalidade do remetente e localização quando da escrita e uso do artigo	138
TABELA 22:	Realização do artigo e data de escrita da carta	139
TABELA 23:	Realização do artigo e gênero do redator	140
TABELA 24:	Uso do artigo, gênero e naturalidade do remetente	141
TABELA 25:	Uso do artigo, gênero e localização do remetente	141
TABELA 26:	Realização do artigo e animacidade do substantivo: dados sem preposição	143
TABELA 27:	Realização do artigo e tipo de possuído: dados sem preposição	144
TABELA 28:	Uso do artigo e tipo de substantivos: dados sem preposição	144
TABELA 29:	Realização do artigo e número do SN: dados sem preposição	144
TABELA 30:	Realização do artigo e função sintática: dados sem preposição	145
TABELA 31:	Realização do artigo e estrutura do constituinte: dados sem preposição	145
TABELA 32:	Uso do artigo e naturalidade: dados sem preposição	146
TABELA 33:	Uso do artigo, naturalidade e localização quando da escrita da carta: dados sem preposição	146
TABELA 34:	Uso do artigo e data de escrita da carta: dados sem preposição	147
TABELA 35:	Realização do artigo e gênero do redator: dados sem preposição	148

TABELA 36:	Uso do artigo, gênero e naturalidade do remetente: dados sem preposição	148
TABELA 37:	Uso do artigo, gênero e localização do remetente: dados sem preposição	148
TABELA 38:	Percentual de uso do artigo por número do SN e localização quando da escrita	149
TABELA 39:	Realização do artigo e localização quando da escrita: dados sem preposição	149
TABELA 40:	Realização do artigo e tipo de possuído em dados do PB culto e nas cartas baianas	160
TABELA 41:	Realização do artigo e presença de preposição em dados do PB culto e nas cartas baianas	161
TABELA 42:	Realização do artigo e função sintática em dados do PB culto e nas cartas baianas	162

LISTA DE ABREVIATURAS

DP – Sintagma determinante
L2 – Segunda língua
PB – Português brasileiro
PCl – Português clássico
PE – Português europeu
PP – Sintagma preposicionado
SP – Sintagma preposicionado
P.R – Peso relativo
SN – Sintagma nominal
NP – Sintagma nominal
PREP. – Preposição
POSSE. – Possessivo
NR – Nome relacional
N – Nome comum
ADJ – Adjetivo
ANTR. – Antropônimo
INDEF. – Pronome indefinido
CONJ. – Conjunção
OR. – Oração
ADV. – Advérbio

LISTA DE SIGLAS

CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão
NELP – Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa
NURC – Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil
PHPB – Projeto Para a História do Português Brasileiro
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

LISTA DE SÍMBOLOS

Ø – Posição vazia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
------------	----

PARTE I O FENÔMENO EM ESTUDO

1	O ARTIGO DEFINIDO E O POSSESSIVO: DEFINITUDE, ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL E ASPECTOS TIPOLÓGICOS	23
1.1	O ARTIGO DEFINIDO E O CONCEITO DE DEFINITUDE	24
1.2	A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL	27
1.3	ALGUMAS PROPOSTAS TIPOLÓGICAS PARA ESTRUTURAS POSSESSIVAS	29
1.4	SÍNTESE DA SEÇÃO	34
2	ESTUDOS ANTECEDENTES	35
2.1	USO DO ARTIGO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO	35
2.1.1	Estudos do português europeu em <i>corpora</i> diacrônicos e de sincronias passadas	35
2.1.1.1	<i>Estudos histórico-descritivos</i>	35
2.1.1.1.1	Costa (2002)	35
2.1.1.1.2	Mattos e Silva (2010)	36
2.1.1.2	<i>Estudos de orientação gerativista</i>	38
2.1.1.2.1	Floripi (2008)	38
2.1.1.2.2	Rinke (2010)	42
2.1.1.2.3	Magalhães (2011)	44
2.1.1.2.4	Macedo-Costa (2016)	45
2.1.2	Estudos sobre o português brasileiro contemporâneo	47
2.1.2.1	<i>Silva (1982)</i>	47
2.1.2.2	<i>Silva (1998a)</i>	49
2.1.2.3	<i>Silva (1998b)</i>	50
2.1.2.4	<i>Callou e Silva (1997)</i>	51

2.1.3	Estudos do português brasileiro em <i>corpora</i> diacrônicos e de sincronias passadas e estudos comparativos	53
2.1.3.1	<i>Silva (1982)</i>	53
2.1.3.2	<i>Schei (2009)</i>	55
2.1.3.3	<i>Macedo-Costa (2016)</i>	56
2.2	USO DO ARTIGO ANTES DE ANTROPÔNIMO	57
2.2.1	Estudos diacrônicos do português europeu e do português brasileiro	57
2.2.1.1	<i>Costa (2002)</i>	57
2.2.1.2	<i>Magalhães (2011)</i>	58
2.2.1.3	<i>Macedo-Costa (2016)</i>	58
2.2.2	Estudos sobre o português brasileiro contemporâneo	59
2.2.2.1	<i>Silva (1998a)</i>	59
2.2.2.2	<i>Silva (1998b)</i>	60
2.2.2.3	<i>Callou; Silva (1997)</i>	61
2.3	SÍNTESE DA SEÇÃO	62

PARTE II FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

3	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PB	65
3.1	ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A HIPÓTESE DA DERIVA SECULAR	65
3.2	CONTATO LINGUÍSTICO E TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO	67
3.3	A RELEVÂNCIA DOS <i>CORPORA</i> PARA ESTUDO DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO	69
3.4	SÍNTESE DA SEÇÃO	71
4	MATERIAIS E MÉTODOS	72
4.1	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	72
4.2	APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i> : OS DOCUMENTOS E OS REDATORES	74
4.2.1	Os documentos	74

4.2.2	Os redatores	80
4.3	SOBRE A SELEÇÃO E EXCLUSÃO DOS DADOS	93
4.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	96
4.4.1	Sobre a organização dos grupos de fatores e as rodadas realizadas	98
4.5	AS VARIÁVEIS: CARACTERIZAÇÃO E HIPÓTESES	99
4.5.1	Variável dependente	99
4.5.2	Variáveis independentes linguísticas	100
4.5.2.1	<i>Variáveis linguísticas semânticas</i>	100
4.5.2.1.1	Tipo de possuído	100
4.5.2.1.2	Tipo de substantivo	101
4.5.2.1.3	Animacidade do substantivo	102
4.5.2.2	<i>Variáveis linguísticas sintáticas</i>	103
4.5.2.2.1	Número do SN	103
4.5.2.2.2	Função sintática	104
4.5.2.3	<i>Variável linguística morfológica</i>	105
4.5.2.3.1	Presença de preposição	105
4.5.2.4	<i>Variável linguística estrutural</i>	106
4.5.2.4.1	Estrutura do constituinte	106
4.5.3	Variáveis independentes sociais	107
4.5.3.1	<i>Data de escrita das cartas</i>	108
4.5.3.2	<i>Naturalidade dos remetentes</i>	109
4.5.3.3	<i>Localização do remetente quando da escrita da carta</i>	109
4.5.3.4	<i>Gênero</i>	110
4.6	SÍNTESE DA SEÇÃO	111

PARTE III

ANÁLISE EMPÍRICA: O USO VARIÁVEL DO ARTIGO DEFINIDO EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO

5	A VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE POSSESSIVOS EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO	113
5.1	VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS SIGNIFICATIVAS	115
5.1.1	Variáveis linguísticas semânticas	115
5.1.1.1	<i>Animacidade do substantivo</i>	115
5.1.1.2	<i>Tipo de possuído</i>	116

5.1.1.3	<i>Tipo de substantivo</i>	118
5.1.2	Variável linguística morfológica	120
5.1.2.1	<i>Presença de preposição</i>	120
5.1.3	Variáveis linguísticas sintáticas	123
5.1.3.1	<i>Número do SN</i>	123
5.1.3.2	<i>Função sintática</i>	125
5.1.4	Variável linguística estrutural	128
5.1.4.1	<i>Estrutura do constituinte</i>	128
5.2	VARIÁVEIS SOCIAIS SIGNIFICATIVAS	136
5.2.1	Naturalidade do remetente	136
5.2.2	Localização do remetente quando da escrita da carta	138
5.2.3	Data de escrita da carta	139
5.2.4	Gênero	140
5.3	RODADAS SEM DADOS DE POSSESSIVOS PRECEDIDOS POR PREPOSIÇÃO	142
5.3.1	Contextos linguísticos relevantes	143
5.3.2	Contextos sociais relevantes	146
5.4	SÍNTESE DA SEÇÃO	151
6	ANÁLISES COMPARATIVAS	152
6.1	ANÁLISE DIACRÔNICA	152
6.2	AS CARTAS BAIANAS VERSUS DADOS DE FALA DO PB CULTO	159
6.3	SÍNTESE DA SEÇÃO	163
7	ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DOS ANTROPÔNIMOS NO CORPUS	165
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	171
	APÊNDICES	182

APÊNDICE A – EDIÇÃO E FAC-SÍMILES DOS PRONOMES POSSESSIVOS EM CONTEXTO DE VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO EXTRAÍDOS DE CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO	182
APÊNDICE B – DESTAQUE DOS CONSTITUINTES CONTENDO PRONOMES POSSESSIVOS EM CONTEXTO DE VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO	252
APÊNDICE C – EDIÇÃO E FAC-SÍMILES DE ANTROPÔNIMOS EM CONTEXTO DE VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO EXTRAÍDOS DE CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO	344
APÊNDICE D – DESTAQUE DOS CONTEXTOS DE VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE ANTROPÔNIMOS EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO	407
APÊNDICE E – CHAVE DE CODIFICAÇÃO	499
APÊNDICE F – SOBRE AS RODADAS REALIZADAS	502
APÊNDICE G – RODADAS COM DADOS COMPLETOS	504
APÊNDICE H – RODADAS SEM DADOS COM PREPOSIÇÃO	531
 ANEXO	 549
ANEXO 1 – TERMO DE ANUÊNCIA	549
ANEXO 2 – TERMOS DE CONSENTIMENTO	550

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, apresenta-se um estudo do uso variável dos artigos definidos quando antecedem pronomes possessivos, em um acervo constituído por 91 cartas de caráter pessoal, manuscritas entre 1906 e 2000, com maior concentração de documentos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, por 43 lavradores baianos de baixa escolaridade, naturais dos municípios de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Essa documentação foi reunida e editada por Santiago (2012) e faz parte do banco de dados do projeto *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* – CE-DOHS (Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010). O CE-DOHS é um dos projetos do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana, e é coordenado pelas Professoras Doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

A presente pesquisa atende a uma das agendas do Projeto Nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB) – o estudo gramatical do português brasileiro –, analisando um *corpus* extremamente relevante, de falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita, que permite uma proximidade com os dados da oralidade e apresenta características que possivelmente se aproximam da vertente popular do português brasileiro.

A variação presença/ausência do artigo definido é um aspecto pouco explorado no português brasileiro (PB). Desde a iniciativa precursora de Silva (1982), raros foram os estudos sociolinguísticos que se dedicaram à compreensão desse fenômeno, fato que influenciou a escolha do tema nesta pesquisa. O presente estudo colabora, então, para a discussão sobre o referido fenômeno por ser desenvolvido a partir de textos escritos em sincronias passadas, por pessoas com baixa escolaridade.

Esta pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da Linguística Histórica Sócio-Histórica (MATTOS E SILVA, 2008), considerando os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Quantitativa (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), e tem o objetivo de contribuir para os estudos sobre a formação e a caracterização atual do PB, através da análise da variação presença/ausência do artigo definido antes de possessivos.

Para realizar a análise, fez-se um amplo levantamento de contextos que pudessem influenciar o uso do artigo definido diante de possessivos no *corpus* examinado. Para observar o comportamento desses contextos, esta dissertação foi desenvolvida a partir das seguintes questões:

- i) Quais componentes semânticos são relevantes para o uso do artigo nos dados analisados?
- ii) O contexto sintático exerce alguma influência sobre a realização do artigo no *corpus*?
- iii) A realização do artigo nos dados analisados tem um componente morfológico?
- iv) A combinação do artigo com possessivo tem relação com a estrutura do constituinte em que o pronome possessivo é realizado?
- v) O uso variável do artigo definido diante de possessivos tem uma base extralinguística?

Para essas questões, a partir dos resultados apresentados em estudos antecedentes (*cf.* seção dois), são aventadas, respectivamente, as seguintes hipóteses:

- i) Fatores de ordem semântica relacionados à inerência de posse, ao tipo de nome núcleo do sintagma, à animacidade do referente desse nome e à noção de contabilidade por ele veiculada podem ser relevantes;
- ii) O contexto sintático pode influenciar a combinação do artigo com possessivo no *corpus*, considerando que funções sintáticas preposicionadas e não preposicionadas podem apresentar diferentes padrões de realização do artigo. Considerando que se analisam cartas representativas do português popular brasileiro, a concordância nominal de número também pode ser relevante;
- iii) A realização do artigo antes de possessivos no *corpus* tem uma base morfológica, relacionada à presença de uma preposição, antes do possessivo, com a qual o artigo possa se contrair;
- iv) Diferenças nas estruturas dos constituintes em que ocorre o pronome possessivo podem implicar em diferentes tendências para a realização do artigo no *corpus*;
- v) Considerando os resultados apresentados em Silva (1998b), acredita-se que fatores do contexto extralinguístico também sejam relevantes para a marcação do artigo. Relativamente ao *corpus* examinado, esses fatores podem estar relacionados à estadia dos remetentes em outras localidades e à data de escrita das cartas.

Assim concebida, esta pesquisa está organizada em três partes.

A parte I é composta por duas seções. Na primeira, apresentam-se observações gerais sobre o fenômeno em análise, abordando algumas noções do conceito de definitude e da estrutura do sintagma nominal, além de sintetizar aspectos de propostas tipológicas acerca dos

pronomes possessivos. Na segunda seção, resumem-se os resultados de estudos antecedentes realizados sobre a variação no uso dos artigos definidos.

Na parte II, que é composta pelas seções 3 e 4, são expostos os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa. A terceira seção aborda, sinteticamente, as duas propostas teóricas concorrentes para explicação da gênese do PB – a transmissão linguística irregular e a deriva secular românica – e apresenta alguns aspectos da formação sócio-histórica da vertente popular do PB. A quarta seção, além dos pressupostos teóricos, apresenta o *corpus* da pesquisa, os critérios adotados para seleção dos dados, os procedimentos metodológicos do estudo e as variáveis controladas.

Na parte III, na seção 5, discutem-se os resultados da análise da variação dos artigos definidos diante de possessivos nos dados examinados. Embora o objetivo principal do trabalho não seja o de realizar uma análise comparativa, adicionalmente, na seção 6, os resultados da análise da combinação do artigo com possessivo nesta dissertação são comparados com os dados dos estudos de Floripi (2008) e Callou e Silva (1997). Na seção 7, comenta-se a ausência de determinante diante de antropônimos no *corpus*. Na última seção, resumem-se os resultados da análise desenvolvida e comentam-se as hipóteses iniciais em relação aos resultados encontrados.

PARTE I
O FENÔMENO EM ESTUDO

1 O ARTIGO DEFINIDO E O POSSESSIVO: DEFINITUDE, ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL E ASPECTOS TIPOLOGICOS

A realização facultativa do artigo definido antes de pronomes possessivos e de antropônimos é um fenômeno largamente observado no PB, conforme ilustram os exemplos:

- (1) [...] condo eu Alenbor| dusimhor eu fircoqauzi| chorannodi ir Amizadi ir du| **noso** viver [...] (AFS- 13);
- (2) Pegei na pena para dar **as minhas**| Nutias iu momento obeter **as suas** [...] (GOR- 28);
- (3) Muito eu estimarei que esta duas linha va liacha com saude| vosmece hi toda **Ø sua** Excelentíssima família [...] (FP- 80);
- (4) Quando me levanto pela ma<↑n>hã antes| que a luz do sol me penetre os olhos| **Ø tua** imagem penetra em **Ø meu** coração [...] (RAC- 85);
- (5) [...] para ser| entregue| a **Ø elena**| que manda| e **Ø dete** [...] (BMO- 91).

No PB, as sentenças de (1) a (5) são aceitas como gramaticais e exibem variação regional. O português europeu (PE) parece diferir do PB nesse aspecto. Para a maioria dos autores consultados neste estudo¹, o PE marca categoricamente o artigo diante de possessivo (CASTRO, 2006; FLORIPI, 2008). Antes de antropônimo, Floripi (2008) explica que a presença do artigo é praticamente categórica em PE². Desse modo, no PE, apenas as sentenças (1) e (2) acima são consideradas gramaticais.

Nesta dissertação, procura-se compreender este fenômeno variável no PB, a partir da observação do seu comportamento no acervo *Cartas em Sisal*³. Estando o uso do artigo definido

¹ Dos trabalhos que tratam da combinação do artigo com possessivo localizados neste estudo, somente um faz menção à ausência do artigo diante de possessivo no PE moderno, o trabalho de Carrilho e Pereira (2011). Essas pesquisadoras analisaram amostras de fala características de variedades populares do PE disponibilizadas pelo *Corpus Dialectal para Estudo da Sintaxe – CORDIAL-SIN* (<http://www.clul.ulisboa.pt/en/10-research/314-cordial-sin-corpus>). Trata-se de dados de falantes naturais e residentes em localidades rurais, idosos, com baixa escolaridade ou analfabetos. Os dados de possessivo não precedido por artigo identificados por Carrilho e Pereira (2011) estavam circunscritos a um contexto bem particular: SN contendo nomes de parentesco. Esses nomes, como ficará claro na seção dois desta dissertação, configuraram um dos contextos mais resistentes à implementação do artigo diante de possessivo no PE e seguem bloqueando a presença do artigo no PB. Segundo Carrilho e Pereira (2011), a ausência de artigo diante de possessivo pré-nominal é uma construção sintática conhecida como não-padrão em PE e, nos dados das pesquisadoras, apareceu dispersa por todo o território do PE, com destaque para a área insular. Ressalva-se, no entanto, que, de modo geral, foram poucos os dados de possessivos, com ou sem artigo, precedendo nomes de parentesco na amostra examinada pelas autoras por localidade do CORDIAL-SIN. Em muitas localidades, não se identificaram dados de possessivo não precedido por artigo.

² Sobre a realização do artigo diante de antropônimo no PE, Floripi (2008, p. 217) observa que “Somente no caso dos nomes próprios sem o possessivo, vemos que ainda hoje é possível sua ocorrência sem o artigo quando determinam uma entidade ou pessoa com fortes marcas de definitude/referencialidade, como em [...] ‘**Adão** foi o precursor da humanidade’ [...]” [grifos nossos].

³ Na subseção 4.2, apresenta-se o *corpus* da pesquisa.

ligado à noção semântico-pragmática de definitude, inicia-se, na presente seção, com algumas observações acerca desse conceito, a partir da discussão apresentada por Lyons (1999). Na sequência, comenta-se, resumidamente, a representação estrutural do sintagma nominal, tendo em vista a proposta da *Hipótese de DP*. Por fim, sintetizam-se tópicos de propostas tipológicas para o comportamento dos pronomes possessivos, observando tais pronomes no português.

1.1 O ARTIGO DEFINIDO E O CONCEITO DE DEFINITUDE

Algumas línguas possuem um elemento cuja finalidade é indicar a definitude ou indefinitude do sintagma. Tal elemento, que pode ser um item lexical, como *the* e *a*, no inglês, ou um afixo, como ocorre no árabe, é chamado de **artigo**. Lyons (1999) questiona o que diferenciaria o significado de sintagmas definidos e indefinidos. Segundo o autor, associar a presença do artigo definido ao que é específico ou determinado é uma compreensão vaga, tendo em vista que, em frases como “I bought a car this morning”⁴ (LYONS, 1999, p. 2, [exemplo (1) no original]), não se refere a qualquer carro, como, *a priori*, poderia sugerir a estrutura indefinida *a car*. Nesse caso, pelo menos para o falante, trata-se de um item particular. Por outro lado, se no exemplo supracitado ocorresse *the* em lugar de *a*, tanto para o falante quanto para o ouvinte *car* teria um referente conhecido. Ocorrências desse tipo levam a uma visão de definitude, já referida por Christophersen (1939), denominada de **familiaridade**. Por essa noção, entende-se que a referência de um elemento definido é compartilhada pelo falante e pelo ouvinte. Lyons (1999) aponta, porém, alguns casos aos quais a hipótese da familiaridade parece não se aplicar. Para entendê-los, considere-se o seguinte dado (exemplo (10) no original, p. 3):

(6) **The president of Ghana** is visiting tomorrow⁵.

Nesse caso, o falante aceita a existência de uma personalidade, o presidente de Gana, embora nunca a tenha visto. Introduz-se, nesse ponto, outra noção de definitude, a **identificabilidade**, pela qual, a presença do artigo sugere ao ouvinte que ele está em posição de identificar o referente do SN, associando-o a alguma entidade do mundo real, porque sabe de sua existência ou a infere de algo. Tal conceito não ignora completamente a familiaridade, considerando que esta, quando está presente, é o que sinaliza a possibilidade de reconhecimento do referente pelo ouvinte, a partir do que ele conhece, ou já ouviu falar.

⁴ “Eu comprei um carro hoje de manhã” (tradução nossa).

⁵ “O presidente de Gana está de visita amanhã” (tradução nossa).

Identificabilidade parece ser um conceito mais amplo que familiaridade, mesmo assim não é totalmente adequado em alguns casos. Lyons (1999) observa, por exemplo, que usos associativos do artigo definido, como em (7) e (8), são problemáticos para a identificabilidade:

(7) I've just been to a wedding. **The bride** wore blue⁶.

(8) [Nurse entering operating theatre]

I wonder who **the anesthetist** is today⁷.

Em (7), a referência definida ao nome *bride* é adequada, uma vez que se considera que casamentos tem noivas e infere-se que a noiva em questão é a do casamento mencionado na primeira parte do enunciado. No entanto, o ouvinte não sabe quem é a noiva nem qualquer informação sobre ela. No exemplo (8), *anesthetist* é um nome definido uma vez que parece certo que cirurgias envolvem anestesistas. Por outro lado, o enunciado sugere que o referente do SN definido é desconhecido pelo falante e que este não parece esperar que o ouvinte o identifique.

Ocorrências como as apresentadas em (7) e (8) têm em comum a ideia de **unicidade**, que consiste no emprego do artigo definido para sinalizar que há apenas uma entidade contemplando a descrição usada pelo falante. Lyons (1999) informa que, de modo geral, a unicidade é relativa a um contexto particular, como nos exemplos (7) e (8). Há casos, porém, em que ela é absoluta, como ocorre com os nomes inerentemente únicos, como *sol* e *universo*, que, por denotarem exclusividade, requerem a presença do artigo.

O critério da unicidade, contudo, não parece adequado para explicar a presença do artigo com nomes contáveis no plural e com nomes massivos, pelo fato óbvio de que esses nomes não têm referentes únicos no contexto. À primeira vista, seria possível supor que, nesses casos, a unicidade se aplicaria a um conjunto ou massa, e não a indivíduos. No entanto, conforme Lyons (1999), a abordagem ainda estaria equivocada, uma vez que impossibilitaria a distinção entre o conjunto como um todo e suas subpartes. Para o autor, isso é indicativo de que, pelo menos em relação aos nomes plurais e massivos, a definitude não envolve unicidade, mas **inclusividade**, termo proposto por Hawkins (1978), segundo o qual a referência que satisfaz a descrição no contexto é feita à totalidade dos objetos ou massa. Observa-se, dessa forma, que o conceito de inclusividade assimila o de unicidade. Quando o SN é singular, há inclusividade, mas nesse caso, a totalidade de objetos que contempla a descrição é apenas um.

⁶ Eu acabei de ir a um casamento. A noiva usava azul (tradução nossa).

⁷ [Enfermeira entrando na sala de cirurgia] Eu me pergunto quem é o anestesista hoje (tradução nossa).

Pela exposição de Lyons (1999), os critérios de identificabilidade e inclusividade parecem ser os mais abrangentes. Alguns tipos de uso, como o do exemplo (6), podem ser explicados por essas duas noções. Mas há também ocorrências problemáticas para identificabilidade perfeitamente explicadas pela inclusividade (exemplo 9 [exemplo (29a) no original]). E o inverso também pode ser observado (exemplo 10 [exemplo (46) no original]):

(9) [Nurse about to enter operating theatre]

I wonder who **the anaesthetists** are⁸.

(10) [In a room with three doors, one of which is open]

Close **the door**, please⁹.

No primeiro caso, em que se aplica apenas o critério da inclusividade, a referência é a todos os anestesistas que participarão da cirurgia que está prestes a ser realizada. No exemplo (10), a porta referida não é única, mas pode ser identificada através do verbo *close* (fechar). O ouvinte é capaz de perceber que apenas a porta que está aberta pode ser fechada. Nesse caso, apenas o critério da identificabilidade parece adequado.

Considerando a abrangência dos critérios de identificabilidade e inclusividade, seria possível supor que um SN é definido quando sua referência é caracterizada por uma ou por outra dessas noções de definitude. No entanto, Lyons (1999) adverte que essa não seria uma conclusão satisfatória. Apesar das tentativas de alguns pesquisadores, Lyons (1999, p. 274) explica que “The reality, however, is that no one has shown conclusively that a version or mutation of either identifiability or inclusiveness accounts adequately for all definite uses. Some uses still seem to yield to only one or the other characterization.”¹⁰

Posicionando-se acerca desse impasse, Lyons (1999) sugere que a definitude é uma categoria gramatical e que estaria presente apenas nas línguas que marcam essa categoria, como nas línguas que apresentam artigo definido (no entanto, o autor cita algumas línguas que têm definitude em expressões pronominais, mas não completas). O autor explica que, nas línguas sem marcação de definitude, a interpretação definida consiste em fazer com que o referente seja familiar ou já estabelecido – identificabilidade e não inclusividade, portanto. Reforça essa observação o fato de os demonstrativos, que, segundo o autor, não podem ser caracterizados como inclusivos, serem invariavelmente tratados como definidos em contexto de (in)definição.

⁸ [Enfermeira prestes a entrar em sala de cirurgia] Eu me pergunto quem são os anestesistas (tradução nossa).

⁹ [Em uma sala com três portas, uma das quais está aberta] Feche a porta por favor (tradução nossa).

¹⁰ “A realidade, no entanto, é que ninguém demonstrou conclusivamente que uma versão ou modificação de identificabilidade ou inclusividade engloba adequadamente todos os usos definidos. Alguns usos ainda parecem ceder a apenas uma ou outra caracterização” (tradução nossa).

A partir disso, o autor pontua: “[...] let us say that definiteness is the grammaticalization of identifiability. It may be that identifiability is an element in interpretation in all languages, but in many languages it is not grammaticalized.”¹¹ (LYONS, 1999, p 278).

Lyons (1999) considera, porém, que pode haver usos da definitude não relacionados à identificabilidade, a exemplo dos usos inclusivos. Em uma explicação para isso, de um ponto de vista diacrônico, o autor entende que, quando a identificabilidade passa a ser gramaticalizada como definitude, essa categoria continuará a desenvolver outros usos. Lyons (1999) cita também a possibilidade de casos de identificabilidade (como os genéricos) não serem tratados como definidos em algumas línguas. Em outras, é possível que a definitude seja opcional mesmo em SN claramente interpretado como identificável. Nota-se, dessa forma, que há um leque amplo de variação. Lyons (1999) pontua que “What justifies us in identifying the same category cross-linguistically despite this variation is that there is always a large central core of uses relatable directly to identifiability.”¹² (LYONS, 1999, p 278).

Considerando que é necessário estabelecer um conceito de definitude com o qual se pretende operar neste estudo, pelos apontamentos de Lyons (1999), entende-se que o critério de identificabilidade atende satisfatoriamente a esse fim. Acrescenta-se ainda que, como comentado por Aguiar (2013), a noção de identificabilidade parece ser a que melhor denota a definitude no caso das estruturas possessivas. Nesse caso, entende-se que a posse permite identificar o referente do SN possessivo.

1.2 A ESTRUTURA DO SINTAGMA NOMINAL

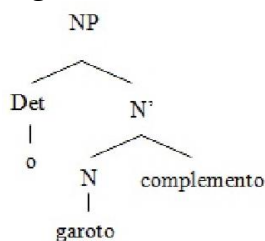
Inicialmente, a partir da proposta de Chomsky (1970; 1986), analisava-se o sintagma nominal (complexo ou nu) como uma categoria lexical do tipo NP¹³, como nas esquematizações a seguir:

¹¹ “[...] digamos que a definitude é a gramaticalização da identificabilidade. Pode ser que a identificabilidade seja um elemento de interpretação em todas as línguas, mas em muitas línguas não é gramaticalizada” (Tradução nossa).

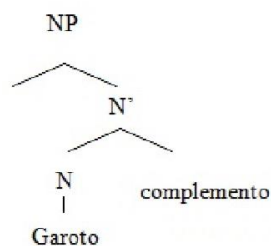
¹² “O que justifica a identificação da mesma categoria em termos linguísticos, apesar dessa variação, é que há sempre um grande núcleo central de usos diretamente ligados à identificabilidade” (Tradução nossa).

¹³ NP, do inglês *noun phrase* (sintagma nominal). Na presente dissertação, utilizam-se as abreviaturas das expressões em português: **SN** para sintagma nominal e **SP** para sintagma preposicionado. As siglas NP (*noun phrase*), PP (*prepositioned phrase*) e DP (*determiner phrase*) são utilizadas somente nos casos em que os trabalhos citados assim as utilizam.

(11) O garoto



(12) Garoto

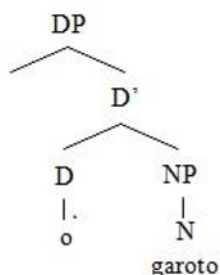
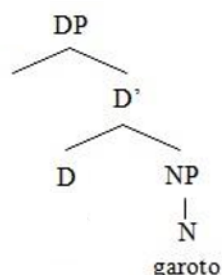


(Extraídos de Meirelles, 2013, p. 2 [exemplos (1) e (2) no original])

Nessas análises, as expressões nominais correspondiam a projeções de um núcleo lexical N. O determinante ocupava a posição de spec, NP e não era projetado.

Em meados dos anos 1980, com os desenvolvimentos da teoria X-barra, lança-se uma nova proposta de representação sintática dos constituintes nominais, a partir dos paralelismos observados entre a sentença e o sintagma nominal. Tal desdobramento entrou para a literatura com a designação de *Hipótese de DP*. Com essa proposta, os determinantes passam a constituir uma categoria máxima, o DP, sendo considerados projeções de um núcleo funcional D (ABNEY, 1987). Entende-se, com essa hipótese, que o DP é uma categoria funcional e seleciona um elemento lexical, o NP. Com isso, os exemplos (11) e (12) representados acima passam a ser formalizados dos seguintes modos:

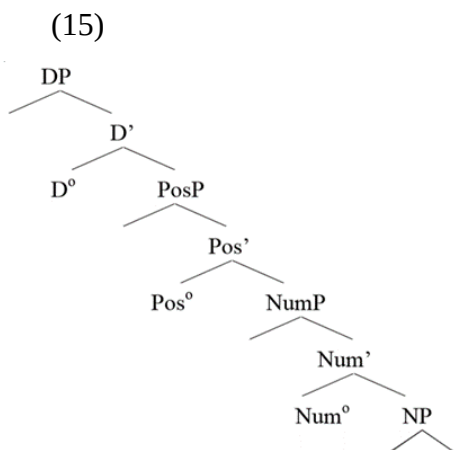
(13) O garoto

(Extraído de Meirelles, 2013, p.2
[exemplo (3b) no original])(14) Garoto¹⁴

Depois da análise de Abney (1987), outras pesquisas ratificaram empiricamente a sua proposta, bem como identificaram outras projeções funcionais. Como observa Floripi (2008), com a *Hipótese de DP*, foi possível acondicionar adequadamente a posição do determinante. Como consequência, a estrutura do DP pode alocar outras projeções funcionais para checagem

¹⁴ Macedo-Costa (2016, p. 49) explica que, para Longobardi (1994), “[...] ainda que o determinante não ocorra, esta projeção funcional [o DP] está presente na estrutura, pois – nesse caso – há uma formação de cadeia entre a posição do nome e a do determinante, produzindo um movimento de N para D”. Desse modo, pela proposta de Longobardi (1994), no esquema em (14) o nome é alçado para a posição D.

de traços, como o de possuidor, número e definitude, situados entre os núcleos nominal e determinante, como na representação a seguir:



(Extraído de Floripi 2008, p. 31 [exemplo (12) no original])

Evidencia-se, assim, que a *Hipótese de DP* representou um avanço para a análise do constituinte nominal.

Tendo apresentado essas breves observações acerca da estrutura do sintagma determinante, na subseção seguinte sumarizam-se algumas propostas tipológicas para estruturas possessivas.

1.3 ALGUMAS PROPOSTAS TIPOLOGICAS PARA ESTRUTURAS POSSESSIVAS

Em relação à análise dos pronomes possessivos no português e nas línguas românicas em geral, Rinke (2010) observa que dois aspectos são considerados:

1. O estatuto categorial dos possessivos como adjetivos ou determinantes;
2. A caracterização dos possessivos como elementos fracos e fortes.

Lyons (1985; 1986) separa as línguas entre as que possuem genitivos determinantes – como o inglês, o russo, o dinamarquês, o francês e o alemão –, em que o próprio possessivo desempenha a função de determinante, dispensando, dessa forma, a presença do artigo; e as línguas que possuem genitivos adjetivos, em que ocorrem possessivos adjetivais, que podem ser combinados com diferentes tipos de artigos e quantificadores. Lyons (1985) esclarece,

contudo, que a distinção entre os dois grupos de línguas não é rígida, visto que uma língua de um tipo pode apresentar traços das línguas do outro.

A proposta de Giorgi e Longobardi (1991) postula a existência de um parâmetro da Gramática Universal, o *Parâmetro de Possessivização*, a partir do qual os elementos possessivos são especificados sintaticamente para serem realizados ou como adjetivos (16) ou como determinantes (17):

(16) Possessivos adjetivos

Il mio cellulare (italiano)

(17) Possessivos determinantes

a. My phone (inglês)

b. Mon portable (francês)

Salienta-se, no entanto, que essa proposta não contempla todas as propriedades possessivas do inglês e do francês, que apresentam mais de uma forma para uma mesma pessoa gramatical no seu paradigma de expressão de posse (CASTRO, 2006).

Schoorlemmer (1998), por sua vez, separa as línguas entre as que têm uma única forma possessiva para cada pessoa em todos os contextos (ou seja, também em contexto de elipse e predicação), nas quais o possessivo ocorre combinado com o artigo (línguas de tipo 1), e as línguas que apresentam mais de uma forma do pronome possessivo, uma para contextos definidos e outra para contextos de isolamento, e que não realizam o artigo em construções possessivas (línguas de tipo 2). A partir dessa distinção, Schoorlemmer (1998) propõe uma generalização esquematizada por Castro (2006) da seguinte forma:

Nenhuma língua combina as propriedades a e c:

a. os possessivos coocorrem livremente com outros artigos;

b. uma construção possessiva com um possessivo definido pode ser indefinida;

c. uma forma especial do possessivo é usada em DPs elípticos (CASTRO, 2006, s/p.).

Castro (2006) destaca que, embora a proposta de Schoorlemmer (1998) seja a mais ampla entre as apresentadas até aqui, a generalização proposta pela autora não abrange os seguintes tipos de línguas:

(i) uma língua em que possessivos pré-nominais não ocorram com determinantes, mas que use a mesma forma possessiva em contextos isolados (predicativos e de elipse de nome) – a e c negativos; (ii) uma língua em que possessivos pré-nominais coocorram com determinantes e que não use a mesma forma em contextos isolados – a e c positivos (CASTRO, 2006, s/p.).

A proposta de Cardinaletti (1998) classifica os possessivos a partir da divisão tripartida dos pronomes apresentada em Cardinaletti e Starke (1999). Por essa classificação, os pronomes podem ser fortes, fracos ou clíticos. Diferentemente dos pronomes fortes, os fracos e clíticos não podem ser acentuados, modificados e coordenados. Os clíticos distinguem-se ainda por representarem categorias do tipo X^o (núcleo), diferentemente dos pronomes fracos e fortes que são analisados como XP (categoria máxima).

Considerando o *Parâmetro de Possessivização*, o português seria uma língua de possessivo adjetival. Por outro lado, pela distinção estabelecida por Schoorlemmer (1998), o português seria de tipo 1. Contudo, Castro (2006) aponta algumas peculiaridades do português, que não se adequam nem à tipologia de Lyons (1985, 1986), nem às propostas de Giorgi e Longobardi (1991) e Schoorlemmer (1998):

1. O PB possui possessivos determinantes, mas a mesma forma é utilizada em posição de isolamento;
2. Em dialetos do Sul de Portugal, os possessivos coocorrem com artigos, mas uma forma diferente de possessivo é usada em contextos isolados;
3. Os possessivos focalizados em SN definidos não podem ser pós-nominais;
4. Os possessivos pré-nominais estão excluídos de SN indefinidos.

Castro (2006) propõe que, no português, os possessivos fortes e fracos são homófonos. Os pré-nominais são núcleos e ocupam a posição D e os pós-nominais são XP. A autora se baseia em quatro aspectos para explicar que os possessivos pré-nominais do português são núcleos:

- i) Podem ser modificados por advérbios fracos, mas não por advérbios XP;
- ii) Só são focalizados *in situ* por estratégia de acentuação (única disponível para núcleos);
- iii) Realizam-se em D, sendo responsável pela interpretação definida do sintagma nominal;
- iv) Sendo elementos fracos, são passíveis de redução fonética.

Como Castro (2006), Miguel (2002) identifica no sistema possessivo do PE a existência de formas fortes, pós-nominais. Em relação aos possessivos pré-nominais, além das formas fracas do tipo núcleo, reconhecidas também por Castro (2006), Miguel (2002) aponta dados de um dialeto não padrão do PE em que as formas fracas pré-nominais correspondem a categorias máximas (XP), uma vez que podem ser focalizados e coordenados. E ao contrário do que opera no dialeto padrão, na variedade não dominante, é possível ainda a combinação do possessivo pré-nominal com artigo indefinido, com uma leitura de indefinido específico.

Além dos aspectos concernentes ao Português de um modo geral, Castro (2006) considera as diferenças entre as variedades brasileira e europeia dessa língua. Para tanto, a autora observa três construções: possessivos pré-nominais, SN com nomes de pessoas e SN genéricos.

Observando que o possessivo pré-nominal ocorre sempre em contextos em que o SN tem uma interpretação definida e que a forma possessiva é excluída quando o SN é interpretado como não definido, Castro (2006) conclui que o possessivo pré-nominal é definido de alguma forma, ocupando a posição D, sendo o artigo, nesse contexto, um elemento expletivo. Nesse caso, o que diferencia PE e PB é que o artigo expletivo é foneticamente realizado no primeiro e nulo no segundo.

Longobardi (1994) argumenta que nomes próprios singulares por si só são especificados. No italiano, explica o pesquisador, os nomes próprios sem determinante resultam da subida do nome para a posição D. Ratifica essa observação as ocorrências de possessivo combinado com nome próprio. Dados com possessivo posposto ao nome próprio não indicam interpretação contrastiva. Também nesse caso, é o nome que sobe para D, atravessando a posição em que o possessivo se encontra. Segundo o autor, quando o artigo definido é realizado nesse contexto, ele é semanticamente vazio. Castro (2006) esclarece que, como o PB não licencia construções do tipo **Joaquinita minha*, não é possível falar em subida do nome para D. Com isso, um artigo expletivo ocorre no PB, assim como ocorre no PE, mas, no primeiro, não é foneticamente realizado.

Longobardi (1994) explica que, nos sintagmas nominais genéricos, o nome permanece na posição N e um artigo expletivo (foneticamente realizado ou não) é inserido em D. Também nesse caso, a diferença entre PE e PB é devida às propriedades morfo-fonológicas do artigo, cuja realização foneticamente nula é permitida apenas na variedade brasileira do Português.

Por fim, Castro (2006) observa que, com nomes comuns, o artigo se comporta da mesma forma em PE e PB. A realização do artigo antes de possessivo, nomes próprios e nomes genéricos é que diferencia as duas variedades de português. Para dar conta do comportamento

do artigo expletivo diante de possessivo pré-nominal, Castro (2006) expande a proposta de Longobardi (1994):

A proposta de Longobardi (1994) para os nomes próprios e genéricos é aqui estendida aos contextos de possessivos pré-nominais. O que se assume é que o possessivo realizado em D é suficiente para marcar a definitude e especificidade, bem como os traços gramaticais como número. Assim, o artigo que emerge (numa configuração de núcleos adjungidos) é expletivo (CASTRO, 2006, s/p.).

Rinke (2010), à semelhança de Castro (2006), observa que os possessivos do português não se encaixam nas tipologias citadas no início desta subseção. O trabalho de Rinke (2010) mostra que o uso do artigo com possessivo era escasso no início da fase arcaica da língua portuguesa, mas generaliza-se no século XIX. À primeira vista, essa ampliação na marcação do determinante poderia sugerir uma mudança paramétrica. O português, então, teria passado de uma língua com genitivo determinante para uma língua com genitivo adjetivo. Porém, os dados de Rinke (2010) mostram que essa interpretação pode não ser correta. A autora observa que:

1. Embora em número reduzido, desde o século XIII, registra-se a realização de artigos indefinidos e de demonstrativos com possessivos, característica de possessivos fortes ou adjetivais;
2. Até mesmo as formas fracas ou átonas do possessivo podiam combinar-se com determinantes;
3. Encontram-se casos com possessivos pós-nominais sem artigo até o século XVI, apesar de os possessivos pós-nominais, sendo formas fortes, tipologicamente serem acompanhados pelo artigo.

Por esses dados, Rinke (2010) conclui que a variabilidade no emprego do artigo não é resultado de uma mudança paramétrica (de uma gramática com possessivo determinante para uma gramática com possessivo adjetival), nem reflete a existência de séries com possessivos fortes e fracos. A autora defende que

[...] o desenvolvimento diacrónico da combinação dos artigos definidos com os possessivos reflecte a difusão do artigo definido, que se estende no seu emprego, cada vez mais, aos contextos possessivos. A proposta é, mais precisamente, que não é o próprio pronome possessivo que sofre mudança, mas o artigo definido que, já existindo no português antigo, se estende aos contextos possessivos. (RINKE, 2010, p. 131)

A mudança no artigo definido deu-se, inicialmente, com a gramaticalização do demonstrativo latino e sua reanálise como artigo definido nas línguas românicas. Essa gramaticalização teria iniciado em contextos específicos (contextos em que há a intenção do falante em se referir a um indivíduo em meio a outros) e daí se estendido aos contextos não-específicos. De fato, em estudo anterior de vários textos medievais, Rinke e Kupisch (*apud* RINKE, 2010) identificaram ausência de artigo apenas em contextos não-específicos. Relacionada a isso, está a constatação de Rinke (2010) de que o uso do artigo se dá inicialmente em SN com interpretação de tópico e, posteriormente, estende-se aos demais sintagmas possessivos.

Feitos esses apontamentos, esclarece-se que, na presente seção, não se pretendeu esgotar a discussão sobre as propostas tipológicas para os pronomes possessivos no Português, menos ainda para os antropônimos¹⁵. Expuseram-se alguns aspectos que orientam uma compreensão preliminar acerca das diferenças entre as línguas no que concerne à combinação do artigo definido com o pronome possessivo.

1.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, fez-se uma apresentação geral do fenômeno em estudo.

Comentaram-se, brevemente, os conceitos de definitude apresentados por Lyons (1999). A partir da discussão sistematizada por esse autor, nota-se que o conceito de identificabilidade parece ser o mais amplo. É com essa compreensão de definitude que se trabalha nesta dissertação.

Referiu-se também às modificações na forma de representação estrutural das expressões nominais. Nessa direção, a *Hipótese de DP* representou um avanço significativo, possibilitando o estudo específico de uma nova categoria, o DP, e abrindo caminho para a identificação e análise de outras projeções funcionais.

Por fim, sumarizaram-se aspectos de propostas tipológicas para os pronomes possessivos. Observa-se que essas propostas consideram, sobretudo, o estatuto categorial do possessivo enquanto forma determinante ou adjetiva, forte ou fraca. Castro (2006) e Rinke (2010) entendem que nenhuma das abordagens referidas contempla o comportamento dos possessivos na língua portuguesa.

¹⁵ Sobre tipologia dos antropônimos, ver Handschuh (2017).

2 ESTUDOS ANTECEDENTES

Nesta seção, apresentam-se, sumariamente, os resultados apontados em trabalhos antecedentes sobre o uso variável do artigo definido antes de possessivos e de antropônimos.

2.1 USO DO ARTIGO ANTES DE PRONOME POSSESSIVO

2.1.1 Estudos do português europeu em *corpora* diacrônicos e de sincronias passadas

Neste item, comentam-se alguns trabalhos desenvolvidos com dados do português europeu a partir de *corpora* diacrônicos ou de sincronias passadas. Aqui, esses estudos estão organizados em dois blocos: trabalhos histórico-descritivos e trabalhos desenvolvidos a partir do referencial teórico gerativista.

2.1.1.1 Estudos histórico-descritivos

2.1.1.1.1 Costa (2002)

Costa (2002) analisou o uso variável do artigo definido antes de possessivos e de antropônimos em textos escritos entre os séculos XIII e XVI, abrangendo, desse modo, toda a fase arcaica da língua portuguesa. A autora mostra que, nesse período, a ausência do artigo é superior à sua presença, situação que começa a se alterar na passagem para o português moderno. Almejando uma diversidade de estilos nos escritos, Costa (2002) utilizou textos de diferentes naturezas, quais sejam:

- 32 documentos notariais, produzidos entre 1281 e 1484;
- *Crônica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, cuja obra se situa entre 1418 e 1454;
- *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (doravante DVV) e *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* (doravante DLNL), ambos de João de Barros e que seriam representativos do fim do período arcaico e início do período moderno.

A autora comenta a influência de seis variáveis sobre o uso do artigo antes de possessivo (*tipo de possessivo, número, tipo de sintagma, tipos de preposição, formas como a preposição se apresenta e função sintática do SN*), apresentando seus resultados em percentagens. Costa (2002) contabilizou 1384 ocorrências de possessivos, das quais 13,3% são precedidas por

artigo. As maiores frequências de uso do artigo antes de possessivos foram localizadas nos textos do final do período arcaico (28,57% para o DVV e 37,87% para o DLN).

Quanto ao *tipo de possessivo*, Costa (2002) identificou maior favorecimento à realização do artigo com o pronome *seu* em todos os *corpora*. Em relação ao *número*, a autora observou que a presença do artigo é maior diante de possessivo singular. Na análise do *tipo de sintagma*, sintagmas preposicionados lideram a presença do artigo em todos os textos consultados.

Controlando o *tipo de preposição*, Costa (2002) verificou que a preposição *de* foi a que mais favoreceu a presença do artigo nos textos do português arcaico. A presença do artigo foi inibida, sobretudo, com as preposições *perante*, *por*, *ante*, *até* e *conforme*. Analisando a *forma como a preposição se apresenta*, observou-se que as preposições com as quais o artigo pode contrair-se favorecem a presença desse elemento antes de possessivos. Nesse caso, segundo a autora, “[...] a tendência aí é preposição e artigo serem vistos como único morfema” (COSTA, 2002, p. 296), como observam também Silva (1982; 1998a) e Callou e Silva (1997).

Quanto à *função sintática*, Costa (2002) observou que a presença do artigo é maior nas funções de sujeito e objeto direto: 40,32% dos sintagmas possessivos precedidos por artigo tinham a função de sujeito e 54,83% de objeto direto.

Em síntese, o estudo de Costa (2002) mostra alguns contextos relevantes para a presença do artigo no português arcaico. Observando o comportamento da variação nos textos do final do período arcaico (DVV e DLNL), a autora conclui que o uso do artigo antes de possessivo “[...] vem intensificando-se ao longo do tempo”. Destaca-se que as duas ocorrências de artigo antes de antropônimo no *corpus* analisado pela pesquisadora foram encontradas nesses textos.

2.1.1.1.2 Mattos e Silva (2010)

Mattos e Silva (2010), analisando *A mais antiga versão dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*, provavelmente elaborada no século XIV, apresenta um mapeamento das formas assumidas pelos possessivos nessa documentação, conforme o quadro:

Quadro 1: Paradigma dos possessivos no português arcaico

Possuidor		Um		Mais de um	
Referência	Num. Gen.	Singular	Plural	Singular	Plural
Primeira Pessoa	Masc.	Meu	Meus	Nosso	nossos
	Fem.	Mha	Mhas	Nossa	nossas
Segunda Pessoa	Masc.	Teu	Teus	Vosso	vossos
	Fem.	Ta			
Terceira Pessoa		Singular		Plural	
	Masc.	Seu		seus	
	Fem.	sa	sua	sas	

Fonte: Adaptado de Mattos e Silva (2010, p. 174 [sem numeração no original]).

O sistema de possessivos apresentado no quadro 1 é distinto do que se observa no português atualmente. Enquanto as formas masculinas permanecem as mesmas, as femininas *mha*, *ta* e *sa* vieram a desaparecer. O paradigma do português arcaico diferencia-se também na terceira pessoa, apresentando duas formas para o feminino (*sa* e *sua*). E em relação ao estatuto forte e fraco dos pronomes, contando, em alguns casos, com diferentes formas a depender da posição forte ou fraca do possessivo no sintagma: as formas *sa/sas*, *mha/mhas* e *ta*, em todos os casos, precederam o nome (posição átona), enquanto a forma *sua*, que ocorreu apenas quatro vezes no *corpus*, ou o sucedeu (exemplos (18) [exemplos 1.4.20 e 2.2.8 no original]) ou o substituiu (exemplos (19) [exemplos 2.3.36 e 2.3.35 no original]):

(18)a. Non tirara a calça sua

b. Sen ajuda sua

(19)a. A terra muito alongada da sua

b. Nen avia de compartir sen entendimento pelas fazendas dos outros senon pela sua.

Conforme a exposição de Mattos e Silva (2010), na fase do português arcaico recoberta pela versão examinada dos *Diálogos de São Gregório*, há preferência pela ausência do artigo antes do possessivo (69%). O artigo pode ocorrer tanto nos casos em que o possessivo é realizado em posição pré-nominal (exemplo (20) [2.38.22 no original]) quanto nos contextos em que o possessivo é núcleo do sintagma (exemplo (21) [2.3.23 no original]):

(20) Se eu non tirar este corpo diante **os** vossos olhos nunca vos mostrarei...

(21) Avian costumes mui contrairos **aos** seus.

Mattos e Silva (2010) constatou maior presença do artigo nas ocorrências em que o possessivo é o núcleo do sintagma. Relativamente aos contextos em que o possessivo precede o nome, a autora esclarece que “[...] não observamos nenhuma razão para a escolha ou não do artigo, a não ser a de melhor definir o objecto designado pelo nome” (MATTOS E SILVA, 2010, p. 182).

2.1.1.2 Estudos de orientação gerativista

2.1.1.2.1 Floripi (2008)

Floripi (2008), através da análise de 23 textos¹⁶ de escritores portugueses nascidos entre 1600 e 1850, materiais disponibilizados pelo *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe* (ou *Corpus Tycho Brahe*)¹⁷, apresenta um mapeamento da mudança na realização do artigo no sintagma determinante (DP) possessivo no português clássico (PCI). Contando com o expressivo número de 10.700 DP possessivos em contexto de variação do artigo em posição pré-nominal, a pesquisa de Floripi (2008) identifica um aumento na realização do determinante, sobretudo a partir de 1700, como se observa no gráfico¹⁸:

¹⁶ A autora consultou os seguintes textos:

Século XVI:

- Fernão Mendes Pinto (1510-1583) *Perigração* (52.555 palavras).
- Francisco de Holanda (1517-1584) *Da Pintura Antiga* (52.538 palavras).
- Diogo do Couto (1542-1606) *Décadas* (selecção, prefácio e notas de Antônio Baião) (47.448 palavras).
- Luis de Sousa (1556-1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras).
- F. Rodrigues Lobo (1579-1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

Século XVII:

- Manuel da Costa (1601-1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras).
- Antônio Vieira (1608-1697) *Sermões* (53.855 palavras).
- Antônio Vieira (1608-1697) *Cartas* (57.088 palavras).
- F. Manuel de Melo (1608 - 1666) *Cartas* (58.070 palavras).
- Antônio das Chagas (1631-1682) *Cartas Espirituais* (54.445 palavras).
- Manuel Bernardes (1644 - 1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras).
- J. Cunha Brochado (1651 - 1735) *Cartas* (35.058 palavras).
- Maria do Céu (1658-1753) *Rellacao da Vida e Morte da Serva de Deos a Veneravel Madre Elenna da Crus* (27.410 palavras).
- André de Barros (1675-1754) *A Vida do Padre Antônio Vieira* (52.055 palavras).
- Alexandre de Gusmão (1675-?) *Cartas* (32.433 palavras).

Século XVIII:

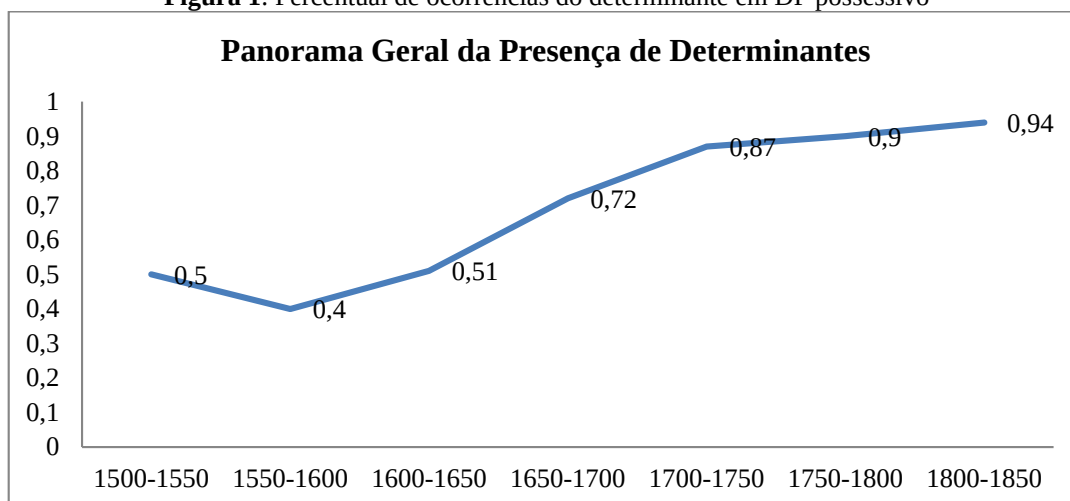
- Cavaleiro de Oliveira (1702 – 1783) *Cartas* (51.080 palavras).
- Matias Aires (1705 - 1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras).
- Luís Antônio Verney (1713-1792) *Verdadeiro Método de Estudar* (49.335 palavras).
- Antonio da Costa (1714-?) *Cartas do Abade Antonio da Costa* (27.096 palavras).
- Correia Garção (1724 - 1772) *Obras Completas* (24.924 palavras).
- Marquesa D'Alorna (1750-1839) *Cartas e outros Escritos* (49.512 palavras).
- Almeida Garrett (1799-1854) *Viagens na minha terra* (51.784 palavras).

Século XIX:

- Ramalho Ortigão (1836 - 1915) *Cartas a Emília* (32.441 palavras). (FLORIPi, 2008, p. 122-123)

¹⁷ Sobre o *Corpus Tycho Brahe*, acessar <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>>.

¹⁸ Seguindo a classificação dos textos do *Corpus Tycho Brahe*, Floripi (2008) separou os textos analisados pela data de nascimento dos redatores e não pelo ano de escrita da obra. Preserva-se, no gráfico, os valores percentuais no formato utilizado pela autora no trabalho original, utilizando uma escala de 0 a 1.

Figura 1: Percentual de ocorrências do determinante em DP possessivo

Fonte: Extraída de Floripi (2008, p. 138, Gráfico 2).

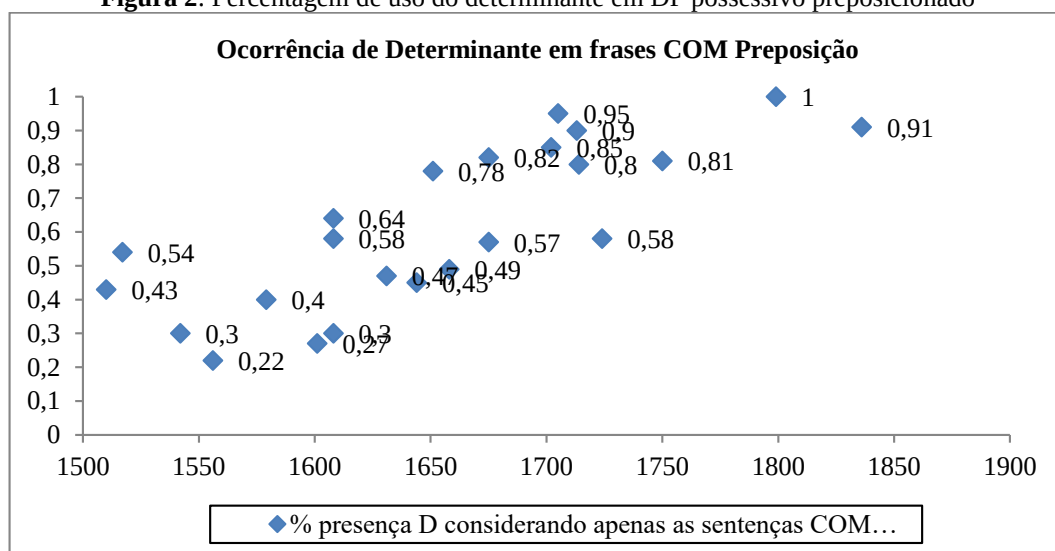
Em relação aos contextos que influenciam o uso do artigo antes de possessivo no PCl, Floripi (2008) observa que não há muitas diferenças entre a marcação do artigo em DP possessivo em posição inicial absoluta ou em posição interna à sentença. Considerando o *número* do possessivo, constatou-se que o uso do artigo é ligeiramente superior com o singular. Quanto ao *tipo de possessivo*, há elevação no uso do artigo com todos os pronomes; destaca-se, no entanto, o comportamento dos possessivos de primeira pessoa do plural cujo aumento no uso do determinante estabiliza-se antes dos demais possessivos. A evolução no uso do artigo foi semelhante em possessivos masculinos e femininos, proximidade observada também entre a realização do artigo em DP possessivo com uma e com duas palavras. Quanto ao *elemento que precede o possessivo*, não se identificaram muitas diferenças no uso do artigo em contextos em que esse pronome é antecedido por um nome, por um verbo ou por outro elemento¹⁹. A realização de uma preposição antes do possessivo e o tipo de nome núcleo do sintagma, como se verá, foram contextos relevantes para a combinação do artigo com possessivo.

Para localizar temporalmente a mudança nos textos no que concerne ao uso do artigo diante de possessivo na transição do PCl para o PE, Floripi (2008) considerou dois aspectos: o tipo de núcleo do sintagma (nome próprio, comum ou relacional) e a presença ou não de preposição. Em que pesem as diferenças de frequência na realização do artigo com os diferentes tipos de nome, em todos eles a marcação do artigo se eleva a partir de 1700, acompanhando a tendência geral de mudança observada na figura 1. Os percentuais de marcação do artigo também foram distintos nos sintagmas precedidos e não precedidos por preposição, mas em ambos se verifica um aumento no uso do determinante na virada do século XVII para o XVIII.

¹⁹ Floripi (2008) utilizou os contextos citados neste parágrafo na classificação dos seus dados, mas não apresenta mais informações sobre a hipótese subjacente a cada um ou o aporte teórico que os sustenta.

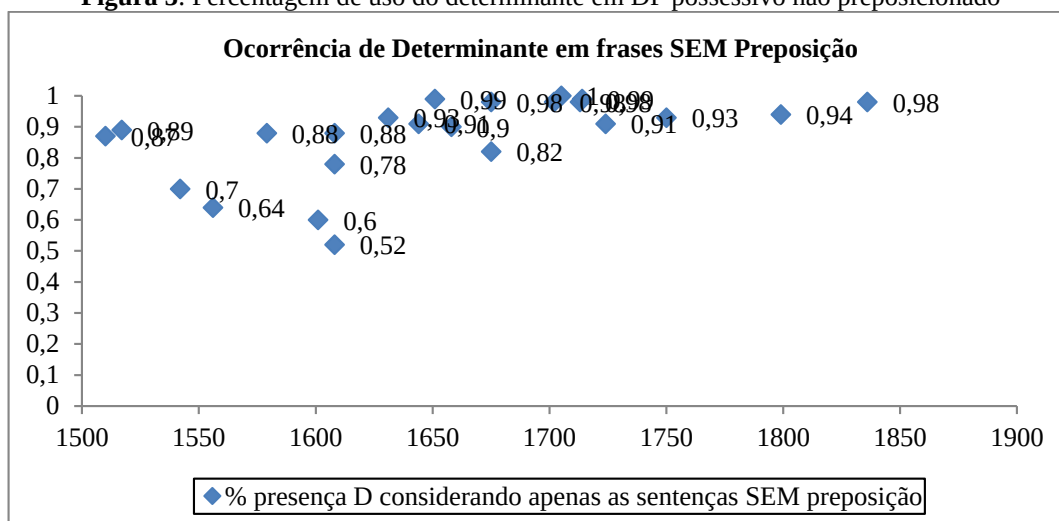
Floripi (2008) postula que o comportamento variável do determinante junto ao DP possessivo nos textos do PCI é decorrente da competição entre duas gramáticas²⁰: a gramática do tipo italiano, em que o possessivo, por não possuir o traço [+definitude], é sempre precedido pelo artigo; e a gramática do tipo francês, com possessivo determinante que dispensa a presença o artigo²¹. Por esse processo de competição de gramáticas, conforme Floripi (2008), não deveriam existir diferenças acentuadas entre a realização do artigo em sintagmas preposicionados e não preposicionados. Porém, a variação do determinante nos textos do PCI revelou justamente o contrário, como mostram os gráficos a seguir:

Figura 2: Percentagem de uso do determinante em DP possessivo preposicionado



Fonte: Extraída de Floripi (2008, p. 193, Gráfico 41).

Figura 3: Percentagem de uso do determinante em DP possessivo não preposicionado



Fonte: Extraída de Floripi (2008, p. 194, Gráfico 42).

²⁰ Sobre o fenômeno da competição entre gramáticas, ver Kroch (1994; 2001).

²¹ Para identificar as gramáticas em competição, a autora adotou a proposta de tipologia de Schoorlemmer (1998).

Vê-se, por esses resultados, que, até 1700, há nítido favorecimento da presença do artigo em sintagmas não preposicionados. Entendendo que o processo de competição de gramáticas não explica essas diferenças, Floripi (2008) postula que há uma segunda variação em questão, condicionada pela realização ou não da preposição antes do DP possessivo. Considerando a hipótese da projeção estendida de Grimshaw (1991)²², a autora conclui que

[...] as preposições encontradas junto aos DPs possessivos nos dados do Português Clássico eram capazes de licenciar os traços de definitude em D por projeção estendida, permitindo que o artigo fosse omitido em alguns casos. Isso explica o fato de que muitos DPs preposicionados não realizavam o artigo [...]. (FLORIPÍ, 2008, p. 206)

Floripi (2008) propõe que a contração da preposição com o determinante pode não ter uma marcação morfológicamente visível. Dessa forma, a menor frequência de realização do determinante em DP preposicionado decorre da afinidade entre os núcleos PP e DP, com a marcação fonológica facultativa do traço de definitude do artigo.

A pesquisadora também esboça uma proposta de interpretação para os diferentes padrões de marcação do artigo quando se considera o tipo de núcleo do sintagma. A presença do determinante é mais favorecida com nomes próprios (pessoas, lugares etc.), e os nomes relacionais são os que mais inibem a realização do artigo. Tais resultados indicam que a referencialidade do SN influencia o licenciamento do artigo definido.

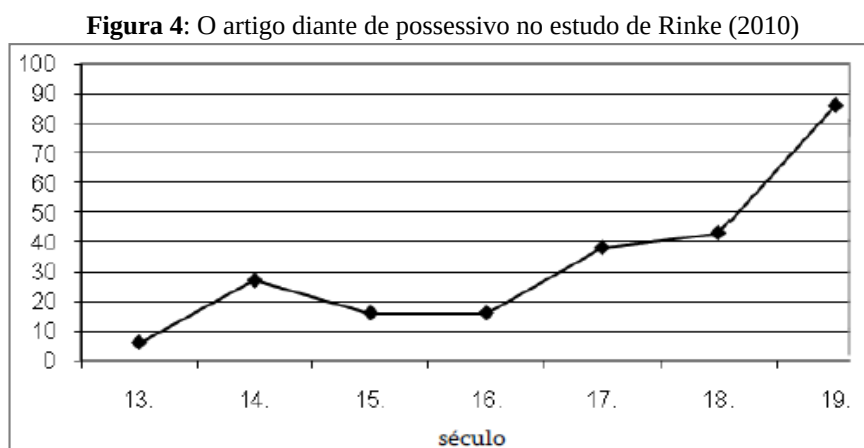
De acordo com a proposta tipológica de Schoorlemmer (1998), a definitude do DP pode ser marcada no possessivo (quando esse possui os traços [+posse] e [+definitude]), que se move para D, ou pela realização do artigo com o possessivo, quando o artigo se move para D⁰ para checagem dos traços de definitude. Quando, no DP, há um nome próprio, a marca forte de referencialidade desse nome tem efeito sobre seus elementos adjacentes no sintagma. Com isso, o pronome possessivo que o acompanha é projetado sem o traço [+definitude], exigindo a presença do artigo para marcar a definitude do DP inteiro. Por outro lado, os nomes relacionais, não possuindo traços intrínsecos de referencialidade, permite que o possessivo licencie o traço [+definitude]. Dotado de tal traço, o possessivo move-se para D para checá-lo, dispensando a presença do artigo.

²² A hipótese da projeção estendida parte da noção de identidade entre as categorias de um núcleo funcional que se combinam formando uma unidade. Por essa proposta, o DP é uma projeção estendida do nome, já que há uma identidade entre N e D, assim como há uma identidade entre esses elementos e P, já que ambos possuem traços complexos nominais. O núcleo N e as projeções DP e PP formam, desse modo, uma mesma categoria.

Em resumo, Floripi (2008) explica que, no PCl, a variação do artigo em DP possessivos sem preposição revela a competição entre a gramática do tipo italiano e a gramática do tipo francês, com nítido favorecimento da primeira a partir de 1700, acarretando o desaparecimento da gramática do tipo francês no PE contemporâneo. Em um primeiro momento da variação, a realização fonológica facultativa do determinante, quando contraído com a preposição, conduz à interpretação de que a sua presença era menos frequente em sintagmas preposicionados.

2.1.1.2.2 Rinke (2010)

Rinke (2010) analisa o desenvolvimento diacrônico da combinação do artigo definido com pronome possessivo em textos portugueses do século XIII ao XIX. Os resultados encontrados pela autora são expostos na figura 4:



Fonte: Extraído de Rinke (2010, p. 130, Diagrama 1).

O gráfico mostra que a presença do artigo era bastante reduzida até o século XVII. Somente a partir do século XVIII, a taxa de realização do determinante eleva-se até generalizar-se no século XIX, quando a ausência do artigo resiste apenas nos contextos que envolvem nomes de parentesco. Essa ampliação poderia fazer supor uma mudança tipológica de uma língua com genitivo determinante para uma língua com genitivo adjetivo. Porém, a autora adverte que alguns aspectos dos dados analisados questionam essa hipótese, quais sejam:

- “Primeiro, embora a combinação de possessivo e determinante ocorra raramente na base de dados, existem casos em que o possessivo é acompanhado dum artigo indefinido ou demonstrativo, opção restrita aos possessivos fortes ou adjetivais.” (RINKE, 2010, p.130);

- “Segundo, encontram-se exemplos com possessivos pós-nominais sem artigo até ao século XVI [...], embora possessivos pós-nominais formem parte do paradigma forte que, tipologicamente, vem acompanhado de determinantes” (RINKE, 2010, p.131).

A partir dessas observações, Rinke (2010) argumenta que a mudança ocorreu não no possessivo, mas no artigo definido, que já existia no português antigo, inicialmente utilizado como marcador anafórico ou de tópico discursivo, mas que é progressivamente gramaticalizado, estendendo seu uso aos contextos de posse. A autora apresenta alguns aspectos que sugerem que, de fato, esse uso se amplia a partir dos sintagmas possessivos que denotam referência anafórica.

Primeiro, no século XIV, dos 48 registros de possessivos precedidos pelo artigo definido, em 21 o possessivo foi antecedido pelos adjetivos *dito/dicto* ou *sobredito/sobredicto*. A realização do artigo com alguns argumentos verbais e em determinadas posições sintáticas também sugere sua função de tópico. Por esse raciocínio, a hipótese é que o artigo seja mais realizado em sujeitos, o que realmente foi constatado pela autora. Nos seus dados, o artigo foi realizado em 72% dos sintagmas possessivos em função de sujeito. Acrescenta-se que, nos dados do século XIV, a marcação do artigo foi maior em sintagmas sujeito do que em sintagmas com outras funções. Os resultados de Rinke (2010) também apontam para uma presença maior do artigo em sujeito pré-verbal do que em pós-verbal. Considerando que o português antigo assim como o moderno são línguas de ordem sujeito-verbo-objeto, o sujeito em primeira posição tende a ser interpretado como tópico.

A mudança diacrônica atestada por Rinke (2010) envolveu também o posicionamento do possessivo, tendo em vista que, no século XIII, a relação existente, no português moderno, entre o tipo de artigo (se definido ou indefinido) e a posição do possessivo em relação ao nome ainda não existia²³.

²³ Rinke (2010) observa que, no português moderno, a posição do possessivo depende do artigo que antecede o nome. Dessa forma, quando o SN é precedido por artigo definido ou alguns tipos de quantificadores, o possessivo ocorre em posição pré-nominal ((1) e (2)). Por outro lado, nos casos em que um artigo indefinido, ou certos tipos de quantificadores ou cardinais, acompanha o nome, o possessivo ocupa a posição pós-nominal ((3) a (6)):

- (1) O meu gato.
- (2) Aquela tua prima.
- (3) Um amigo meu.
- (4) Alguns colegas meus.
- (5) Três cartas suas.
- (6) Um meu amigo.

(RINKE, 2010, p. 124 [exemplos 4a, 4b, 5a, 5b, 5c, 5d no original])

Essa última ocorrência é aceita por alguns falantes do PE. Sobre esse uso, ver Miguel (2002).

Por esses resultados, o trabalho de Rinke (2010), além de mostrar que há uma ampliação na combinação do artigo com o possessivo na história do português, é indicativo de que o uso do artigo se deu inicialmente como marcador anafórico e indicador de tópico discursivo.

2.1.1.2.3 Magalhães (2011)

Magalhães (2011) analisou 12 textos de autores portugueses nascidos entre os séculos XVI e XIX (textos disponibilizados pelo *Corpus Tycho Brahe*²⁴), a fim de estabelecer os pontos inicial e final da variação do artigo diante de possessivo. A autora constatou que a presença de preposição influenciou significativamente na demarcação da periodização da variação.

Magalhães (2011) observou que, em contextos onde não há preposição, o uso do determinante diante de possessivo já era variável nos textos do século XVI. Essa variação torna-se bastante rarefeita na metade do século seguinte e desaparece no século XVIII, quando a presença do artigo diante de possessivo torna-se categórica. Nos sintagmas preposicionados (SP), a autora constatou outra cronologia. Nesse contexto, a ausência de artigo era categórica no século XVI. Só na metade do século XVII, os textos exibem um uso variável do artigo diante de possessivo em SP. Até o século XIX, nos SP, o uso do artigo diante de possessivo era variável, enquanto, nos sintagmas sem preposição, a presença do artigo já estava generalizada.

Identificando essa interferência da presença da preposição na demarcação do início e do final da variação, Magalhães (2011) especula que o PE abarca duas histórias para o uso do artigo diante de possessivo: uma para os contextos sem preposição e outra para os SP. A autora postula que isso seja decorrente de uma exigência, no PE, de algum elemento antecedendo o pronome possessivo. Por isso, a variação no uso do artigo em SP foi observada mais tardiamente

²⁴ A autora consultou os seguintes textos:

Século XVI:

- Luis de Sousa (1556-1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires* (52.928 palavras).
- F. Rodrigues Lobo (1579-1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno* (52.429 palavras).

Século XVII:

- Manuel da Costa (1601-1667) *Arte de Furtar* (52.867 palavras).
- António Vieira (1608-1697) *Sermões* (53.855 palavras).
- António Vieira (1608-1697) *Cartas* (57.088 palavras).
- F. Manuel de Melo (1608 - 1666) *Cartas* (58.070 palavras).
- Manuel Bernardes (1644 - 1710) *Nova Floresta* (52.374 palavras).
- J. Cunha Brochado (1651 - 1735) *Cartas* (35.058 palavras).

Século XVIII:

- Cavaleiro de Oliveira (1702 – 1783) *Cartas* (51.080 palavras).
- Matias Aires (1705 - 1763) *Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna* (56.479 palavras).
- Correia Garção (1724 - 1772) *Obras Completas* (24.924 palavras).

Século XIX:

- Ramalho Ortigão (1836 - 1915) *Cartas a Emília* (32.441 palavras). (MAGALHÃES, 2011, p. 126-127)

e se estendeu até o século XIX. Reforça essa hipótese a observação de Magalhães (2011) de que, nos textos em que ainda existia ausência do artigo antes de possessivo, quando o sintagma tinha função de sujeito, o possessivo era sempre precedido por uma partícula (conjunção, pronome indefinido etc.); ou ocorria em posição de objeto, nesse caso sendo precedido pelo verbo.

Por fim, considerando a proposta tipológica de Schoorlemmer (1998), Magalhães (2011) relaciona a variação do artigo diante de possessivo no PCl a um processo de competição de gramáticas. Nas palavras da autora,

[...] no período clássico, o PE apresentava duas gramáticas, uma em que Pos tinha o traço de definitude variável, por isso ele precisava subir para D, o que ocasionava a ausência do artigo diante do possessivo. E a outra em que Pos não tinha o traço de definitude variável, não precisava subir para D e o artigo podia co-ocorrer livremente com o possessivo. (MAGALHÃES, 2011, p. 141)

Assim, quando o artigo não ocorria diante de possessivo, este último “subia” para preencher a posição D, possibilitando a interpretação da definitude.

2.1.1.2.4 Macedo-Costa (2016)

Macedo-Costa (2016) apresenta uma ampla descrição dos DP no PCl, analisando 16 textos sintaticamente anotados, disponibilizados pelo *Corpus Tycho Brahe* (século XVI ao XIX)²⁵, e no PB, consultando artigos de jornais publicados na Bahia entre meados do século

²⁵ A autora utilizou os seguintes textos disponibilizados pelo *Corpus Tycho Brahe*:

Século XVI:

- (1542) – Décadas – Diogo do Couto (c_007) (47.605 palavras).
- (1502) – História da Província de Santa Cruz – Pero Magalhães de Gandavo (g_008) (22.944 palavras).
- (1510) - Peregrinação – Fernão Mendes Pinto (p_001) (47.580 palavras).
- (1556) - A vida de Frei Bartolameu dos Mártires – Luis de Souza (s_001) (53.986 palavras).

Século XVII:

- (1597) – Gazeta – Manuel de Galhegos (g_001) (28.839 palavras).
- (1675) – Vida do apostólico Padre Antônio Vieira – André de Barros (b_001) (52.055 palavras).
- (1658) – Vida e Morte de Madre Helena da Cruz – Maria do Céu (c_002) (27.419 palavras).
- (1608) – Sermões – Padre A. Vieira (v_004) (53.855 palavras).

Século XVIII:

- (1705) - Reflexões sobre a vaidade dos homens – Matias Aires (a_001) (56.479 palavras).
- (1750) – Cartas, Marquesa de Alorna – Marquesa de Alorna (a_004) (49.900 palavras).
- (1702) – Cartas, Cavaleiro de Oliveira – Cavaleiro de Oliveira (Fco. Xavier) (c_001) (51.234 palavras).
- (1757) – Entremezes de Cordel – José Daniel Rodrigues da Costa (c_005) (24.252 palavras).

Século XIX:

- (1799) – Teatro, Almeida Garret – J. B. da Silva L. de Almeida Garret (g_004) (44.252 palavras).
- (1802) – Memórias do Marquês da Fronteira e d’Alorna – Marquês de Fronteira e d’Alorna (a_003) (54.588 palavras).
- (1826) – Maria Moisés – Camilo Castelo Branco (b_005) (24.265 palavras).

XIX e meados do século XX. A pesquisadora considerou o uso variável do artigo diante de nomes próprios, pronomes possessivos e nomes inalienáveis. Sobre o uso do artigo antes de possessivo nos dados do PCl, sintetizam-se os seguintes pontos do estudo de Macedo-Costa (2016):

- No tocante à *função sintática*, no século XVI, a omissão do artigo é maior em SN em função de objeto (86%) do que em sujeito (69%). Nos séculos XVII e XVIII, as diferenças são pouco significativas entre as duas funções. Mas, no século XIX, a realização do artigo é bem superior em SN objeto (85% vs. 55% para os sujeitos), o que parece estar relacionado ao tipo de núcleo do sintagma: “[...] o nome relacional ou de parentesco influencia no apagamento do artigo de maneira mais significativa na posição de sujeito do que na posição de objeto” (MACEDO-COSTA, 2016, p. 180);
- Quanto ao *tipo de nome*, a mudança referente à implementação do artigo diante de possessivo é mais nítida em sintagmas com núcleo nominal comum e mais tardia com nomes relacionais. Enquanto nos resultados de Floripi (2008) o uso do artigo com nomes relacionais torna-se expressivo a partir da metade do século XVIII, Macedo-Costa (2016) identifica inibição da presença do artigo com esses nomes até o século XIX;
- Em *sintagmas com e sem preposição*, há um aumento gradual no uso do artigo com possessivo ao longo dos séculos. Somente em posição de sujeito, os possessivos apresentavam uma taxa maior de emprego do artigo no século XVI (31%). Também nesse ponto há uma distinção em relação aos resultados de Floripi (2008). Essa autora observou que o uso do artigo se generaliza inicialmente entre os sintagmas sem preposição e identificou, já nos textos do século XVI, um índice elevado de marcação do artigo em todos os NP não preposicionados.

Segundo Macedo-Costa (2016), há, nos dados do PCl, um quadro de competição entre gramáticas envolvendo um item lexical (o pronome possessivo) que permite duas inserções: uma com artigo e a outra sem. Na primeira, o possessivo possui traços fracos de definitude e não se move para D (gramática com genitivo adjetivo). O que determina a definitude do sintagma, nesse caso, é o preenchimento da posição D pelo próprio artigo. Quando o artigo não é realizado, o possessivo mantém traços fortes de definitude e realiza o movimento para D (gramática com genitivo determinante). Dessa forma, o que garante a leitura definida do

• (1836) - Cartas a Emília, Ramalho Ortigão – Ramalho Ortigão (o_001) (32.441 palavras). (MCEDO-COSTA, 2016, p. 114-115)

sintagma é o preenchimento da posição D pelo artigo definido (quando realizado) ou pelo alçamento ou inserção do possessivo nessa posição. A partir disso, Macedo-Costa (2016) conclui que, nos dados que analisa, o artigo diante de possessivo não é apenas um expletivo.

2.1.2 Estudos sobre o português brasileiro contemporâneo

Apresentam-se, neste tópico, resultados de alguns estudos sobre a combinação do artigo com possessivo em dados do português brasileiro contemporâneo.

2.1.2.1 Silva (1982)

O trabalho de Silva (1982) é referência no estudo da variação no uso do artigo antes de possessivo. Para observar o comportamento desse fenômeno no PB contemporâneo, a autora considerou *corpora* orais e escritos²⁶. Apresentam-se, neste item, as pontuações da pesquisadora acerca dos dados de fala analisados e dos testes de uso e atitudes realizados, como detalhado no quadro 2:

Quadro 2: *Corpora* do PB contemporâneo analisados por Silva (1982)

CORPORA	DESCRIÇÃO
<i>Corpora</i> Orais	• Dados de fala de quatro informantes (um homem e três mulheres), três deles fazendo curso superior e um concluinte do segundo grau; • Dados de fala de cinco jovens (15-22 anos) (três homens e duas mulheres) praticamente não escolarizados, estudantes do MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.
Testes de uso e de atitude ²⁷	• Realizados na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com: • 34 adolescentes (16 homens e 18 mulheres); • 39 estudantes universitários (25 homens e 14 mulheres); • 25 funcionários subalternos (aqueles para os quais a língua não representa fator profissional relevante) (18 homens e 7 mulheres); • 25 funcionários categorizados (10 homens e 15 mulheres); • 25 professores (15 homens e 10 mulheres).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Silva (1982, p. 42-65).

²⁶ Os *corpora* escritos consultados pela autora foram: 1) Reportagens e editoriais de 426 exemplares de dois jornais de linguagem mais formal (*Jornal do Brasil* e *O globo*); 2) Revistas em quadrinho (*Mônica*, *Cebolinha*, *Vaca Voadora*, *Pelezinho*, *Sítio do Pica-pau Amarelo* e *Os trapalhões*); e 3) Fotonovelas de 78 números da revista *Amiga* e 52 números da revista *Sétimo Céu*. Os resultados da análise do uso variável do artigo diante de possessivo nesses materiais exibiram as mesmas tendências dos resultados alcançados com os dados de fala (a presença do artigo é favorecida com nomes especificados, SN singular, sintagma preposicionado e depois de não pausa). De diferente, tem-se apenas o controle do ambiente fonológico posterior ao artigo, que não foi possível observar em relação à amostra de língua falada, e nos dados da escrita revelou que os pronomes *meu* e *nosso* favorecem a presença do artigo e o pronome *seu* a inibe. Considerando a grande inibição à presença do artigo pelo pronome *seu* em *corpora* escritos, Silva (1982) questiona a influência fonológica desse fator. Para a autora, possivelmente “[...] a atuação desta variável tem mais a ver com a maior ou menor definição semântica dos pronomes” (SILVA, 1982, p. 381).

²⁷ Nesses testes, os informantes respondiam a perguntas cujas respostas demandavam a presença de pronomes possessivos com ou sem artigo e associavam determinadas construções com esses pronomes a diferentes sujeitos, sugerindo quais usos indicavam maior ou menor formalidade.

Relativamente ao condicionamento linguístico da combinação do artigo com possessivo, resumem-se os seguintes pontos da análise de Silva (1982):

- Considerando o grupo *especificidade* (específico vs não-específico), a presença do artigo é superior em sintagmas específicos, o que acarreta maior presença do artigo também com possessivo singular;
- Nomes de parentesco são inibidores da realização do artigo;
- Relativamente ao *contexto sintático*, é marcante o favorecimento da presença do artigo em sintagmas preposicionados. Os apostos, que são marcados por grande força de especificação, são os principais inibidores da presença do determinante;
- Quanto ao *ambiente fonológico anterior ao artigo* (pausa ou não-pausa), esse determinante é mais realizado quando não é precedido por pausa. Silva (1982) pontua que, considerando que existem poucas diferenças entre os *corpora* orais e escritos em relação ao ambiente fonológico anterior, é duvidoso decidir se se trata de uma influência totalmente fonológica;

Silva (1982) considerou ainda a influência de fatores sociais para a realização do artigo antes de possessivo, através de testes de uso e atitude, mas esclarece que, por acreditar que o uso variável do artigo antes de possessivo fosse imune às prescrições da gramática normativa, tenha dado pouca atenção às variáveis extralinguísticas. A autora identificou diferenças sutis entre as classes sociais consideradas. Em ordem crescente de uso do artigo, tem-se: professores (,41); estudantes (,43); funcionários (,48); adolescentes (,55); e funcionários subalternos (,62). Enquanto o formalismo do informante favorece levemente a presença do artigo, o formalismo da situação pouco influencia. Informantes cujos pais são menos instruídos favorecem significativamente a presença do artigo. E o sexo teve influência praticamente neutra.

Silva (1982) não observou diferenças de prestígio significativas entre as formas com e sem artigo. Conforme a estudiosa, a variação no uso do artigo parece ser condicionada, sobretudo, pelo contexto linguístico. E as variáveis linguísticas relacionam-se, principalmente, ao valor semântico de especificação do artigo e à superdeterminação de categorias como nomes de parentesco e sintagmas em função de aposto. Em Silva (1998a, 1998b), a autora aprofunda a análise, alcançando algumas conclusões que não puderam ser observadas em Silva (1982).

2.1.2.2 Silva (1998a)

Silva (1998a) analisou o uso variável do artigo definido diante de possessivos e de antropônimos em dados de língua oral do *Corpus Censo*. Para estudo da combinação do artigo com possessivo, a autora controlou duas variáveis: o *status informacional* e uma variável semântica, relacionada à *inerência de posse*. Foram levantadas 4299 ocorrências de possessivos, das quais 2281 foram precedidas pelo artigo (53%).

Analisando o *status informacional*, Silva (1998a) observou que a introdução de informações novas no discurso favorece a realização do artigo diante de possessivo (,53)²⁸. Esse leve favorecimento é percebido na fala dos adultos (,54), enquanto, na fala das crianças, essa variável apresentou comportamento praticamente neutro (,51 para informações novas e ,49 para dados não novos).

Em relação à *inerência de posse*, a pesquisadora constatou que objetos inerentemente possuídos e as partes do corpo (biologicamente inerentes) favorecem a presença do artigo (ambos com ,60 de probabilidade marcação do artigo). Os nomes de parentesco, de relações humanas e os possuídos não-inerentes tendem a diminuir a presença do artigo antes de possessivo (respectivamente ,40; ,43; e ,47). As crianças opõem apenas o fator parente de um lado e os demais fatores de outro, o que revela que elas não são sensíveis às variáveis que requerem a suposição de algum conhecimento partilhado pelo ouvinte.

Silva (1998a) considerou, resumidamente, uma possível influência da pessoa do discurso sobre a combinação do artigo com possessivo. Em amostras de *corpora* orais do *Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil* (NURC-RS) e de dados disponibilizados pela pesquisadora Leda Bisol, a autora observou que a marcação do artigo é maior com pronomes de primeira pessoa (*meu* e *nosso*: 191/252=76%) do que de segunda pessoa (*teu* e *seu*: 88/128= 69%). Conferindo os resultados em textos escritos (embora não especifique quais), Silva (1998a) alcançou os seguintes resultados:

Tabela 1: Realização do artigo e pessoa do discurso (SILVA, 1998a)

Pronome	Oc./Total	%
Seu (3ª pessoa)	135/828	16%
Seu, Teu, Vosso (2ª pessoa)	140/254	55%
Meu e Nosso (3ª pessoa)	243/370	66%

Fonte: Adaptada de Silva (1998a, p. 136 [Tabela sem numeração no original]).

²⁸ Os resultados dos trabalhos de Silva (1982, 1998a, 1998b) são medidos em probabilidade.

Comparando o pronome *seu* de 2ª pessoa com o *seu* de 3ª pessoa, Silva (1998a) identificou, respectivamente, 53% (64/136) e 16% (135/828) de marcação do artigo, demonstrando que não é fonológico o caráter dessa variável. A referência a pessoas presentes no momento da enunciação (1ª e 2ª pessoas) fomenta mais a presença do artigo do que a referência a terceiras pessoas.

Por esses resultados, Silva (1998a) conclui que a variação no uso do artigo antes de possessivos e patronímicos (estes últimos discutidos na subseção 2.2.2.1) estaria condicionada por dois aspectos:

1. “A familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada” (SILVA, 1998a, p. 139); e
2. “A familiaridade que o falante tem acerca dessa entidade” (SILVA, 1998a, p. 139).

No primeiro caso, a autora explica que objetos ou entidades inseridas pela primeira vez no discurso e referência a uma coisa apenas (uso do singular, portanto) fomentam mais a presença do artigo. Pelo segundo aspecto, observa-se que objetos inerentemente possuídos e pessoas presentes no diálogo (1ª e 2ª pessoas) fomentam mais a presença do artigo. Com essas observações, a autora sugere que fatores semânticos e discursivos parecem incorrer para a realização do artigo. Mais esclarecimentos acerca desses condicionamentos ficaram, então, a encargo de trabalhos futuros.

2.1.2.3 Silva (1998b)

Em Silva (1982), por entender-se que a variação do artigo diante de possessivos parecia imune às prescrições da gramática normativa, pouca atenção foi dada a variáveis sociais. Silva (1998b), no entanto, chama a atenção para o condicionamento extralinguístico da variação de uso do artigo. Analisando dados do *Corpus Censo*, a autora controlou sete grupos de fatores sociais: *escolarização*, *idade*, *sexo*, *exposição à mídia*, *cotação no mercado de trabalho*, *sensibilidade linguística* e *renda*. Comentam-se, neste tópico, os resultados referentes à combinação do artigo com possessivo.

Silva (1998b) constatou que o aumento da *escolarização* fomenta a presença do artigo. A diferença é observada, sobretudo, entre o ginásio (,48) e o 2º grau (,56), sugerindo que maiores índices de escolarização estimulam mais a presença do artigo. No cruzamento das variáveis *sexo* e *escolarização*, homens e mulheres reagiram, da mesma forma, à influência da escolarização.

A *idade* foi a variável mais influente depois da escolarização. Na faixa 1 (7-14 anos), a probabilidade de marcação do artigo foi de ,44 em oposição a ,57 da faixa 4 (50-71 anos), comprovando que o uso do artigo cresce sutilmente à medida que aumenta a idade. Quando cruzadas as variáveis *sexo* e *idade*, as mulheres adultas ultrapassam ligeiramente os homens adultos na marcação do artigo. O *sexo*, analisado separadamente, pouco influencia a variação.

O *acesso mais intenso à mídia* e a *maior cotação no mercado de trabalho* também foram relevantes, com probabilidade de ,56 de realização do artigo diante de possessivo para cada um desses fatores. Como ainda é uma realidade a maior integração masculina no mercado ocupacional, o cruzamento da variável *sexo* e *cotação no mercado de trabalho* revelou que os homens são mais sensíveis à influência do mercado ocupacional. As variáveis *sensibilidade linguística* e *renda* não foram selecionadas. Vê-se, pelos resultados de Silva (1998b), que, além dos condicionantes estruturais, a variação do artigo diante de possessivos tem uma base social.

2.1.2.4 Callou; Silva (1997)

Callou e Silva (1997) analisaram o uso do artigo diante de possessivos e de antropônimos, com a hipótese inicial de que “[...] o uso variável do artigo nesses contextos estaria relacionado a princípios comuns, reduzindo-se os dois fenômenos, pelo menos, parcialmente, a um só, e podendo explicar-se por fatores de natureza semântica e pragmática” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 13). A partir disso, utilizando entrevistas do Projeto NURC, as pesquisadoras apresentam os resultados das variáveis selecionadas como relevantes para a realização do artigo diante de possessivo e de antropônimo, são elas: *presença de preposição, função sintática, tipo do possuído/grau de familiaridade, região de origem e prosódia*. Resumem-se, nesta seção, os resultados referentes à variação do artigo diante de possessivo.

Callou e Silva (1997) observaram que a presença de preposição favorece significativamente a realização do artigo, sobretudo preposições com as quais o artigo pode contrair-se, conforme resultados da tabela 2:

Tabela 2: Uso do artigo e presença de preposição (CALLOU; SILVA, 1997)

PREPOSIÇÃO	APLIC.	%	P.R
De	101/125	81	.84
Em	93/100	93	.83
A	32/35	91	.86
Para	10/12	83	.74
Por	6/ 11	55	.43
Com	25/ 42	60	.42
0 (ausência)	279/ 46	61	.28

Fonte: Adaptada de Callou e Silva (1997, p. 16, Quadro 1).

Das preposições com as quais o artigo pode contrair-se, apenas *por* inibiu a realização desse determinante, o que Callou e Silva (1997) associam ao número reduzido de dados com essa preposição no *corpus*.

Considerando os resultados da variável *presença de preposição*, para a *função sintática*, o esperado era que as funções preposicionadas (os adjuntos e o genitivo) favorecessem a presença do artigo. Essa hipótese não foi confirmada, sugerindo uma independência entre essas variáveis. As funções sintáticas mais favorecedoras da presença do artigo foram sujeito (.71), tópico (.59) e objeto + predicativo (.59).

O controle da variável *tipo de possuído* confirmou a hipótese das autoras de que atua a inerência de posse. Os nomes relacionais, que, na verdade, não representam posse, fomentam menos a presença do artigo. Por outro lado, os elementos inerentemente possuídos e as partes do corpo tendem a favorecer a realização desse determinante mais do que as abstrações.

O estudo de Callou e Silva (1997) chama atenção também para atuação da região de origem do falante no condicionamento da variação. Das cinco capitais consideradas pelo Projeto NURC, Porto Alegre foi a que mais favoreceu a marcação do artigo antes de possessivo (.70). Rio de Janeiro estimula rapidamente o uso desse determinante (.54) e os dados de São Paulo exibiram neutralidade (.50). Em contrapartida, Recife e Salvador desfavoreceram o uso do artigo (respectivamente .35 e .38). Callou e Silva (1997) entendem que o contraste entre as capitais nordestinas e as capitais do Sul/sudeste pode estar relacionado a uma diferença de ritmo entre a fala dos habitantes de cada região. As autoras sugerem que as capitais com colonização mais antiga realizariam menos o artigo, como consequência de um maior conservadorismo linguístico.

Callou e Silva (1997) avançam na análise ao constatar a influência de fatores prosódicos no condicionamento da variação do artigo. As pesquisadoras observaram que pés métricos iniciados por possessivos favorecem a presença do artigo (.60), assim como pés métricos de menor duração (.56 em posição a .34 para pés métricos longos). Nesse último caso, a presença do artigo seria uma tentativa de preservar o equilíbrio rítmico da sentença.

Com esses resultados, Callou e Silva (1997) ampliam o leque de observações sobre o uso variável do artigo, destacando o contraste diatópico dessa variação e sugerindo que a realização do artigo pode ter uma explicação que ultrapassa o fenômeno da definitude.

2.1.3 Estudos do português brasileiro em *corpora* diacrônicos e de sincronias passadas e estudos comparativos

Nesta subseção, apresentam-se dois estudos que consideram a combinação do artigo com possessivo no português brasileiro, numa perspectiva diacrônica: as investigações de Silva (1982) e Macedo-Costa (2016); e um estudo sincrônico sobre o uso do artigo antes de possessivo no PB do século XIX: o trabalho de Schei (2009). O estudo de Silva (1982) se destaca por permitir uma comparação entre o desenvolvimento diacrônico do uso do artigo nas variedades europeia e brasileira da língua portuguesa, como exposto na subseção seguinte.

2.1.3.1 Silva (1982)

Numa perspectiva diacrônica, Silva (1982) observou o comportamento de alguns contextos linguísticos que influenciam no uso variável do artigo diante de possessivo no português do Brasil e de Portugal. O quadro seguinte apresenta os *corpora* consultados pela autora, seguidos da indicação do século a que pertencem e da frequência de realização do artigo com possessivos em cada um:

Quadro 3: Realização do artigo em *Corpora* do Brasil e de Portugal

CORPORA DE PORTUGAL	CORPORA DO BRASIL
Texto literário de Nuno Alvarez (Séc. XV; 10,3%)	Texto literário de A. Vieira (Séc. XVII; 41,2%)
Texto literário de D. Fernando (Séc. XV; 2,3%)	Texto da Câmara do Rio de Janeiro (apenas pronome <i>seu</i>) (Séc. XVII; 11,2%)
Texto literário de B. Ribeiro (Séc. XVI; 29,5%)	Documentos sobre a Inconfidência Mineira (Séc. XVIII; 33,8%)
Texto literário de P. de M. Gândavo (Séc. XVI; 1,3%)	Texto literário de B. Guimarães (Séc. XIX; 25,2%)
Texto literário de F. R. Lobo (Séc. XVII; 39,8%)	-
Texto literário de Antonio José (Séc. XVIII; 62,8%)	-
Texto literário de Júlio Diniz (Séc. XIX; 81,9%)	-
Jornais (Séc. XX; 89,5%)	-

Fonte: Adaptado de Silva (1982, p. 314-315, Tabelas 5.23 e 5.24).

Nota-se, de início, que, em Portugal, a realização do artigo antes de possessivo aumentou significativamente ao longo dos séculos, alcançando 89,55% de frequência nos jornais do século XX. Por outro lado, a taxa no Brasil pouco se alterou entre os séculos XVII e XIX. Sobre os contextos linguísticos relevantes para combinação do artigo com possessivo, resumam-se os seguintes resultados do trabalho de Silva (1982):

- No grupo *especificidade* (específico vs. não específico), o fator *específico* favoreceu a presença do artigo na maioria dos *corpora*, comprovando a hipótese da autora de que o artigo preserva sua função especificadora mesmo nos contextos em que antecede um pronome possessivo;

- Nomes que indicam parentesco, por serem dotados de hiperespecificidade, dispensam a presença do artigo. Silva (1982) esclarece que, para verificar se a força de especificação é suficiente para explicar a atuação do fator parentesco, fazem-se necessárias investigações sobre outras classes semânticas mais e menos específicas (em Silva (1998a), a autora consegue especializar essa variável (cf. seção 2.1.2.2));
- Em relação ao *número*, particularizando um elemento dentro de um conjunto, SN singular fomenta mais a realização do artigo;
- O *contexto sintático*, que discriminou três fatores (sintagma preposicionado, sintagma nominal e aposto), revela que os apostos inibem a realização do artigo tanto nos *corpora* de Portugal quanto nos *corpora* do Brasil. Assim como o vocativo (que inibe totalmente a presença do artigo), o aposto pertence a uma categoria dotada de hiperespecificidade, dispensando, por isso, a presença do artigo. Nos *corpora* portugueses do século XV ao XVII, o sintagma nominal ultrapassou levemente os sintagmas preposicionados na marcação do artigo. Nos textos brasileiros, os sintagmas nominais superaram rapidamente os sintagmas preposicionados na marcação do artigo, mas ambos a favorecem;
- Quanto ao ambiente fonológico anterior ao artigo (pausa ou não pausa), nos *corpora* portugueses do século XV ao XVII e nos textos brasileiros, foi possível observar certo favorecimento à presença do artigo pelo fator não pausa. Diante da inexistência de estudos sobre o fator pausa na língua portuguesa, Silva (1982) esclarece que explicações mais contundentes sobre a influência dessa variável não puderam ser feitas;
- Sobre o ambiente fonológico posterior ao artigo (o pronome possessivo), nos *corpora* portugueses do século XV ao XVII, apesar da irregularidade dos resultados, observa-se inibição da realização do artigo com o pronome *seu*. Nos textos portugueses do século XVIII ao XX, apenas o pronome *seu* exibiu alguma regularidade, sempre desfavorecendo a presença do artigo. Nos *corpora* do Brasil, os pronomes *seu* e *vosso* inibem o uso do artigo.

Com essa análise, Silva (1982) observou que os fatores condicionantes da realização do artigo frente a possessivo não mudaram ao longo dos séculos, além de serem os mesmos no Brasil e em Portugal. Nos textos portugueses, muda a aplicação da regra, que se encaminha para uma marcação categórica do artigo. As variáveis controladas, conforme a autora, têm mais a ver com o caráter do artigo do que com o possessivo e, quando relacionadas aos possessivos, referem-se ao objeto possuído e não ao possuidor.

2.1.3.2 Schei (2009)

O estudo de Schei (2009) analisa a variação no uso do artigo diante de possessivo em sete romances brasileiros do século XIX²⁹. Nesse material, a taxa de uso do artigo varia significativamente entre os autores. Machado de Assis e Aluísio Azevedo têm as maiores frequências de uso do artigo, o que, segundo Schei (2009), pode estar relacionado a uma tentativa desses escritores de aproximar-se do padrão lusitano. Para a autora, considerando que o PB parece ter passado de um uso mais restrito do artigo diante de possessivo para um uso mais frequente, é possível que Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães estejam usando um modelo mais antigo, que realiza menos o artigo antes de possessivo, enquanto Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar e Visconde de Taunay utilizam um modelo mais moderno – mas ainda brasileiro –, com maior uso do artigo diante de possessivo.

Schei (2009) observou a variação no uso do artigo antes de possessivo considerando quatro contextos linguísticos: *número*; *tipo de pronome*; *comportamento da preposição* (contraí, não contraí e ausente), *ambiente fonológico anterior* (pausa; não pausa) e *tipo de possuído* (humano não-parente; parte do corpo).

Alguns dos resultados encontrados por Schei (2009) relativamente à parte narrativa dos romances (excluídos, portanto, os trechos contendo diálogos) corroboram tendências apontadas pelo estudo de Silva (1982) “[...] o artigo é mais comum no singular do que no plural, e com os pronomes da primeira pessoa emprega-se o artigo com maior frequência do que com os pronomes da terceira pessoa” (SCHEI, 2009, p. 34). Os dois estudos identificaram ainda frequências mais elevadas de uso artigo depois de não pausa.

Na amostra analisada por Schei (2009), em apenas dois romances (*A Moreninha* e *Memórias de um sargento de milícias*), a taxa de uso do artigo foi maior com preposição que se contraí com o artigo do que com preposição que não aceita a contração. Em comparação com os contextos sem preposição, somente no romance de Aluísio Azevedo a taxa de uso do artigo é maior com preposição que se contraí com o artigo.

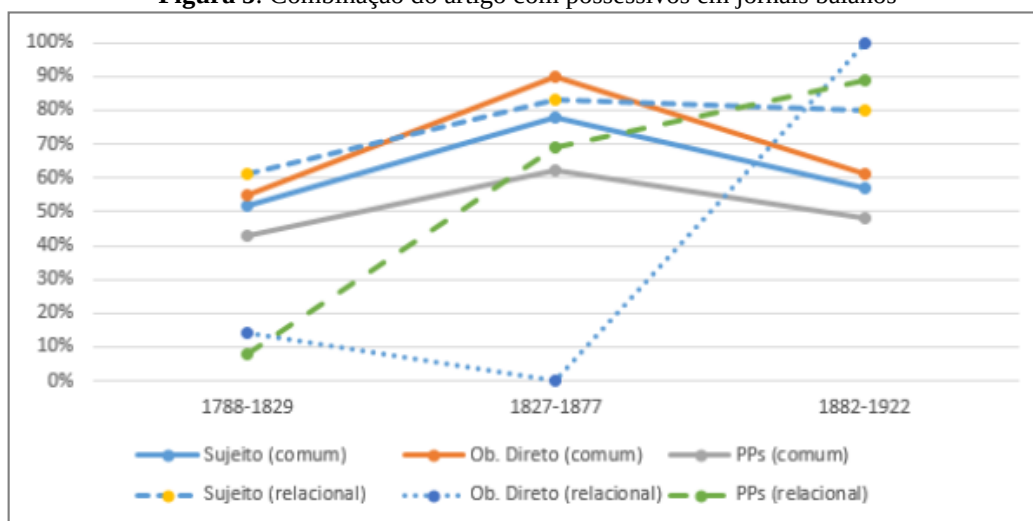
Em relação ao tipo de possuído, a taxa de uso do artigo é bem maior com possuídos humanos não-parentes do que com partes do corpo, resultado que diverge do que foi encontrado por Callou e Silva (1997) e Silva (1998a), que analisaram dados de fala do PB contemporâneo.

²⁹ *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo; *Memórias de um sargento de milícias* (1854-1855), de Manuel Antônio de Almeida; *Lucíola* (1862), de José de Alencar; *O garimpeiro* (1872), de Bernardo Guimarães; *Inocência* (1872), de Visconde de Taunay; *O cortiço* (1890), Aluísio Azevedo; e *Dom Casmurro* (1899), de Machado de Assis.

2.1.3.3 Macedo-Costa (2016)

Para observar o comportamento da variação no uso do artigo diante de possessivo no PB, Macedo-Costa (2016) consultou artigos de jornais publicados na Bahia entre meados do século XIX e meados do século XX. Dessa análise, a autora apresenta os resultados sumarizados no gráfico abaixo:

Figura 5: Combinação do artigo com possessivos em jornais baianos



Fonte: Extraído de Macedo-Costa (2016, p. 196, Gráfico 08).

À semelhança do que foi observado por Floripi (2008) nos dados do PCl, nos jornais baianos, a incidência do artigo é menor em PP. Observa-se que, na função de sujeito, os nomes relacionais e de parentesco apresentam um padrão próximo do que foi constatado com os nomes comuns. Constata-se também que o uso do artigo com nomes relacionais e de parentesco eleva-se ao longo do tempo.

Quanto aos nomes comuns, no século XIX, identificam-se dois padrões de uso do artigo antes de possessivo nos jornais baianos: em um, o uso do artigo é mais variável, aproximando-se do PCl; no outro, à semelhança do PE moderno, o uso do artigo é mais categórico. A partir disso, Macedo-Costa (2016, p. 197) postula a existência de uma competição entre gramáticas nesse século. Para a autora, “A regressão em fins do século XIX/ início do século XX para o padrão encontrado no fim do século XVIII/ início do século XIX sugere que, de fato, o quadro que se tem delineado no século XIX é de competição entre gramáticas”. A pesquisadora esclarece que a maior incidência de artigo entre a primeira e a segunda metade do século XIX pode ser decorrente da busca de aproximação à norma culta lusitana, tentativa vigente no Brasil na primeira metade do século XIX.

2.2 USO DO ARTIGO ANTES DE ANTROPÔNIMO

2.2.1 Estudos diacrônicos do português europeu e do português brasileiro

Como localizaram-se poucos trabalhos sobre o uso do artigo diante de antropônimo numa perspectiva diacrônica em dados do PE e do PB, eles são apresentados numa mesma seção. Desta seção, os trabalhos de Costa (2002) e Magalhães (2011) são desenvolvidos, respectivamente, a partir de textos do português arcaico e do PCl; enquanto o trabalho de Macedo-Costa (2016), além dos dados do PCl, analisa ocorrências de jornais baianos, que representam o PB dos séculos XIX e XX.

2.2.1.1 Costa (2002)

Costa (2002) identificou 1466 ocorrências de antropônimos nos textos do português arcaico (especificados na subseção 2.1.1.1.1), das quais apenas duas apresentaram artigo (0,13%), ambas nos textos do final do período arcaico (DVV, DLNL), como é possível observar abaixo (exemplos sem numeração no original):

- (22) (...) Este perdám, conseguiu el-rei Ezequias, David, e **a Madalena** em casa de Simám leproso (...);
- (23) (...) Però, com aquéla majestade e alteza, falou, no quarto de sua Eneida, tam alta e mimòsamente do amor, que, lhe nam chegaram as garredições de Ovídio, e as doçuras de Petrarca, que, nestes brincos, muito se esmeraram. Foi o Vergílio naquele seu livro (...).

No exemplo (22), **Madalena** não designa uma mulher em particular, mas faz referência genérica à “[...] figura da pecadora arrependida” (COSTA, 2002, p. 299), tendo, na explicação de Costa (2002), conotação de nome comum³⁰. Na ocorrência em (23), conforme a autora, o artigo foi utilizado com o objetivo de destacar um elemento (*Vergílio*) dos demais.

A frequência restrita de uso do artigo diante de nome próprio de pessoa nos resultados apresentados por Costa (2002) sugere que a combinação do artigo com antropônimo não fazia parte da gramática do português arcaico.

³⁰ Nas cartas baianas analisadas nesta dissertação, não foram registradas ocorrências de antropônimos com conotação genérica. Os dados de antropônimos identificados no *corpus* foram interpretados como tendo referentes específicos (para observar essas ocorrências, conferir apêndices C e D).

2.1.1.2 Magalhães (2011)

Magalhães (2011) faz poucas observações acerca da variação de uso do artigo antes de antropônimos. Esse fenômeno foi referido pela autora somente para verificar em que medida ele está relacionado com o uso do artigo diante de possessivo.

Com antropônimos, Magalhães (2011) observou que a variação do artigo já existia no século XVI, vai rareando-se ao longo dos séculos, até tornar-se bastante reduzida no século XIX, quando o uso do determinante se torna praticamente categórico. Até a metade do século XVII, a ausência do determinante era notada em nomes próprios em posição pré-verbal, na função de sujeito. Nos casos de sujeito invertido e sujeito de encaixadas, a alternância do artigo diante de antropônimo ainda era frequente no século XIX. Assim como se processou com os sintagmas possessivos, quando o antropônimo era precedido por algum elemento (conjunções, preposições, pronomes indefinidos etc.), a variação no uso do artigo também se fez notar por mais tempo, alcançando o século XIX.

A partir dessa semelhança, Magalhães (2011) postula a existência de uma relação entre a variação no uso do artigo diante de possessivo e de antropônimo. A autora assume que o artigo diante de possessivos e antropônimos é expletivo. A presença do artigo nesses contextos decorre da exigência dos possessivos e dos antropônimos de que algum elemento os anteceda. Daí se explicar a variação do determinante ter-se estendido por mais tempo quando antropônimo ou possessivo eram antecidos por alguma partícula (preposição, conjunção etc.).

2.1.1.3 Macedo-Costa (2016)

Macedo-Costa (2016) considera a variação na marcação do artigo em um leque amplo de nomes próprios. Nesta subseção, apresentam-se apenas as observações da autora concernentes à realização do artigo com nomes próprios de pessoa. Relativamente a esses nomes, a pesquisadora observou as seguintes frequências de uso do artigo em dados do *Corpus Tycho Brahe*, considerando a função sintática:

Tabela 3: Uso do artigo diante de antropônimo e função sintática (MACEDO-COSTA, 2016)

Período	SN sujeito		SN objeto	
Português do século XVI	29/202	14%	11/39	28%
Português do século XVII	5/186	3%	1/4	25%
Português do século XVIII	10/236	4%	5/20	25%
Português do século XIX	97/273	36%	16/36	44%

Fonte: Adaptada de Macedo-Costa (2016, Tabela 03 (p. 143), Tabela 06 (p. 149)).

Em função de objeto, os dados apresentam certa estabilidade no emprego do artigo com antropônimo até o século XVIII, ampliando a realização do determinante no século seguinte. A elevação no uso do artigo no século XIX é perceptível também nos SN em função de sujeito.

O aumento na frequência geral de emprego do artigo com antropônimo no século XIX é perceptível também nos sintagmas preposicionados. Nos dados do *Corpus Tycho Brahe*, há antropônimos precedidos por artigo em sintagmas preposicionados já no século XVI (35%). Nos dois séculos seguintes, o uso do artigo é mais restrito nesse contexto, mas volta a crescer com destaque no século XIX (47%).

Em síntese, nos dados do *Corpus Tycho Brahe*, há um indicativo de mudança no século XIX, quando se observa maior incidência de artigo antes de antropônimo. Para explicar a combinação do artigo com antropônimo nesses dados, Macedo-Costa (2016) propõe, a partir de Raposo (2013), que os nomes próprios precedidos por artigo são recategorizados como nomes comuns. Nesse caso, a função semântica do determinante é a mesma desempenhada com os nomes comuns e não há alçamento do nome próprio para a posição D. Quando o artigo não é realizado, em consonância com Longobardi (1994), Macedo-Costa (2016) entende que há movimento do nome para D. A autora conclui, então, que a leitura definida do nome depende do preenchimento da posição D, seja pela realização do artigo, seja pelo alçamento do nome.

Nos jornais baianos, o artigo diante de antropônimo é pouco frequente, o que, segundo Macedo-Costa (2016), pode estar relacionado à grande maioria desses nomes referir-se a pessoas conhecidas publicamente. Nessa amostra, há uma elevação discreta no uso do artigo entre o final do século XVIII e o início do XIX. Em PP, a ocorrência de artigo antes de antropônimo é mais restrita nos jornais baianos. Macedo-Costa (2016) observa que o predomínio da ausência do artigo diante de antropônimo nesses textos pode ser indicativo de que, na Bahia, não há favorecimento do uso do artigo nesse contexto. O estudo sincrônico de Callou e Silva (1997) é um indício dessa hipótese. Em relação aos antropônimos, essas autoras observam que, na capital baiana, o artigo é realizado em apenas 32% dos casos.

2.2.2 Estudos sobre o português brasileiro contemporâneo

2.2.2.1 Silva (1998a)

Silva (1998a) identificou 73% (1610/2195) de realização do artigo antes de antropônimos em amostras do *Corpus Censo*. Para análise desses dados, a autora considerou as variáveis *status informacional*, *domínio público* e *familiaridade de tratamento*.

Com o controle do grupo *status informacional*, a autora constatou que nomes de pessoas inseridos pela primeira vez no discurso fomentam mais a presença do artigo (,54) do que nomes já referidos (,46). Os dados analisados por Silva (1998a) revelam também que a combinação do artigo com antropônimos é condicionada pela *familiaridade de tratamento*. A referência a uma pessoa pelo primeiro nome ou por um sobrenome sugere maior intimidade entre o falante e a pessoa nomeada, fomentando mais a presença do artigo (,69) do que a referência a uma pessoa pelo nome acompanhado do sobrenome (,50) ou precedido por um título (,30).

A variável *domínio público* mede o grau de conhecimento que o falante pressupõe que seu ouvinte tenha. Com esse grupo, Silva (1998a) notou que os adultos utilizam mais o artigo com nomes de pessoas de seu conhecimento restrito (,55), do que com personagens do domínio público (como nomes de artistas famosos, por exemplo). Como na análise do uso do artigo antes de possessivo, também aqui as crianças não se mostraram sensíveis a variáveis que envolvem suposição acerca do conhecimento compartilhado pelo ouvinte.

Esses resultados mostram que a realização do artigo antes de antropônimo estaria condicionada a dois fatores apontados por Silva (1998a):

1. “A familiaridade que o falante supõe que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada” (SILVA, 1998a, p. 139); e
2. “A familiaridade que o falante tem acerca dessa entidade” (SILVA, 1998a, p. 139).

Isso pode ser constatado pelo favorecimento à realização do artigo com nomes de pessoas do conhecimento restrito do falante, ou mais próximas dele, e com nomes inseridos pela primeira vez no discurso.

2.2.2.2 Silva (1998b)

Silva (1998b) controlou as mesmas variáveis sociais na análise da variação do artigo diante de possessivos e de antropônimos, quais sejam: *escolarização, idade, sexo, exposição à mídia, cotação no mercado de trabalho, sensibilidade linguística e renda*.

Na análise da combinação do artigo com antropônimos, a *escolarização* favoreceu, nos adultos (15-71 anos), a presença do artigo. Assim como observado pela pesquisadora em relação aos possessivos, com os antropônimos, a diferença é mais nítida entre o ginásio e o segundo grau (respectivamente ,49 e ,55), sugerindo que é nesse período da escolarização que se processa o aumento no uso do artigo. Cruzando as variáveis *sexo* e *escolarização*, as mulheres se mostraram ligeiramente mais sensíveis ao efeito da escolaridade.

A *idade* não se mostrou significativa quando examinada a amostra integral. Porém, separando-se os sexos, essa variável foi relevante. Fato interessante nesse cruzamento é que, enquanto as mulheres de mais idade favorecem o uso do artigo, são os homens mais jovens que mais marcam o artigo. Para Silva (1998b), são necessárias novas análises para explicar esse comportamento divergente entre homens e mulheres quando considerada a influência da idade. Como o *sexo* apresentou comportamento conflitante no cruzamento com a *escolarização* e com a *idade*, a autora não analisou o efeito do *sexo* isoladamente.

Na variação de uso do artigo antes de antropônimo, a *atuação no mercado ocupacional* influenciou apenas os dados dos homens, o que, para Silva (1998b, p. 280), não deve causar estranhamento, visto que “[...] em boa parcela de nossa comunidade, ainda é o homem responsável pelo sustento familiar [...]”.

Também na análise da variação antes de antropônimo, Silva (1998b) constatou a atuação da *exposição à mídia*, embora ainda não pudesse apresentar uma explicação para essa influência. Quanto à diferença em relação à análise dos possessivos, tem-se que, antes de antropônimo, a *sensibilidade linguística* influencia levemente a variação. Os níveis de sensibilidade alta, média e baixa apresentaram, respectivamente, ,55; ,52; e ,43 de probabilidade de realização do determinante. A *renda* não foi relevante para a variação em nenhum contexto.

Por fim, destaca-se que, o trabalho de Silva (1998b) é pioneiro na análise de fatores sociais em relação ao uso variável do artigo. A autora demonstra que essa variação tem um componente extralinguístico, que não difere substancialmente quando se considera a combinação do artigo com possessivo ou com antropônimo. A pesquisadora explica que o paralelismo entre a variação de uso do artigo nesses dois contextos, tanto no que concerne aos condicionamentos linguísticos quanto aos sociais, parece indicativo de que é o artigo definido e a definitude que devem ser melhor analisados.

2.2.2.3 Callou; Silva (1997)

Nesta subseção, expõem-se os resultados do trabalho de Callou e Silva (1997) relativos à variação do artigo definido diante de antropônimo.

Essas autoras constataram que a *presença de preposição* também favorece a marcação do artigo diante de antropônimo, com peso relativo de .49 para presença do artigo em sintagmas sem preposição e .77 para o uso desse determinante diante de preposição com a qual pode se contrair. No que concerne à *função sintática*, os antropônimos exibiram uma distribuição um tanto distinta do que foi observado para os possessivos. Nestes, a presença do artigo foi

favorecida nas funções de sujeito (.71) e tópico (.59). Naqueles, a função mais influente foi a de adjunto adverbial (.98), seguido de tópico (.95) e sujeito (.61).

Na análise dos antropônimos, o grupo *tipo de possuído*, testado na análise dos possessivos, corresponde à variável *grau de familiaridade*, que foi relevante apenas para os dados do Rio de Janeiro e ainda corroborou a hipótese de que a referência a pessoas mais próximas do falante favorece a presença do artigo (.67 em oposição a .23 para nome público).

A região de origem do falante também atuou significativamente para marcação do artigo antes de antropônimo. São Paulo é a capital que mais favorece o uso com artigo (.88), seguida por Porto Alegre (.81). Rio de Janeiro exhibe comportamento praticamente neutro (.52), enquanto Recife e Salvador tendem a bloquear o uso do artigo (respectivamente .20 e .30). Novamente, há nítido contraste entre a marcação do artigo no Nordeste e no Sul/sudeste, reforçando a especulação das autoras da existência de uma “[...] diferença de ritmo entre a fala do norte/nordeste e sul/sudeste do país, o que nos levaria à conclusão de a ocorrência do artigo, nesses contextos específicos [antes de possessivo e antropônimo], poder ter uma explicação que vai além do fenômeno da definitude” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 25).

Também na análise dos antropônimos, as autoras testaram dois grupos de fatores fonológicos: *tonicidade da sílaba inicial* e *extensão da palavra*. A presença do artigo é favorecida em vocábulos de até duas sílabas com a primeira sílaba tônica (.77) ou átona (.70). Para Callou e Silva (1997), esse resultado pode estar relacionado a uma tentativa de aumentar a massa fônica para preservar o equilíbrio rítmico do sintagma (à semelhança do que foi observado pelas autoras em relação à combinação do artigo com possessivo).

Em suma, Callou e Silva (1997) puderam observar alguns condicionamentos comuns à variação do artigo antes de possessivo e de antropônimos (a presença de preposição, algumas funções sintáticas, a atuação do ambiente fonológico, a diferenciação regional); mesmo assim, conforme as autoras, ainda não é possível afirmar se se trata de dois fenômenos ou de um só.

2.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, comentaram-se alguns resultados de estudos desenvolvidos sobre o uso variável do artigo antes de possessivos e antropônimos em português. Relativamente aos **estudos desenvolvidos com dados do português de Portugal**, observa-se que:

- O uso do artigo antes de possessivos e antropônimos era reduzido no português arcaico e cresce ao longo do PCl. Alguns estudos identificaram uma ampliação distinta do uso

do artigo em sintagmas preposicionados e não- preposicionados. Para os possessivos, o tipo de nome núcleo do sintagma também exerce alguma influência;

- O trabalho de Rinke (2010) sugere que o uso do artigo antes de possessivo parece ter iniciado como marcador anafórico e de tópico discursivo.

Sobre **os estudos desenvolvidos com dados do português do Brasil**, a análise de Macedo-Costa (2016) indica que a ampliação do uso do artigo antes de possessivos e antropônimos foi mais tardia em sintagmas preposicionados. O trabalho de Silva (1982) sugere que alguns contextos relevantes para a realização do artigo diante de possessivo não mudaram ao longo dos séculos e que foram os mesmos em textos portugueses e brasileiros.

Os estudos sobre a combinação do artigo com possessivos e antropônimos no PB contemporâneo, de modo geral, discutem contextos linguísticos e sociais que influenciam na variação, como os expostos no quadro 4:

Quadro 4: Variáveis relevantes para o uso do artigo em dados do PB contemporâneo

AUTOR (ES)	CONTEXTO ANALISADO	GRUPOS DE FATORES RELEVANTES
Silva (1982)	O artigo antes de possessivos	Linguísticos: especificidade; parentesco; número; variável sintática; ambiente fonológico anterior; ambiente fonológico posterior; Sociais: instrução dos pais; classe social; grau de formalismo do diálogo; formalismo do falante; sexo do falante.
Silva (1998a)	O artigo antes de possessivos	Linguísticos: status informacional; tipo de possuído.
	O artigo antes de antropônimos	Linguísticos: status informacional; domínio público e familiaridade de tratamento.
Silva (1998b)	O artigo antes de possessivos	Sociais: escolarização, idade, sexo (quando cruzada com escolaridade e idade), exposição à mídia, cotação no mercado de trabalho.
	O artigo antes de antropônimos	Sociais: escolarização, idade (quando cruzada com sexo), sexo (quando cruzada com idade e escolarização), exposição à mídia, cotação no mercado de trabalho (apenas para os homens) e sensibilidade linguística.
Callou; Silva (1997)	O artigo antes de possessivos e antes de antropônimos	Linguísticos: presença de preposição, função sintática, tipo do possuído (apenas para possessivos) grau de familiaridade (apenas para antropônimos; relevante apenas nos dados do Rio de Janeiro) e prosódia; Social: região de origem.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em suma, sobretudo a partir dos estudos comentados na presente seção, procurou-se compreender o tema em análise nesta dissertação. Neste sentido, a descrição que se delineia nas seções cinco e seis parte dessas pesquisas, buscando compreender em que medida o *corpus* analisado corrobora esses estudos e/ou apresenta resultados divergentes, avançando nas observações sobre o tema.

Não se listaram, nesta discussão, todos os trabalhos sobre o uso variável do artigo definido desenvolvidos no Brasil. Acredita-se que, ao menos, foi possível apresentar um panorama geral das direções em que caminham esses trabalhos.

PARTE II
FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

3 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PB

De modo geral, as pesquisas em Linguística Histórica (LH) no Brasil procuram compreender o processo histórico de formação PB e/ou contribuir para sua caracterização atual. Isso tem sido feito especialmente a partir de duas orientações de pesquisas: a deriva secular, viés imanentista representado no Brasil, principalmente, por Anthony Naro e Marta Scherre; e a transmissão linguística irregular, cujos principais expoentes são Allan Baxter e Dante Lucchesi e que parece contar com mais adeptos. Nesta seção, abordam-se resumidamente essas explicações para a gênese do PB e destacam-se alguns aspectos da formação sócio-histórica do português no Brasil. Ao final da discussão sobre cada orientação teórica, comenta-se, brevemente, como o fenômeno estudado nesta dissertação tem sido considerado em cada uma.

3.1 ORIGENS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: A HIPÓTESE DA DERIVA SECULAR

As especulações acerca de uma deriva secular das línguas têm origens nas postulações do linguista norte-americano Edward Sapir (1954 [1921]). No Brasil, tal hipótese é aventada desde a primeira metade da década de 1990, através dos trabalhos de Anthony Naro e Marta Scherre³¹. Esses autores entendem que, movida por sua lógica interna, a língua segue um curso que lhe é inerente e que já estava pré-determinado em suas fases remotas. Posicionando-se contra explicações que consideram processos de criouliização e semicriouliização na formação do PB, a hipótese básica defendida por Naro e Scherre com a deriva secular românica é a de que as

[...] características morfossintáticas e fonológicas do português brasileiro, atualmente envolvidas em estigma e preconceito social, são heranças românicas e portuguesas arcaicas e clássicas, e não modificações mais recentes advindas das línguas africanas, que vieram para o Brasil com seus povos escravizados e subjugados, ou das línguas dos povos ameríndios, que aqui já se encontravam quando vieram os colonizadores europeus. Tampouco são o resultado de processos de simplificação ou outras modificações espontâneas causadas pelo contato, durante o processo da transmissão não tradicional da língua. (SCHERRE, 2007, p. 17)

Naro e Scherre (2007a) esclarecem que todas as características do PB hoje podem ser observadas no PE, embora nesse último os fenômenos em variação apresentem frequências

³¹ Para uma discussão mais completa acerca da deriva secular na formação do PB, ver *Origens do português brasileiro* (2007), organizado por Naro e Scherre.

indiscutivelmente inferiores³². Na proposta dos autores, no Brasil, tais fenômenos teriam germinado intensamente, em decorrência de uma confluência de motivos. Para explicá-los, os pesquisadores recorrem à influência do contato linguístico. Em solo brasileiro, o contato linguístico que marcou os primeiros séculos do Brasil-colônia e o consequente processo de transmissão linguística irregular não atribuíram características novas ao português do Brasil, apenas aceleraram o desenvolvimento de características que já estavam inscritas no sistema. Pelos apontamentos de Naro e Scherre (2007b), é por isso, por exemplo, que a variação nas concordâncias verbal e nominal é amplamente observada no PB, enquanto, no PE, é identificada apenas com frequências insignificantes.

Os comentários de Naro e Scherre (2007a) sobre a variação do artigo definido diante de possessivo parecem não se encaixar no que propõem os autores para os demais fenômenos em variação no PB. Em *Origens do português brasileiro* (2007), os autores se referem três vezes ao uso do artigo diante de possessivo, em passagens que podem ser resumidas pela citação seguinte:

Nenhuma reestruturação radical, ou mesmo leve, ocorreu no Brasil, uma vez que as estruturas usadas não mudaram. A mudança foi basicamente na frequência global de uso dos tipos disponíveis.

Em termos de frequência global, essa situação é o **inverso** da que foi encontrada por Oliveira e Silva (1982) para o desenvolvimento histórico do uso do artigo diante de possessivo em sintagmas do tipo *o meu filho Artur*. Do século XV ao XX, **o uso do artigo nesse contexto aumentou continuamente na língua escrita de Portugal**, começando com cerca de 10% e chegando a aproximadamente 95% nos dias de hoje. Durante todo o curso dessa evolução, os fatores condicionantes não mudaram em Portugal, permanecendo o mesmo no Brasil. Entretanto, **no Brasil, o nível geral de uso do artigo diante de possessivos permaneceu essencialmente estável**, resultando que, nesse ambiente, os artigos são menos usados agora no Brasil do que em Portugal. (NARO; SCHERRE, 2007a, p. 65) [grifos nossos]

Naro e Scherre (2007a) argumentam que, no Brasil, os fenômenos que já variavam no PE apenas ampliaram sua taxa de realização. Na arguição sobre a combinação do artigo com possessivo, como se vê, os autores sugerem o inverso. No trabalho de Oliveira e Silva (1982), citado por Naro e Scherre (2007a), a frequência de uso do determinante antes de possessivo foi preservada no PB, enquanto, no PE, aumentou significativamente até generalizar-se. Outros trabalhos têm demonstrado que o uso do artigo diante de possessivo permanece variando no PB (CALLOU; SILVA, 1997; SILVA, 1998a, 1998b etc.), ao passo que, no PE, atualmente esse uso é categórico (CASTRO, 2000; FLORIP, 2008 etc.). Como explicar tal processo pela deriva

³² Só na conclusão do livro, Naro (2007) aponta dois aspectos do PB não observados no PE: a variação na concordância verbal com verbos de segunda pessoa do singular e primeira pessoa do plural.

secular românica? Considerando os apontamentos de Naro e Scherre (2007) sobre os demais fenômenos em variação no PB, não deveria a presença do artigo antes de possessivo está generalizada também na variedade brasileira da língua portuguesa? Naro e Scherre ainda não responderam a essas perguntas. Essas permanecem, pois, como pautas de pesquisa para trabalhos futuros.

3.2 CONTATO LINGUÍSTICO E TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR NA FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Retomando a constatação de Silva Neto (1963 [1951]) acerca da realidade bipartida do PB desde os primórdios da colonização, Lucchesi (2001; 2015) concebe a realidade linguística brasileira como, não apenas heterogênea, mas polarizada. Em um dos polos, situam-se as variedades cultas do português, que têm como antecedente histórico o português do colonizador e que apenas indiretamente foram influenciadas pelo contato linguístico. No outro, as variedades populares, utilizadas pelas camadas mais baixas da sociedade brasileira.

Para compreender o percurso histórico que define o polo das variedades populares do PB atualmente, é necessário considerar o complexo cenário linguístico dos primeiros séculos de colonização do Brasil. Compuseram esse cenário, inicialmente, o português do colonizador, as variadas línguas nativas e a língua geral (veículo de integração das atividades econômicas e religiosas da colônia) (LUCCHESI, 2001). Posteriormente, são trazidos para a colônia os escravos africanos, falantes de dezenas de línguas mutuamente distintas³³. Esse intenso contato linguístico desencadeou o que Mattos e Silva (2004) denominou de multilinguismo/multidialealismo generalizado, cujos principais atores foram a língua geral, o PE e o português geral brasileiro, antecedente histórico do português popular brasileiro. A pesquisadora acrescenta que a história sociolinguística do Brasil passa desse estado plurilíngue para o de um multilinguismo localizado, já que a língua portuguesa, mais recentemente, é a primeira língua de, aproximadamente, 98% da população. Os outros 2% estão distribuídos entre as línguas indígenas que resistiram à colonização e as línguas dos emigrantes europeus e asiáticos, que chegam ao Brasil, sobretudo, a partir do final do século XIX³⁴.

³³ Em Lucchesi (2001; 2009), apresenta-se um amplo panorama do contato entre línguas no Brasil. Sobre o contato linguístico na região do semiárido baiano, ver Carneiro e Almeida (2011a).

³⁴ Sobre as consequências sociolinguísticas da presença de emigrantes europeus e asiáticos no Brasil, ver Lucchesi (2001).

Mattos e Silva (2004, p. 35) comenta, a partir de Mussa (1991), que “[...] em toda a história brasileira a maioria foi não-branca, isto é, de língua familiar, na sua origem, não portuguesa (70% vs. 30% do século XVI até meados do século XIX e daí, numa relação de 59% vs. 41%).” Vê-se, por esses dados, que foi a variedade defectiva do português (o português geral brasileiro), adquirida como segunda língua (L2), sobretudo, pelos africanos, que os escravos levaram para os diversos cantos do país, acompanhando os fluxos migratórios decorrentes das alterações nas atividades econômicas da colônia. De modo geral, foi essa variedade adquirida como L2 pelos escravos que forneceu os dados linguísticos para aquisição da língua materna de seus filhos, o que caracteriza o processo de transmissão linguística irregular³⁵.

Lucchesi (2012) entende que transmissão linguística irregular é um conceito mais amplo que o de criouliização/pidginização, já que envolve tanto os processos de mudança decorrentes do contato linguístico, que modificam de tal modo a estrutura de uma língua que resulta em outra língua denominada de pidgin ou crioulo; quanto os processos de formação em que a língua sofre alterações em decorrência do contato linguístico, mas não o suficiente para a constituição de uma língua particular, distinta. Para o autor, é esse último caso o que caracteriza a formação das variedades populares do PB.

Apesar do multilinguismo observado no Brasil colônia, Lucchesi (2009, 2012, 2015) esclarece que não predominaram, na formação geral do PB, casos estáveis e duradouros de criouliização/pidginização. A gramática do português, no Brasil, não passou por um processo original de reconstituição como o que ocorreu, por exemplo, com os crioulos de base lexical portuguesa na África. Os processos de variação e mudança observados no PB seriam, então, decorrentes de um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, caracterizado não pela erosão total dos mecanismos gramaticais, mas por uma ampla variação no seu uso, ainda hoje bastante perceptível, sobretudo, nas variações de uso das concordâncias nominal e verbal (LUCCHESI, 2012).

Pelos aspectos sócio-históricos apontados nesta subseção, fica evidente que, desde o início da colonização, o Brasil é marcado pela polarização sociolinguística. Lucchesi (2001) observa que, ao longo do século XX, algumas mudanças no cenário nacional desencadeadas pelos processos de industrialização e urbanização e pela expansão do sistema de ensino³⁶ atenuaram a polarização mais nítida do PB. Esclarece-se, contudo, que o caráter diglótico do

³⁵ Sobre o conceito de transmissão linguística irregular, ver Baxter (1995), Lucchesi e Baxter (2009) e Lucchesi (2012; 2015).

³⁶ Em Mattos e Silva (2004), Soares (2002), Souza (2012) e Araujo (2014), apontam-se alguns aspectos da relação entre o processo de escolarização no Brasil e a formação sócio-histórica do PB. Carneiro e Almeida (2011b) comentam o processo de escolarização na região do semiárido baiano.

PB ainda existe, “[...] sendo o reflexo, no plano linguístico, das profundas contradições que marcam a sociedade, sobretudo no plano econômico, em função da violenta concentração da renda e da superexploração do trabalho” (LUCCHESI, 2015, p. 85).

No que concerne à abordagem dos artigos definidos em estudos embasados na hipótese da transmissão linguística irregular, destacam-se aqui os trabalhos de Baxter e Lopes (2004a; 2004b; 2009) e Oliveira (2011) com dados na comunidade de Helvécia. Esses estudos sugerem que a ausência do artigo definido em SN de referência definida no dialeto dessa comunidade seria uma das marcas legadas pelo contato com línguas africanas que marcou seu passado. A esse respeito, Baxter e Lopes (2009) comentam que a ausência do artigo definido parece corresponder a uma etapa inicial do desenvolvimento de uma L2 em contexto de contato linguístico. Isso pode estar relacionado a influências da língua materna sobre a variedade de L2 adquirida. Ou pode ocorrer que, em situações mais complexas de contato linguístico, envolvendo várias línguas maternas e a aquisição de uma L2, a redução no uso dos artigos decorra da reestruturação sistemática da gramática.

Os apontamentos anteriores sugerem que, em relação ao dialeto de Helvécia, cujo passado foi mais diretamente marcado pelo contato linguístico, parece haver alguma relação entre o uso do artigo e a transmissão linguística irregular. Entretanto, relativamente à variação do artigo diante de possessivos e antropônimos em outras variedades do PB, ainda se fazem necessários estudos e investigações para que seja possível observar se há correlação entre essa variação e o contato linguístico predominante no Brasil Colônia.

3.3 A RELEVÂNCIA DOS *CORPORA* PARA ESTUDO DO PORTUGUÊS POPULAR BRASILEIRO

Os documentos escritos são as únicas fontes para o estudo de sincronias passadas. Contrapondo a ideia dos teóricos que acreditam ser a LH a história da língua escrita, Mattos e Silva (2008, p. 20) argumenta que “[...] sem a fala não se escreve, pode-se entrever ou entreouvir a voz através dos textos: tarefa difícil e apenas aproximativa, ‘ouvir o inaudível’.”. É esse o trabalho do pesquisador em LH, ao “[...] fazer o melhor uso de maus dados [...]”, como comenta Mattos e Silva (2008, p. 7) a partir da ideia de Labov.

Lucchesi (2017, p. 378) observa que “As fontes para estudo da história linguística das classes dominantes são mais generosas.”. Santiago (2013) acrescenta que há uma produção extensa no que se refere à recuperação do PB culto, ao passo que os estudos que contemplam a vertente popular do PB, sobretudo no que se refere às variantes rurais, são escassos.

Nesse sentido, os textos de redatores poucos familiarizados com a escrita têm especial valor porque podem apresentar indícios para o estudo da vertente popular do português falado no Brasil. Oliveira (2009a) destacou a importância desse tipo de texto, observando que, além de raros, eles enfrentam problemas tais como a dispersão dos arquivos e o mínimo quociente de durabilidade; enquanto os documentos disponíveis para a reconstituição histórica do português culto brasileiro são bem generosos, visto que saber ler e escrever, muitas vezes, foi exclusividade das elites brancas. Barbosa (2006; 2007) também comenta a importância dos escritos de *mãos inábeis* no estudo de sincronias passadas, entendendo que, diante da inexistência de textos orais, esses materiais são os que melhor permitem uma proximidade com os dados da oralidade.

Dada a raridade de *corpora* disponíveis para o estudo do português popular brasileiro, poucas pesquisas contemplam essa vertente da língua. Dentre os estudos que abrangem esse tipo de *corpora* histórico-diacrônicos, apresentando características que possivelmente se aproximam da vertente popular do PB, destacam-se, nesta discussão, a tese de K. Oliveira (2006), *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, cujo *corpus* é constituído por 290 documentos inéditos, escritos por africanos e afrodescendentes na Bahia, pertencentes a uma irmandade negra do século XIX, a Sociedade Protetora dos Desvalidos; e a dissertação de Santiago (2012), intitulada *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*, em que a autora reúne 91 cartas pessoais escritas por 43 lavradores de localidades rurais no interior da Bahia, ao longo do século XX. Ambos os autores fazem um estudo de aspectos da aquisição da escrita em textos escritos por *mãos inábeis*.

Além do *corpus* utilizado em sua tese, K. Oliveira também reuniu outros *corpora* representativos do português popular brasileiro, como:

- a) 14 textos (13 cartas e uma procuração) escritos por escravos oriundos de diferentes lugares da Bahia;
- b) 183 tábuas votivas e
- c) 34 cartas e bilhetes escritos por cangaceiros, entre 1900 e 1940 (OLIVEIRA, 2009b).

Apesar dos esforços de alguns estudiosos em constituírem *corpora* para estudo do português popular brasileiro, observa-se que esse tipo de material ainda é raro e que persiste uma escassez de estudos que contemplem essa vertente da língua em amostras escritas de sincronias passadas. Nesse sentido, a construção e o estudo de *corpora* que abranjam a vertente

popular do PB mostram-se bastante importantes para a LH. No âmbito dos estudos dessa área, os escritos de pessoas pouco familiarizadas com a escrita são de fundamental importância, pois não é fácil localizar textos que se aproximem da escrita cotidiana.

3.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, abordaram-se, brevemente, as duas hipóteses teóricas concorrentes para explicação da gênese do PB: a deriva secular românica e a transmissão linguística irregular. Ao que parece, esta última aborda, de modo mais adequado, a formação sócio-histórica das variedades populares do PB e sua configuração presente, uma vez que atribui papel central ao intenso contato linguístico que predominou nos séculos iniciais de colonização do Brasil. Procurou-se observar como cada abordagem teórica considera o uso variável do artigo definido. Destaca-se, no entanto, que essa questão deve ser esclarecida. Se, por um lado, Naro e Scherre (2007) não explicam por que o uso do artigo diante de possessivo, generalizado no PE, permanece variando no PB, por outro, ainda não se dispõe de estudos que discutam a correlação entre o processo de transmissão linguística irregular e a variação do artigo antes de possessivos e antropônimos na variedade brasileira da língua portuguesa.

Os trabalhos de Baxter e Lopes (2004a; 2004b; 2009) e Oliveira (2011) sugerem que, pelo menos em Helvécia, que teve o passado mais diretamente influenciado pelo contato com línguas africanas, o processo de aquisição não regular de L2 pareceu incidir em uma redução no uso dos artigos definidos, sobretudo em épocas pretéritas do dialeto dessa comunidade. Entretanto, nas demais variedades do PB, em que a variação de uso do determinante ocorre principalmente antes de possessivos e antropônimos, a questão da influência do contato entre línguas ainda está por ser analisada.

Por fim, destacou-se, nesta seção, a relevância da localização e da edição criteriosa de *corpora* para estudo do português popular brasileiro, observando que há uma disponibilidade maior de fontes para estudo da vertente culta do PB.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção, além dos pressupostos teóricos que orientam a pesquisa, apresentam-se o *corpus* analisado, a caracterização dos redatores, os procedimentos metodológicos, os critérios para seleção dos dados analisados, bem como as variáveis controladas no estudo.

4.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Segundo Mattos e Silva (2008), o campo de atuação da LH vai além do estudo da mudança linguística no eixo do tempo, comportando, na verdade, duas grandes vertentes: a LH *latu sensu*, que abrange todo tipo de linguística que trabalha com *corpora* datados e localizados, e a LH *stricto sensu*, que se interessa pela mudança linguística propriamente dita. Na proposta da autora, as pesquisas em LH *stricto sensu* podem se organizar em duas direções:

- a) A LH Sócio-Histórica, que além do condicionamento estrutural da mudança, considera os fatores extralinguísticos, e
- b) A LH Diacrônica Associal, que se interessa apenas pelos fatores linguísticos, como as investigações feitas no âmbito do estruturalismo e do gerativismo diacrônicos.

Dentre outras orientações de pesquisa, a LH Sócio-Histórica abrange a Sociolinguística Quantitativa, que surge na década de 1960 através da iniciativa de William Labov, rompendo com a identificação entre homogeneidade e sistematicidade, ao mostrar que as línguas variam ordenada e sistematicamente. A partir dessa concepção de língua, a Sociolinguística Quantitativa propõe um modelo de análise que procura desvelar, através do cotejo de aspectos linguísticos e sociais, os processos de variação e/ou mudança na comunidade de fala, concebida por Labov (2008 [1972]), como “[...] um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes sociais frente à língua.” (LABOV, 2008 [1972], p. 287).

No âmbito da Sociolinguística Quantitativa, o estudo da variação e da mudança parte de uma premissa básica: nem toda variação pressupõe mudança, visto que as formas concorrentes podem permanecer existindo numa situação de variação estável, mas a mudança necessariamente envolve um estágio de variação, até que uma das formas substitua a outra (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). O aparato teórico metodológico da Sociolinguística Quantitativa tornou possível o estudo da mudança em curso na comunidade de fala, através do recurso ao tempo aparente, que postula o confronto entre os usos linguísticos

de diferentes gerações dentro de uma mesma sincronia. Inovações linguísticas na fala dos grupos mais jovens podem ser indícios de mudança em progresso. Contudo, são os estudos em tempo real, que confrontam sincronias, que podem fornecer dados conclusivos acerca da implementação de uma mudança na língua.

Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) entendem que uma teoria da mudança linguística, baseada em princípios empíricos, deve dar conta de cinco problemas centrais, quais sejam:

1. O problema dos fatores condicionantes: envolve o conjunto de mudanças possíveis e de condições possíveis para a mudança;
2. O problema da transição: contempla as etapas envolvidas na passagem de uma estrutura A para uma estrutura B. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 122) esclarecem que “[...] a teoria da mudança linguística pode aprender mais com os assim chamados dialetos transicionais do que com os dialetos ‘nucleares’ [...]”;
3. O problema do encaixamento: observa como determinada mudança está encaixada na estrutura linguística em que o elemento ocorre (encaixamento linguístico) e na matriz mais ampla da comunidade de fala, elucidando como o grau de correlação social influi na mudança (encaixamento social);
4. O problema da avaliação: investiga como o nível de consciência social influencia a mudança;
5. O problema da implementação: analisa por que determinada mudança aconteceu em determinado período em uma determinada língua e não em outro período e/ou outra língua.

A realização de um estudo com base no aparato metodológico da Sociolinguística Quantitativa deve seguir algumas etapas básicas, apontadas por Guy (2007). Conforme o autor,

Tendo-se identificado uma variável e contextos condicionantes relevantes, e formulando um modelo de variação, está-se em posição de efetivamente codificar os dados, isto é, examinar cuidadosamente o *corpus* coletado pela identificação das ocorrências da variável e pela classificação de cada uma segundo o esquema de codificação planejado. (GUY, 2007, p. 40)

Codificados os dados, eles serão processados eletronicamente com o auxílio de programas informatizados que possibilitam o cruzamento de variáveis linguísticas e extralinguísticas e calculam o peso relativo de cada variável. Tais programas fornecem os

resultados quantitativos da pesquisa. Compete, pois, ao linguista interpretá-los. Como destaca Guy (2007, p. 31),

O objetivo final de qualquer estudo quantitativo em pesquisa dialetal não é produzir números (por exemplo, medidas estatísticas para resumir os dados), mas identificar e explicar fenômenos linguísticos. Dessa maneira, gostaríamos de conseguir testar hipóteses, comparar análises alternativas e desenvolver modelos dos dados a partir dos quais possamos fazer prognósticos.

A partir do aparato teórico metodológico da Sociolinguística Quantitativa, nesta pesquisa, analisa-se a variação no uso do artigo definido diante de possessivos em um acervo de cartas particulares, manuscritas por sertanejos baianos semialfabetizados.

4.2 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*: OS DOCUMENTOS E OS REDATORES

Petrucci (2003) esclarece que os trabalhos no âmbito da história da cultura escrita devem observar um conjunto mínimo de questões acerca dos materiais escritos, as quais o autor especifica da seguinte forma:

¿Quién lo realiza? A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura” e sobre “¿Para qué fue escrito ese texto?Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escritura. (PETRUCCI, 2003, p. 7-8)

Para apresentação do *corpus* deste estudo, consideram-se essas questões propostas por Petrucci (2003). Esses aspectos são comentados inicialmente em relação aos textos e, *a posteriori*, acerca dos redatores.

4.2.1 Os documentos

Neste tópico, a partir das questões propostas por Petrucci (2003), apresentam-se os materiais consultados na análise.

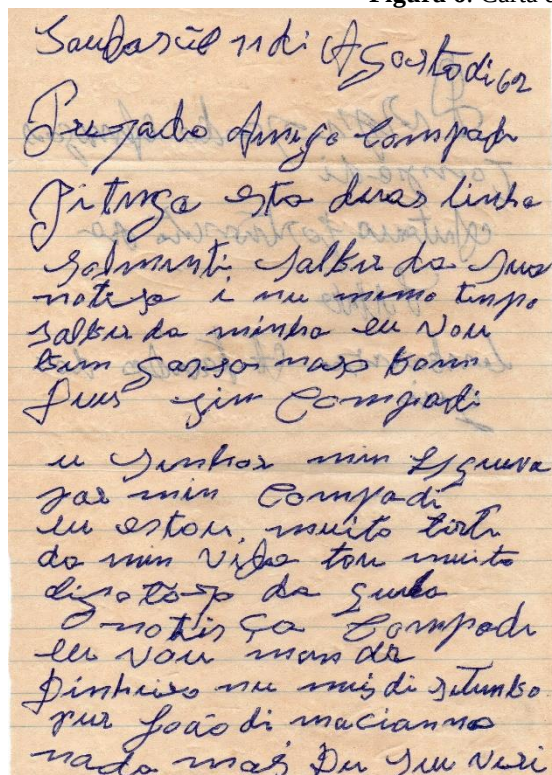
- **O quê?**

O *corpus* utilizado nesta pesquisa é constituído de 91 cartas pessoais, reunidas e editadas por Santiago (2012), o acervo *Cartas em Sisal*³⁷. Os critérios para a edição semidiplomática

³⁷ Obteve-se autorização da pesquisadora Huda da Silva Santiago, que detém os direitos autorais deste acervo, para uso desse material nesta pesquisa mediante assinatura de um termo de anuência apresentado no anexo 1.

adotados pela pesquisadora foram elaborados a partir das normas para transcrição de documentos manuscritos do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) (MATTOSE SILVA, 2001). Segundo Santiago (2012, p. 174), “O processo de transcrição foi feito com base em fotos digitais sem flashes, obtidas dos documentos originais [...]. A revisão da edição foi feita a partir do manuscrito original”. A figura 6 apresenta uma das cartas do acervo com a edição realizada por Santiago (2012):

Figura 6: Carta do acervo *Cartas em Sisal*



Carta 5

AJCO. Documento contendo um fôlio.
Papel almaço com pautas.

Saudação 11 di Agosto di 62|

Prezado Amigo Compadi|

Pitnga esta duas linha|

solmenti salber da sua| notisa i nu memo
tenpo| salber da minha eu vou| bem garsa
noso bom| Deus sim Compadi|

u senhor min esqueva| par min Compadi| eu
estou muito tirti| da min vida tou muito|
digotoso da qu[.]a| notis ça Compadi| eu
vou manda| Dinheiro nu meis di setembo|
pur João di macianno| nada mas Du seu viri|

Fonte: Extraída de Santiago (2012, p. 189).

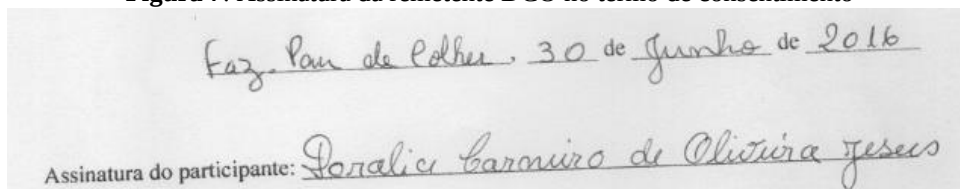
Alguns aspectos, como os listados a seguir, sugerem que as missivas que constituem o acervo *Cartas em Sisal* são autógrafas:

- Os depoimentos dos redatores vivos, em que eles confirmam a autoria das cartas³⁸;
- Conversas com os familiares dos redatores, em que se constata que as missivas foram escritas a próprio punho;
- O caráter informal e espontâneo das correspondências, sugestivo da simetria nas relações entre remetentes e destinatários, e a intimidade das missivas trocadas entre noivos e namorados (SANTIAGO, 2012, p. 58-61);

³⁸ As narrativas com os remetentes vivos e com familiares de remetentes vivos e falecidos foram coletadas e analisadas por Santiago, em sua pesquisa de doutorado. Todos os depoentes autorizaram a coleta e a utilização futura das narrativas, mediante assinatura de um termo de consentimento.

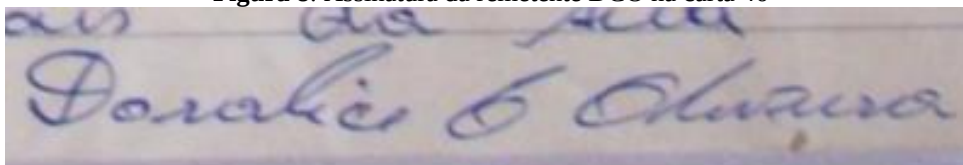
- A correspondência entre as assinaturas nas cartas e nos termos de consentimento³⁹, como demonstrado nas imagens seguintes:

Figura 7: Assinatura da remetente DCO no termo de consentimento



Fonte: Termo concedido por Santiago.

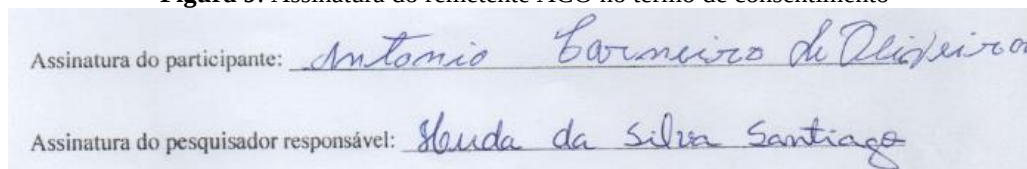
Figura 8: Assinatura da remetente DCO na carta 46



Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

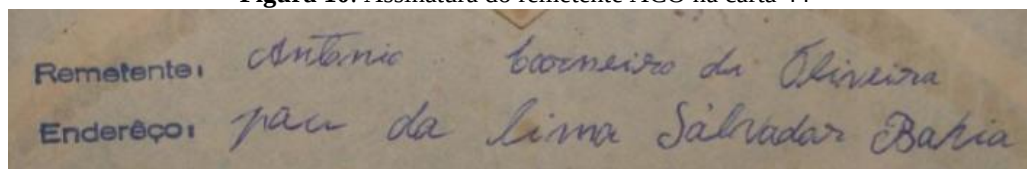
No termo de consentimento, a remetente utiliza o nome de casada, por isso o acréscimo de outro sobrenome. A correspondência entre as assinaturas na carta e no termo de consentimento é identificada na maioria das letras, com destaque para as iniciais maiúsculas. Abaixo, comparam-se as assinaturas do remetente ACO.

Figura 9: Assinatura do remetente ACO no termo de consentimento



Fonte: Termo concedido por Santiago.

Figura 10: Assinatura do remetente ACO na carta 44

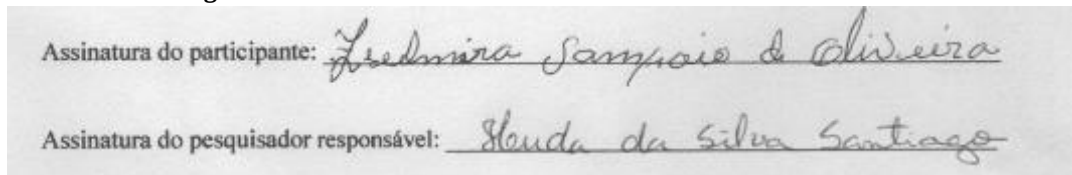


Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

³⁹ Desde fevereiro de 2019, quando ocorreu a defesa da tese de Huda Santiago, todas as informações sobre o acervo *Cartas em Sisal* estão disponíveis em um site (<http://www5.uefs.br/cedohs/maosinabeis/index.html>). Nesse sítio, é possível acessar as narrativas realizadas com alguns dos redatores do acervo e fotografias desse processo. Dentre outros aspectos, as fotografias registram o momento em que os redatores assinam o termo de consentimento, demonstrando que, de fato, são suas a assinatura no termo e, dada a proximidade da caligrafia, a autoria das cartas. Os termos de consentimento cujas assinaturas são apresentadas aqui estão disponíveis no anexo 2.

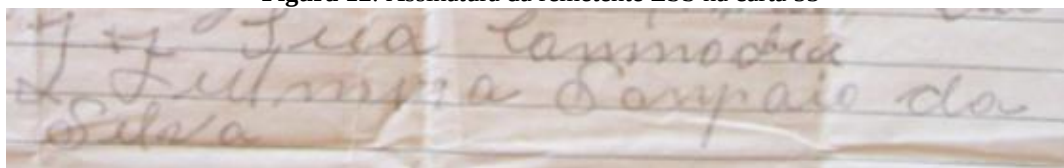
Também nesse caso nota-se a equivalência das assinaturas, tanto nas letras maiúsculas quanto nas minúsculas. Na sequência, conferem-se as assinaturas da remetente ZSS:

Figura 11: Assinatura da remetente ZSS no termo de consentimento



Fonte: Termo concedido por Santiago.

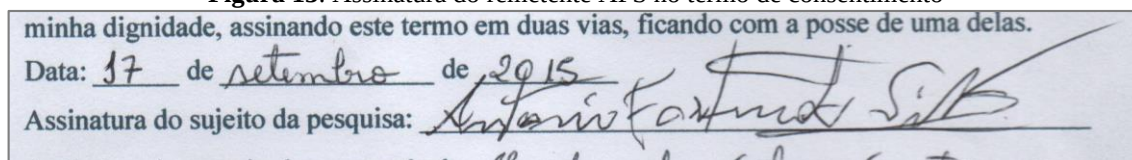
Figura 12: Assinatura da remetente ZSS na carta 53



Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

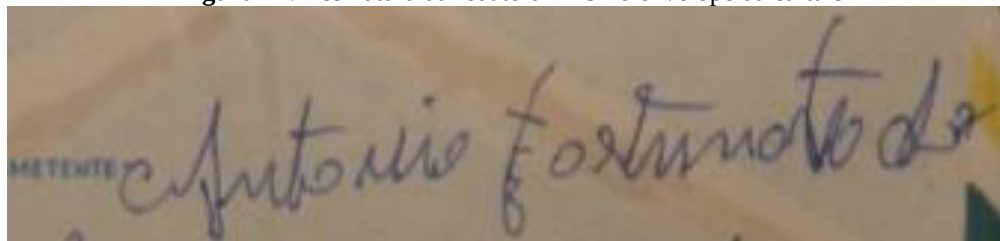
Nesse caso, a alteração do sobrenome provavelmente se deve a utilização do nome de casada da remetente no termo de consentimento. Entre suas assinaturas também se identificam semelhanças. A grafia do “Z” é praticamente a mesma; o desenho do “S” maiúsculo também é muito parecido. Por fim, observam-se as assinaturas de AFS, redator que mais escreveu no acervo:

Figura 13: Assinatura do remetente AFS no termo de consentimento



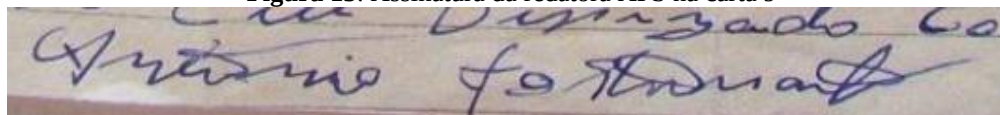
Fonte: Termo concedido por Santiago.

Figura 14: Assinatura da redatora AFS no envelope da carta 8

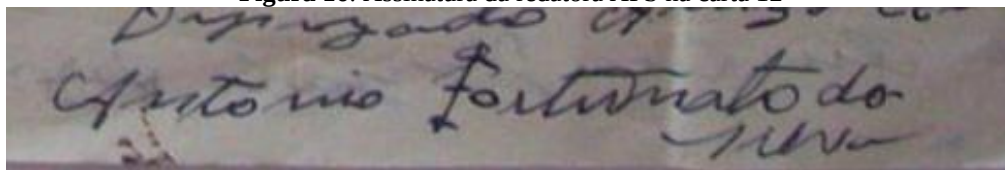
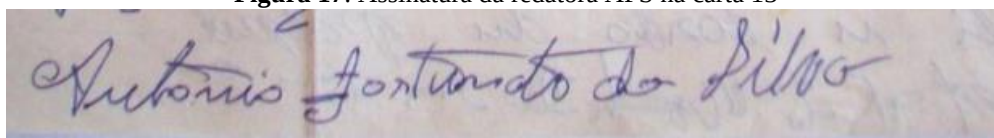


Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

Figura 15: Assinatura da redatora AFS na carta 9



Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

Figura 16: Assinatura da redatora AFS na carta 12

Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).**Figura 17:** Assinatura da redatora AFS na carta 13

Fonte: Extraído de Santiago (2012, p. 285).

Das assinaturas de AFS, destaca-se grande semelhança na grafia do “F” e do “A” maiúsculos. A opção por alongar o traço do “T” também é recorrente entre suas assinaturas. Há variação na grafia de algumas letras, o que pode estar associado a distância, no tempo, entre a escrita das cartas e a assinatura do termo. Nota-se também que, no termo de consentimento, o remetente omitiu o “da”, em “da Silva”.

Em resumo, a comparação entre as assinaturas nas cartas e nos termos de consentimento revela muitas semelhanças, constituindo um indício de que as cartas, de fato, foram manuscritas pelos sertanejos. As variações gráficas, identificadas em alguns casos, não devem causar tanta estranheza, tendo em vista a distância temporal entre a redação das cartas e a assinatura dos termos. Acrescenta-se que as condições do momento da escrita também podem interferir. As cartas foram escritas de forma mais espontânea, rápida. Os termos foram assinados em presença do pesquisador que os coletou, o que pode ter ocasionado maior cuidado por parte do redator em relação à assinatura.

O acervo *Cartas em Sisal* faz parte do banco de dados do *Projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* – CE-DOHS⁴⁰ (Fapesb 5566/2010 – Consepe 202/2010). A edição completa das 91 cartas está disponível no volume II da dissertação de Santiago (2012) e publicada no volume III da coletânea *Cartas Brasileiras (1809-2000)* (2011).

- **Quando?**

As cartas foram escritas ao longo do século XX (1906 a 2000). Das 91 missivas, 72 são datadas. Apresenta-se a distribuição das cartas na tabela abaixo, considerando a datação:

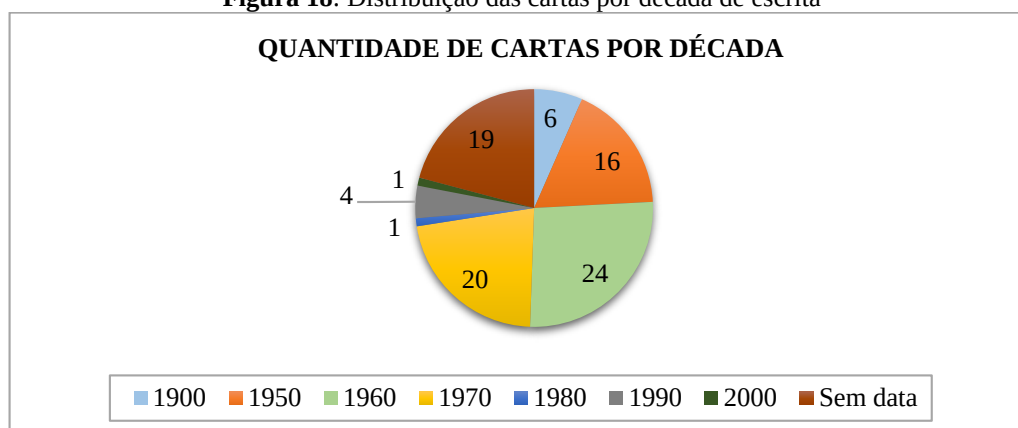
⁴⁰ Sobre o projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, ver Lacerda, Carneiro e Santiago (2016).

Tabela 4: Data de escrita das cartas

PERÍODO	DÉCADA/ANO	QUANTIDADE DE CARTAS
1ª metade do século XX	1ª década do século	6
	Década de 1950	16
	Década de 1960	24
2ª metade do século XX	Década de 1970	20
	Década de 1980	1
	Década de 1990	4
	2000	1
Sem indicação de data		19

Fonte: Adaptada de Santiago (2011).

Dos 19 documentos sem indicação da data de escrita, Santiago (2011) acredita que apenas dois seriam da primeira metade do século XX, mais especificamente da primeira década desse século; e os demais teriam sido escritos entre as décadas de 1960 e 1970. As disparidades na distribuição das cartas quando se considera a data de escrita são evidentes no gráfico abaixo:

Figura 18: Distribuição das cartas por década de escrita

Fonte: Elaborada pela autora, a partir de Santiago (2012).

Nota-se que as décadas de 1950, 1960 e 1970 concentram o maior montante de cartas. Por outro lado, a primeira e as duas últimas décadas do século XX contam uma quantidade bem reduzida de documentos.

- **Onde?**

Em 62 cartas, há a indicação do local de onde foram escritas. A maioria das missivas foram escritas de localidades rurais dos municípios baianos de Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Alguns redatores escreveram para destinatários de regiões mais próximas, cidades ou fazendas vizinhas. As cartas que não foram escritas na Bahia foram enviadas do estado de Goiás e da capital e cidades do interior de São Paulo, para os parentes e amigos que deixaram

na Bahia. Assim, como esclarecem Santiago e Carneiro (2016), a migração foi um dos fatores que motivaram a escrita das cartas.

- **Como?**

Como destaca Santiago (2016), as cartas foram redigidas apesar da pouca habilidade dos remetentes com a técnica da escrita, considerando que os redatores tiveram pouco ou nenhum acesso à escolarização formal.

- **Para quê/quem?**

Santiago e Carneiro (2016, p. 91) observam que as missivas dos sertanejos baianos “[...] foram trocadas em relação de simetria entre redatores que fazem parte de um contexto sociocultural semelhante e são textos próximos de uma escrita cotidiana, de caráter afetivo, apresentando um significativo grau de transparência aos usos vernáculos”⁴¹. Essas correspondências foram trocadas entre parentes e amigos, com o intuito, quase sempre, de receber e dar notícias uns aos outros, bem como solicitar alguns favores, às vezes relacionados à ocupação dos remetentes na agricultura ou na criação de animais de pequeno porte. Há também cartas enviadas a namorados e com pedidos de casamento. E cartas enviadas de outros estados, Goiás e São Paulo, que expressam as saudades que os remetentes sentem dos amigos e familiares na Bahia.

Tendo apresentado os materiais consultados na análise, a seguir expõem-se alguns aspectos relacionados aos redatores.

4.2.2 Os redatores

Em relação aos redatores, considerando as mesmas perguntas elencadas a partir de Petrucci (2003), sumarizam-se os dados a seguir.

⁴¹ O estudo de Santos (a sair), em desenvolvimento no âmbito do Mestrado em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, considerando a dicotomia proposta por Brown e Gilman (1960) entre Poder e Solidariedade, apresenta uma classificação dos tipos de relações sociais (simétricas e assimétricas (ascendentes e descendentes)) estabelecidas entre os redatores e destinatários do acervo *Cartas em Sisal*.

- **Quem?**

O *corpus* utilizado nesta pesquisa é constituído de 91 cartas pessoais escritas por 43 sertanejos baianos pouco escolarizados (20 homens e 23 mulheres). De modo geral, esses sertanejos possuem baixas condições financeiras e trabalham como lavradores. As mulheres aliam essa ocupação ao trabalho com os afazeres domésticos. Através de entrevistas com remetentes e destinatários das cartas e com seus familiares, bem como por meio de consulta a seus documentos pessoais, Santiago (2012) pode catalogar o perfil biográfico de cada remetente, possibilitando o acesso a uma série de informações. A partir dos dados coletados por Santiago (2012), Santos (2017) resumizou algumas informações sobre cada remetente, apresentadas no quadro 5, a seguir:

Quadro 5: Informações sobre cada remetente do acervo *Cartas em Sisal*

Nº DO REMETENTE	NOME DO REMETENTE (COMO ESTÁ NA CARTA)	NATURALIDADE, GRAU DE ESCOLARIDADE, IDADE E OCUPAÇÃO PRINCIPAL OU DE MAIOR DESTAQUE⁴²	CÓDIGO DO REMENTE	CARTAS
1	Antônio Fortunato da Silva	Nascido em 06 de setembro de 1936, tinha entre 20- 19 anos durante a escrita das cartas. Não frequentou a escola, mas aprendeu através da convivência com os amigos e leitura da bíblia. Sua profissão é Lavrador. É natural da Fazenda Varjota, em Riachão do Jacuípe, BA.	AFS	DÉCADA DE 50: Carta 01 DÉCADA DE 60: Cartas 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 45 SEM DATA: Cartas 20, 21, 22, 23, 24 e 25
2	Fernando José de Oliveira	Sem data de nascimento declarada nem faixa etária quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da zona rural de Riachão do Jacuípe, BA.	FJO	Carta 26
3	Gildásio de Oliveira Rios	Nasceu em 1935 e tinha 20 anos (aproximadamente) quando escreveu as cartas. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da Zona rural de Conceição do Coité, BA.	GOR	Cartas 27, 28 e 29.
4	Jacob de Oliveira Matos	Nasceu aproximadamente em 1950 e tinha aproximadamente 20 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da fazenda mamona, em Riachão de Jacuípe, BA.	JOM	Carta 30
5	Jesuino Carneiro de Oliveira	Nasceu aproximadamente em 1940 e tinha 23 anos (idade aproximada). Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da Fazenda Morrinho, em Riachão do Jacuípe, BA.	JCO	Carta 31

⁴² Para conferir as informações acerca dos redatores, ver o índice analítico das cartas e a ficha de cada redator, disponíveis em Santiago (2012).

6	Lázaro Félix de Oliveira	Sem data de nascimento declarada nem faixa etária quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da Fazenda Morrinho, em Riachão do Jacuípe, BA.	LFO	Carta 32
7	Manoel Carneiro de Oliveira	Nasceu aproximadamente em 1930 e tinha 25 anos aproximadamente. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da Fazenda Pau de Colher, em Riachão do Jacuípe, BA.	MCO	DÉCADA DE 50: Carta 33 DÉCADA DE 60: Cartas 34 e 35
8	Mariazinha Carneiro de Oliveira	Nasceu em 1927 e tinha 28 anos quando da escrita da carta, por inferência. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Pau de Colher, em Riachão do Jacuípe, BA.	MC	Cartas 36, 37 e 50
9	Francisca/ Nina	Sem data de nascimento declarada nem faixa etária de quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão é dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Morrinho, em Riachão do Jacuípe, BA.	NIN	SEM DATA: Carta 38 DÉCADA DE 70: Carta 51
10	Roque Carneiro de Oliveira.	Nasceu aproximadamente em 1920 e não tinha a faixa etária declarada quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É Natural de Fazenda Morrinho, município de Riachão do Jacuípe, BA.	RCO	Carta 39
11	Salomão Fortunato da Silva	Nasceu em 1925 e tinha entre 30 e 31 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é Lavrador. É natural da Fazenda Varjota, em Riachão do Jacuípe, BA.	SFS	Cartas 40, 41 e 42
12	Angélica Pereira da Silva	Nasceu em 1932 e tinha 24 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Varjota, em Riachão do Jacuípe, BA.	APS	Carta 43
13	Antônio Carneiro de Oliveira	Nasceu em 1957 e tinha 18 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é pedreiro e carpinteiro. É natural da zona rural de Riachão do Jacuípe, BA.	ACO	Carta 44

14	Doralice Carneiro de Oliveira Jesus	Nasceu em 23 de outubro de 1960, mas não tem idade declarada de quando da escrita da carta. Sua profissão é dona de casa e costureira. Estudou apenas os primeiros anos. É natural de Riachão do Jacuípe, BA.	DCO	Carta 46
15	Filomena Pereira da Silva.	Nasceu em 1934 e tinha 22 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola. Estudou um pouco em casa. Sua profissão é dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Varjota, município de Riachão do Jacuípe.	FPS	Carta 47
16	Iraildes Carneiro de Oliveira	Nasceu em 1957 e tinha 19 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola. Estudou um pouco em casa. Sua profissão é dona de casa e lavradora. É natural da zona rural Riachão do Jacuípe, BA.	ICO	Carta 48
17	José Joaquim de Oliveira	Nasceu em 1950, mas sem idade declarada de quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão é lavrador. É natural da zona rural de Riachão do Jacuípe, BA.	JJO	Carta 49
18	Zenilta Bispo Oliveira	Sem data de nascimento declarada nem faixa etária de quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão é dona de casa e lavradora. É natural da zona rural de Riachão do Jacuípe, BA.	ZBO	Carta 52
19	Zulmira Sampaio da Silva	Nasceu em 1935 aproximadamente e tinha 35 anos (aproximadamente) quando da escrita da carta. Estudou apenas os primeiros anos. Sua profissão era dona de casa e lavradora. É natural de Fazenda Morrinho, em Riachão do Jacuípe, BA.	ZSS	Carta 53
20	Ana Helena Cordeiro de Santana	Nasceu em 26 de abril de 1961 e tinha 15 anos quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão era lavradora e trabalhava na extração de sisal. É natural da Fazenda Cabana, em Ichu, BA.	AHC	DÉCADA DE 70: Cartas 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60. SEM DATA: Carta 61.
21	João dos Santos	Sem data de nascimento nem idade de quando da escrita da carta declarada. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era lavrador. É natural de Goiabeira, em Conceição do Coité, BA.	JS	Carta 62

22	Ana Santana Cordeiro	Nasceu em 01 de janeiro de 1936 e tinha 56 anos quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão era dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Lameiro Remoaldo, em Conceição do Coité, BA.	ASC	Carta 63
23	José Mendes de Almeida	Nasceu em 14 de outubro de 1952 e tinha 25 anos quando da escrita da carta. Estudou apenas os primeiros anos, até a 1ª série. Era lavrador e trabalhou na extração do sisal. É natural de Goiabeira, em Conceição do Coité, BA.	JMA	Cartas 64 e 65
24	Josepha Maria da Silva.	Sem data de nascimento declarada, mas, por inferência, supõe-se, pela data da carta, que seja anterior a 1900. Sem idade declarada de quando da escrita da carta. Sem identificação quanto a escolaridade. É natural da Fazenda Cachorrinha, em Conceição do Coité, BA.	JMS	PRIMEIRA DÉCADA DO SÉC. XX: Carta 66 e 67 SEM DATA: Carta 68
25	Maria Bernadete Carneiro da Silva	Nasceu em 1960 aproximadamente e tinha 17 anos (aproximadamente). Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era dona de casa e lavradora. Era natural da Fazenda Cachorrinha, em Conceição do Coité, BA.	DCS	Carta 69
26	Zita Lima Silva	Nasceu em 1950 e tinha 28 anos quando da escrita da carta. Estudou apenas os primeiros anos. Sua profissão era dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Cipó, em Conceição do Coité, BA.	ZLS	DÉCADA DE 70: Carta 70 SEM DATA: Carta 71
27	Antonia Oliveira Lima.	Nascida aproximadamente em 1960 e tinha aproximadamente 20 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era dona de casa. É natural da Fazenda Cachorrinha, em Conceição do Coité, BA.	AOL	Carta 72
28	Roma	Sem data de nascimento nem idade declarada quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era dona de casa. É natural da Zona rural de Conceição do Coité, BA.	ROM	Carta 73

29	Josefa Josina da Silva Pinto. (Zezete)	Nasceu em 13 de novembro de 1940 e tinha 38 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Cachorrinha, município de Conceição do Coité.	ZJS	Carta 74
30	Luciana Matos da Silva	Nasceu em 1976 (aproximadamente) e tinha 20 anos (aproximadamente). Sem identificação quanto a sua escolaridade. Sua profissão é dona de casa. É natural da Fazenda Mamona, em Riachão do Jacuípe, BA.	LM	Carta 75
31	Margarida Maria de Oliveira	Nasceu, aproximadamente, em 1920, mas não tinha a idade declarada de quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão é dona de casa. É natural da Fazenda Jiboia, município de Conceição do Coité, BA.	MMO	Carta 76
32	Maria Lucia Oliveira Carneiro	Sem data de nascimento nem idade de quando da escrita da carta declarada. Sem identificação quanto a sua escolaridade. Sua profissão é dona de casa. É natural de Riachão do Jacuípe, BA.	ML	Carta 77
33	Firmina Petornilha dos Santos	Sem data de nascimento declarada nem idade quando da escrita da carta. Porém, pela data de escrita da carta, supõe-se que a remetente nasceu antes de 1900. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era dona de casa. Era natural da Zona rural de Conceição do Coité, BA.	FP	Cartas 78, 79 e 80
34	Antônio Marcellino de Lima	Sem data de nascimento declarada nem idade quando da escrita da carta. Porém, pela data de escrita da carta, supõe-se que o remetente nasceu antes de 1900. Sem identificação quanto a sua escolaridade. Sua profissão era lavrador. Era natural da Zona rural de Conceição do Coité, BA.	AML	Carta 81
35	João Carneiro de Oliveira. (João Pintanga)	Nasceu em 14 de julho de 1929 e tinha 22 anos quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era lavrador. É natural da Fazenda Pau de Colher, em de Riachão do Jacuípe, BA.	JPC	Carta 82
36	Antônio Pinheiro Costa	Nasceu aproximadamente em 1930 e tinha aproximadamente 23 anos. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era lavrador. É natural da Fazenda Mamona, em Riachão do Jacuípe, BA.	APC	Carta 83

37	Maria Dalva Carneiro	Sem data de nascimento declarada nem idade de quando da escrita da carta. Sem identificação quanto a sua escolaridade. Sua profissão era dona de casa. É natural da Zona rural de Conceição do Coité, BA.	MDC	Carta 84
38	Raimundo Adilson Cedraz	Nasceu em 17 de abril de 1961 e tinha 22 anos quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão era lavrador. É natural da Zona rural de Riachão do Jacuípe, BA.	RAC	DÉCADA DE 80: Carta 85 SEM DATA: Carta 90
39	Pedro Vando Paulino de Oliveira. (Vandinho)	Nasceu em 4 de junho de 1970 e tinha 25 anos quando da escrita da carta. Estudou até a 4ª série. Sua profissão era lavrador. É natural da Fazenda Pedra Branca, em Ichu, BA.	VAN	Carta 86
40	Izaura	Sem data de nascimento declarada nem idade de quando da escrita da carta. Não frequentou a escola, mas estudou um pouco em casa. Sua profissão era dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Pau de Colher, em Riachão do Jacuípe, BA.	IZA	Carta 87
41	João Saturnino Santa Anna	Sem data de nascimento declarada nem idade de quando da escrita da carta. Sem identificação quanto a sua escolaridade. Sua profissão era lavrador. É natural da Zona rural de Conceição do Coité, BA.	JSS	Carta 88
42	Izaque Pinheiro de Oliveira	Sem data de nascimento declarada nem idade de quando da escrita da carta. Sem identificação quanto a sua escolaridade. Sua profissão era lavrador. É natural da Fazenda Mamona, em Riachão do Jacuípe, BA.	IPO	Carta 89
43	Bernadete Maria de Oliveira	Nasceu em 29 de janeiro de 1972 e tinha aproximadamente 18 anos. Estudou até a 4ª série. Sua profissão era dona de casa e lavradora. É natural da Fazenda Flores, em Conceição do Coité, BA.	BMO	Carta 91

Fonte: Adaptado de Santos (2017, p. 89-94, Quadro 1)⁴³.

⁴³ Atualizaram-se, neste quadro, apenas alguns dados referentes à escolarização de alguns sertanejos.

Os redatores das 91 cartas que constituem o *corpus* desta pesquisa, em virtude do pouco treino com a escrita, refletem em seus textos características de estágios incipientes de aquisição da escrita, do que são referidos pela expressão *mãos inábeis* (MARQUILHAS, 2000). Fazem-se necessários, dessa forma, alguns esclarecimentos acerca desse termo.

Barbosa (2017) explica que a inabilidade na escrita alfabética está relacionada não à aquisição da língua oral, embora a escrita fonética possa ser uma marca de inabilidade, nem ao nível sócio-cultural do redator, tampouco a uma época ou lugar específicos, mas a questões de escriptualidade. Reforça o autor que “[...] as marcas caracterizadoras de *mão inábeis*⁴⁴ são marcas de dificuldade de representação escrita. A escrita mais fonética é apenas um aspecto dessa dificuldade.” (BARBOSA, 2017, p. 21). A partir disso, o pesquisador chama a atenção para algumas suposições errôneas acerca dos produtos gráficos de *mãos inábeis*. A primeira se refere à tendência em relacionar os escritos de *mãos inábeis* à presença de uma oralidade mais vernácula em outros níveis da gramática. Sobre isso, esclarece Barbosa (2017, p. 21): “É a tentadora ilusão de se supor uma sintaxe mais próxima da fala (em relação a outros tipos de *corpora* linguísticos) por encontrar marcas de oralidade na escrita de um inábil.”. O segundo equívoco está em supor que apenas as características físicas decorrentes do pouco exercício da escrita são suficientes para identificar os produtos gráficos de *mãos inábeis*⁴⁵.

Sobre essa expressão, Marquilhas (2000) explica que

Claire Blanche-Benveniste, referindo-se aos autores materiais de um texto enquanto falantes estacionados em fase incipiente de aquisição da escrita, recorre à expressão “scripteurs maladroits”. Uma tradução portuguesa aproximada do termo terá de evitar designações como “escritor” (que tem conotação estética) ou “escrevente” (com conotação ocupacional), de modo que só parece sobrar o termo que a tradição paleográfica consagrou para designar o principal factor de uma escrita: o termo “mão”. (MARQUILHAS, 2000, p. 235)

Baseando-se na proposta apresentada por Marquilhas (2000), Santiago (2012), além de reunir e editar criteriosamente o acervo de 91 cartas analisadas na presente dissertação, realizou a análise de aspectos paleográficos, supragráficos, grafo-fônicos e de aquisição da escrita nesse *corpus*, do que foi possível identificar, na grafia dos 43 redatores, aspectos da escrita de *mãos inábeis*⁴⁶. O quadro 6, a seguir, sintetiza os aspectos identificados por Santiago (2012):

⁴⁴ Sem concordância no original.

⁴⁵ Essa discussão é realizada no capítulo 4 da tese de Santiago (a sair).

⁴⁶ Essa análise tem sido ampliada com a descrição de outros aspectos, na tese de Santiago (a sair).

Quadro 6: Caracterização da escrita de mãos inábeis do sertão baiano

ASPECTOS CONSIDERADOS POR SANTIAGO (2012)	DESCRIÇÃO E ALGUNS EXEMPLOS ⁴⁷
SUPRAGRÁFICOS	Textos escritos em meia folha, sugerindo uma escrita rápida e informal; rasgos e manchas no papel, decorrentes do pouco cuidado no manuseio e nas condições de transporte e armazenamento.
PALEOGRÁFICOS	Ausência de <i>cursus</i> ; uso do módulo grande; ausência de regramento ideal; traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto; irregularidade da empaginação (aspecto paleográfico mais identificado nas cartas); e letras monolíticas.
SEGMENTAÇÃO GRÁFICA	Dificuldade na interpretação das fronteiras entre as palavras, evidenciada pela ocorrência de hipersegmentação e hipossegmentação.
REPETIÇÃO	Como estratégia de coesividade, compreensão, continuidade tópica, argumentatividade e interatividade.
AQUISIÇÃO DA ESCRITA	grafia de sílabas complexas (deslocamento ou omissão do /r/ em ataque ramificado ou em posição de coda; e do /l/ e do /s/ em sílabas complexas); hipercorreção (o /r/ mostrou-se uma marca propícia para manifestação da escrita deslumbrada tanto em posição de coda quanto em ataque ramificado, sendo mais observado no primeiro caso); representação da nasalidade: ou por representação exagerada com repetição da consoante nasal (<i>commo</i> (AFS-1), <i>conmo</i> (AFS-11)), ou por omissão dessa consoante (<i>mado</i> (mando) (AFS-4)); representação dos dígrafos: busca de uma representação biunívoca entre letra e som (<i>qêr</i> (quer) (AFS-19), <i>filinho</i> (AFS-7)).
GRAFO-FÔNICOS	Refletiram aspectos próprios da transposição de marcas da oralidade para a escrita, evidenciando a inabilidade dos redatores: elevação de vogais médias: elevação de vogais médias pretônicas [e] ~ [i] e [ê] ~ [ĩ] (<i>sinhor</i> (AFS-1)); elevação de vogais médias pretônicas [o] ~ [u] e [ô] ~ [ũ] (<i>nuticia</i> (AFS-1)); elevação da vogal média postônica [e] ~ [i] (<i>compadi</i> (AFS-2)); elevação da vogal média postônica [o] ~ [u] (<i>todu</i> (JMA-64)); elevação das vogais médias em monossílabos: [e] ~ [i] e [ê] ~ [ĩ] (<i>di</i> (APS-43)); [o] ~ [u] e [ô] ~ [ũ] (<i>du</i> (GOR-29)); abaixamento das vogais altas: abaixamento das vogais altas pretônicas [i] ~ [e] e [ĩ] ~ [ê] (<i>ermãos</i> (MS-37)); abaixamento das vogais altas pretônicas [u] ~ [o] e [ũ] ~ [ô] (<i>monicípio</i> (ASF-22)); anteriorização e posteriorização de vogais: anteriorização [a] ~ [e], ocorreu seis vezes apenas (<i>esmerinda</i> (Almerinda) (SFS-40)); posteriorização [a] ~ [o] (<i>tombem</i> (VAN-86)); posteriorização [e] ~ [o] (<i>intereço</i> (ZBO-52)); posteriorização [u] ~ [i] (<i>qardaloisa</i> (guarda-louça) (ZSS-53)); redução de ditongos: orais: [ya] (<i>notisa</i> (AFS-2)); [yu] (<i>negoço</i> (AML-81)); [ay] (<i>caxa</i> (AFS-8)); [aw] (<i>sodadi</i> (ZSS-53)); [ey] (<i>bejinho</i> (ICO-48)); [ow] (<i>otros</i> (JCO-31)); [uy] (<i>codado</i> (cuidados) (MC-37)); [ɛw] (<i>procupação</i> (AHC-58)); nasais: [wã] (<i>condo</i> (quando) (AFS-11)); [ãw] (<i>bença</i> (benção) (IZA-87)); e [ũy] (<i>mutto</i> (muito) (ZLS-70)); ditongação: com inserção da semivogal [y] (<i>dezeijo</i> (AFS-6)); e com inserção da semivogal [w] (<i>toudu</i> (JMS-66)); nasalização (<i>min</i> (me) (JMA-65)) palatalização: [l] ~ [ʎ] (<i>familha</i> (APC-83)); rotacismo (<i>forgado</i> (MC-50)); labdacismo: ocorreu 8 vezes apenas (<i>vili</i> (vire) (AFS-6)); prótese (alembra (NIN-38)); paragoge (porotugesi (JMA-65)).

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise de Santiago (2012).

⁴⁷ Os exemplos serão apresentados nos casos em que refletem mais profundamente a inabilidade dos redatores. O exemplo será acompanhado da escrita padrão da palavra apenas nos casos em que sua identificação gerar dúvidas.

Os dados sumarizados no quadro indicam que, tendo estado às margens do processo de escolarização, os sertanejos baianos exibem em seus textos aspectos característicos de estágios iniciais de aquisição da escrita, tanto no plano gráfico quanto no supragráfico, distanciando-se, dessa forma, das convenções da escrita, ao mesmo tempo em que esses materiais, sendo resultantes de práticas cotidianas e menos monitoradas da escrita, são representativos do português popular brasileiro.

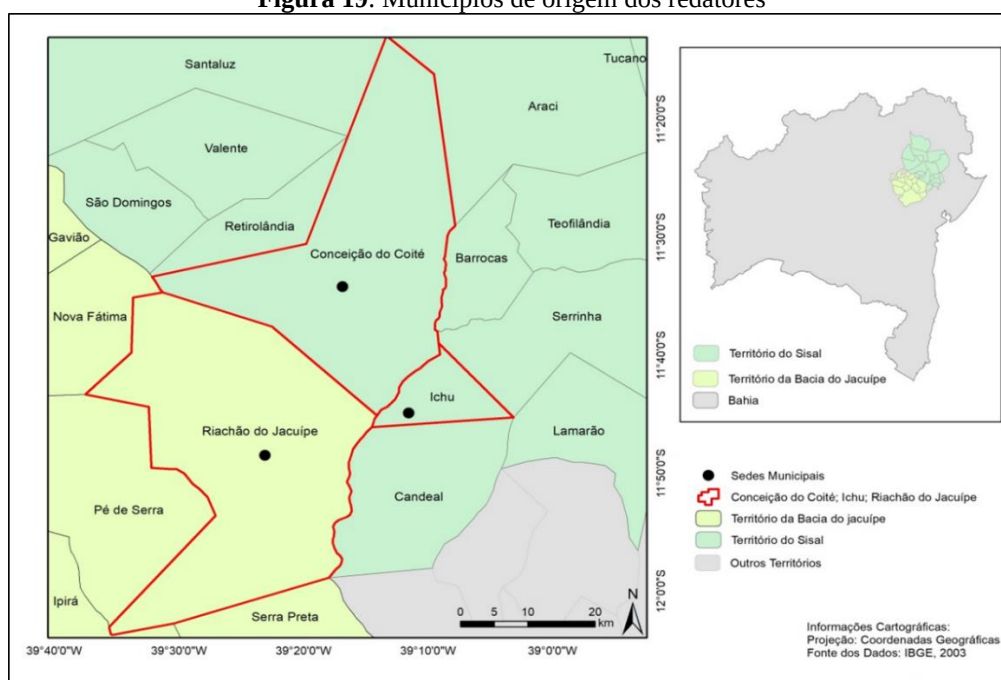
- **Quando?**

Dos redatores com data de nascimento identificada, 4 nasceram no século XIX; 15 nasceram na primeira metade do século XX, e 14, na segunda metade do século XX. Quando escreveu as cartas, a maior parte dos redatores tinha entre 15 e 28 anos. Apenas três sertanejos tinham mais de 30 anos (um com 35, outro com 38, e um terceiro com 56 anos). É importante esclarecer que, para alguns redatores, não havendo a especificação da idade exata quando da escrita das cartas, operou-se com valores aproximados (SANTIAGO, 2011).

- **Onde?**

Os 43 remetentes são oriundos de áreas rurais dos municípios baianos de Riachão do Jacuípe (25 remetentes), Conceição do Coité (16 remetentes) e Ichu (dois remetentes). A localização dessas cidades é apresentada no mapa seguinte:

Figura 19: Municípios de origem dos redatores

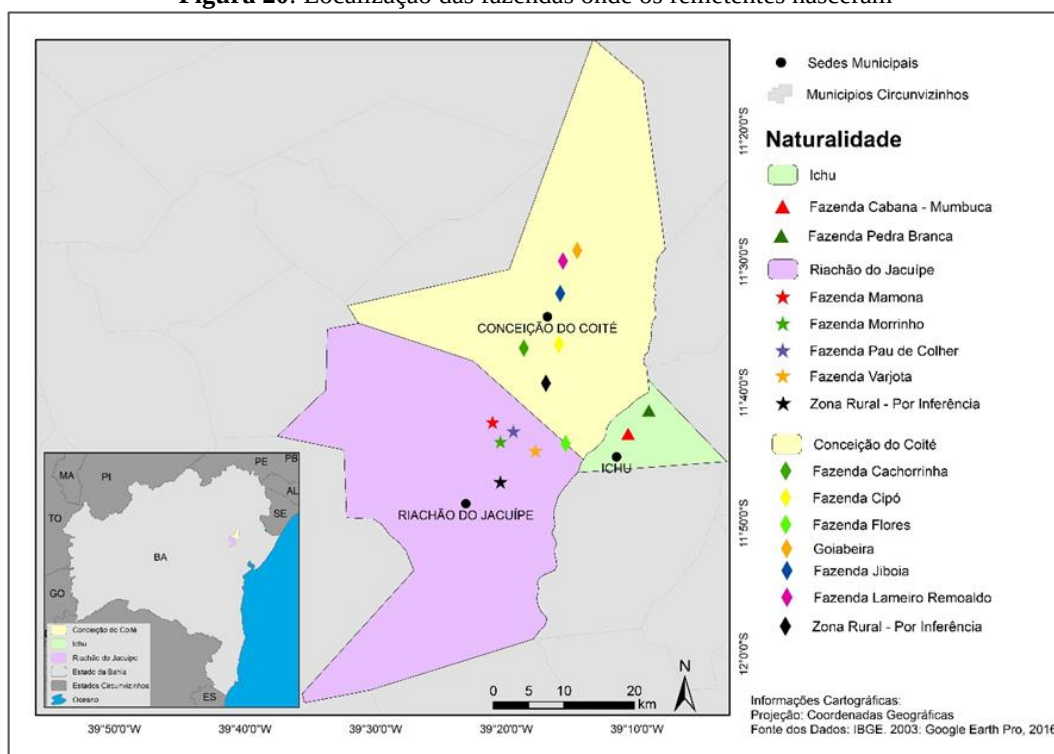


Fonte: Elaborada pela autora.

As cidades de Conceição do Coité e Ichu estão situadas no Território de Identidade do Sisal e Riachão do Jacuípe no Território de Identidade da Bacia do Jacuípe. Sobre esses municípios, Santiago (2011, p. 45) explica que, além dos limites geográficos, eles “[...] possuem, historicamente, estreitas relações políticas, econômicas e sociais.”. Riachão do Jacuípe é a mais antiga das três cidades. Os territórios de Conceição do Coité e Ichu pertenceram, inicialmente, a Riachão do Jacuípe, desmembrando-se dele, respectivamente, em 1933 e 1962. Durante muito tempo, a pecuária foi o motor da economia na região. Com o declínio dessa atividade, ganha lugar o trabalho com o sisal, cujo cultivo foi introduzido na Bahia no início do século XX, resistindo hoje, nos referidos municípios, apenas em pequenas propriedades (SANTIAGO, 2011).

Na figura 20, apresenta-se a localização das áreas rurais onde os 43 redatores nasceram:

Figura 20: Localização das fazendas onde os remetentes nasceram



Fonte: Elaborada pela autora.

A proximidade entre essas regiões pode ter favorecido a circulação das cartas.

• Como?

A maioria dos remetentes (23 sertanejos) aprendeu a escrever em casa. Apenas oito remetentes estudaram até a quarta série. Quatro estudaram apenas as primeiras séries (um ou dois anos), e um redator, Antônio Fortunato da Silva, relatou ter aprendido a escrever pelo convívio com alguns amigos que sabiam escrever e fazendo a leitura da Bíblia. Não há

informações sobre o contexto de aprendizagem da escrita de sete redatores. A respeito da escolaridade dos missivistas, Santiago e Carneiro (2016) explicam que

Em termos de pouca habilidade com a escrita, não há muita diferença entre aqueles que não frequentaram uma instituição de ensino e os que estudaram os primeiros anos, ou seja, todos os remetentes, independente de como tiveram acesso às primeiras letras, apresentam, nos manuscritos, aspectos próprios a adultos em fase de aquisição da escrita. (SANTIAGO; CARNEIRO, 2016, p. 97)

Santiago (2016) observa que as poucas escolas que existiam na região do semiárido baiano funcionavam de modo precário, em alguns casos com professoras itinerantes. A própria casa ou a de parentes serviu, muitas vezes, como local de aprendizagem. A autora destaca também que o contato com materiais de leitura, como os textos religiosos, pode ter contribuído para aprendizagem da escrita. Esses dados fornecem pistas das práticas de letramento às quais os sertanejos tiveram acesso, ao mesmo tempo em que sugerem em que condições se deu o processo de aprendizagem da escrita.

- **Para quê/quem?**

As 91 correspondências do acervo *Cartas em Sisal* foram enviadas a 19 destinatários, sendo que alguns deles também são remetentes do acervo. A tabela a seguir apresenta a distribuição das cartas organizadas por destinatários:

Tabela 5: Quantidade de cartas por destinatário

Destinatário	Quantidade de cartas recebidas
João Carneiro de Oliveira	42
Almerinda Maria de Oliveira	11
José Mendes de Almeida	9
Ana Helena Cordeiro de Santana	3
Firmina Petornilha dos Santos	3
Josefa Jozina da Silva	4
Neraldo Lopes Pinto	2
Maria Inês Oliveira Costa	3
Josepha Maria da Silva	2
Pérola de Vasconcellos	1
Juvenal Saturnino de Santa Anna	1
José Adriano	1
Didi	1
Fernando José de Oliveira	1
Antônio	1
Lucidalva Cordeiro Cedraz	2
Regina Maria de Jesus Oliveira	1
Helena	2
Comadre e Compadre	1
Total	91

Fonte: Adaptada de Santiago (2011).

Os destinatários João Carneiro de Oliveira e Almerinda Maria de Oliveira concentram o maior montante de cartas. Foi também no acervo pessoal desse casal que Santiago (2012) localizou o maior número de missivas, 54 no total.

Tendo apresentado essa caracterização geral do *corpus*, ressalta-se que, além de sua significação cultural, o acervo de cartas reunidas e editadas por Santiago (2012) tem especial valor enquanto fonte disponível para estudos linguísticos, como comentado na subseção 3.3.

4.3 SOBRE A SELEÇÃO E EXCLUSÃO DOS DADOS

Selecionaram-se, para análise, apenas os sintagmas em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido antes de possessivos e de antropônimos. Foram excluídos das rodadas dados que pudessem enviesar os resultados, tais como os pronomes com os quais não há variação e os contextos de fórmulas.

Na análise da combinação do artigo com possessivo, foram eliminados os casos em que:

- O possessivo tem função vocativa, já que a ausência de artigo é categórica nesse contexto (ao todo, contabilizaram-se 25 possessivos com função de vocativo):

(24) Ø meu querido Amigo pitanga Estimado Adeus di| lonje (ASF-20).

- O possessivo sucede o nome ao qual se associa no sintagma (foram contabilizadas 14 ocorrências desse tipo):

(25) Segue lembrança **minha** (ML-77).

- O possessivo ocorre em nomeações de santo (*nosso senhor* (uma única ocorrência no *corpus*) e *nossa senhora* (quatro ocorrências no *corpus*)). Porém, as formas possessivas que acompanham o nome *Deus* foram contabilizadas, considerando que o possessivo, nesse caso, não compõe a nomeação e que esse nome, além de ocorrer com diferentes formas possessivas no *corpus*, ocorre com e sem o artigo, como ilustram os exemplos:

(26) [...] eu| estou com coude graça| a Ø **meu** bom Deus [...] (AOL- 72);

(27) [...] eu vou com| saúde grasas **au nosso** bom Deus [...] (JCO- 31).

Foi registrada uma única ocorrência de possessivo com o nome *Jesus*. Entendendo que esse nome se comporta de forma semelhante ao nome *Deus*, tal ocorrência, apresentada a seguir, foi considerada na análise:

(28) [...] estamos <↑com>saudê garça **Ø** **nosso** bom Jeus [...] (APS- 43).

Também foram excluídos da análise os casos em que:

- O possessivo é precedido por artigo indefinido ou pronome demonstrativo. Foi encontrada apenas uma ocorrência de cada tipo:

(29) [...] Ca fico ao Seo despocer| um **Seo** amante Criado Obrigadíssimo [...] (AML-81);

(30) [...] eu esquecer di saber.| da sinhora contar| essa **A** **cua** Curtura [...] (AFS-9).

- Contextos que geraram dúvida quanto à possibilidade de variação da presença do artigo (um único caso no *corpus*):

(31) [...] Zezete bote uma bensa em Jose agusto| são nirei romario diga para eles que| foi tia Zita que mandou sim **Minha**| e de Antonio [...] (ZLS-71).

- A presença ou ausência do artigo implica diferenças semânticas mais perceptíveis. Identificou-se, no *corpus*, um registro dessa natureza:

(32) [...] toudo Quantos| Trabalho e **meu** [...] (ICO- 48).

É possível que, em outros contextos, a alternância entre a presença e a ausência do artigo também possibilite diferentes interpretações. Mas, entre as ocorrências de possessivo no *corpus*, o exemplo anterior é o que deixa isso mais evidente. A presença do artigo antes do possessivo na frase (32) parece ter uma interpretação distinta da leitura feita quando o determinante está ausente.

- Ocorreu o pronome *seu* em referência à terceira pessoa do singular, visto que a ausência do artigo foi categórica com esse pronome;

- Há pronome de segunda pessoa do plural, em virtude de sua pequena produtividade no *corpus* (seis registros apenas).

Em relação aos contextos de variação do artigo diante de antropônimo, não foram contabilizados os dados em que:

- O antropônimo tem função de vocativo (contabilizaram-se 182 ocorrências de antropônimos com função vocativa);
- O antropônimo aparece isolado no final da carta (contabilizaram-se 41 ocorrências desse tipo; quase todas foram assinaturas);
- O antropônimo desempenha função de aposto designativo, como nos exemplos destacados a seguir:

(33) Para ser entregue| **Au** senhor **Juão** Carneiro| di Oliveira [...] (GOR- 29);

(34) [...] recebi duas cartas cua i 2 di **Ø** conpadi **pedor** [...] (AFS- 7);

(35) [...] mande u Dinhero por **Ø** tio| **Sinezio** [.] [...] (SFS-41).

Nesses casos, que ocorreram 80 vezes no *corpus*, entende-se que o artigo, quando realizado, associa-se ao nome núcleo do sintagma e não ao antropônimo⁴⁸.

Além dos critérios para exclusão dos dados, outras decisões devem ser esclarecidas.

Quando, no mesmo sintagma, ocorreu possessivo e antropônimo, o dado foi contabilizado apenas na análise dos possessivos. Um dado desse tipo é registrado no exemplo (36):

(36) [...] boti umma bença| ni **Ø** **meu Pitico** i ni Dês| [...] (AFS- 15).

Destacam-se ainda os seguintes casos registrados nas seções de despedida das cartas:

(37) [...] Mais Nada da **tua** conhada [...] (ZLS- 71);

(38) [...] mas nadra de **Ø** **ceu** Amigro| João dos Santos [...] (JS- 62);

(39) [...] Nada Mais do **seu** Conpade| que E Lazaro (LFO- 32);

⁴⁸ Como em alguns desses contextos é possível a alternância na realização do artigo, essas ocorrências serão brevemente comentadas na seção sete. Optou-se por considera-las separadamente, visto que, nesses casos, não é o antropônimo que influencia a realização do determinante, mas o nome núcleo do sintagma.

- (40) [...] Nada mais **do seu** Irmão que lhe Preza| Manoel Carneiro Oliveira (MCO- 34);
 (41) [...] Nada mais| **da sua** erman que lhi priza de coração [...] (MC- 37).

Essas construções se repetiram com regularidade no *corpus*, aparecendo em 43 das 91 missivas, ocorrendo em textos de 18 dos 43 redatores. Das 52 ocorrências desse tipo com sintagmas possessivos, em apenas quatro o artigo não foi realizado. Já os antropônimos foram realizados 18 vezes nesses casos, em dois deles precedidos pelo artigo, como se observa a seguir:

- (42) [...] nada mais du Ceu Derpezado| Conpadi Amigo ffarqinnho que er **u| Antonio** Fortunato da Silva [...] (AFS-7);
 (43) [...] nada mais du ceu| C Ciraldos Conpadi que er **u| Antonio** Fortunato da Silva [...] (AFS-25).

A frequência dessas construções nas cartas, sua repetição praticamente igual em missivas de diferentes redatores e épocas são sugestivas de que se trata de tradições discursivas⁴⁹. Considerando isso, para evitar que os resultados fossem enviesados por esses contextos, tais dados não foram computados na análise. É possível que se questione por que não contabilizar essas ocorrências e comentá-las a partir da possibilidade de serem tradições discursivas. A esse respeito, esclarece-se que, sendo fórmulas, esses dados não refletiriam contextos reais de variação de uso do artigo. Ainda que eles fossem explicados a partir dessa possibilidade, continuariam interferindo nos resultados alcançados, de modo que esses não corresponderiam ao comportamento real do fenômeno no *corpus* analisado.

Feitos os devidos esclarecimentos quanto à seleção dos dados que compuseram a análise, na subseção seguinte apresentam-se os procedimentos metodológicos.

4.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa para desenvolvimento da pesquisa foi o levantamento exaustivo dos sintagmas em que é possível a variação no uso dos artigos definidos diante de possessivos e antropônimos. Selecionados os sintagmas, eles foram organizados em dois grupos: a) sintagmas cujo núcleo é um antropônimo; e b) sintagmas que possuem pronomes possessivos. Separados

⁴⁹ Sobre tradições discursivas, ver Kabatek (2006), Barbosa (2012) e Longhin (2014).

os dados, a fim de facilitar sua classificação e análise, elaboraram-se os apêndices com destaque das ocorrências dos possessivos e antropônimos analisados no *corpus* (cf. apêndices A, B, C e D). Esses grupos foram considerados separadamente⁵⁰. A princípio, esta dissertação contemplaria duas análises: a variação do artigo diante de possessivo e a variação do artigo diante de antropônimo. Porém, como não há variação no uso do artigo antes de antropônimo, sendo a ausência do determinante categórica nesse contexto, considerou-se apenas a variação com possessivos. Os casos de nomes próprios de pessoas são apenas comentados na seção sete.

Com o *corpus* organizado, estabeleceram-se as variáveis linguísticas e extralinguísticas a serem controladas. Para seleção das variáveis, além de considerar os resultados de pesquisas desenvolvidas sobre o fenômeno (CALLOU; SILVA, 1997; SILVA, 1982, 1998a, 1998b; AMARAL, 2003; FLORIP, 2008; PALLADINO NETTO, 2009 etc.), atentou-se para os contextos de variação do artigo no *corpus*. A partir disso, fez-se um amplo levantamento de aspectos que pudessem influenciar a realização do artigo no *corpus*, com o intuito de ampliar as observações alçadas até o momento sobre o tema. Com isso, selecionaram-se 13 variáveis independentes para análise da combinação do artigo com possessivo.

No caso dos antropônimos, como não há variação no *corpus*, não foi possível testar a atuação de nenhuma variável⁵¹. Em relação aos possessivos, se, por um lado, os vários grupos de fatores analisados possibilitaram uma visão ampla sobre os aspectos que podem condicionar a realização do artigo; por outro, geraram grande dificuldade na organização dos contextos, para evitar que grupos que apresentassem identificação total entre alguns fatores fossem testados na mesma rodada. Para resolver esse problema, realizaram-se rodadas separadas, fazendo diferentes agrupamentos dos grupos de fatores, como será especificado na subseção seguinte.

Sobre as variáveis sociais, destaca-se que três delas já tinham sido controladas por Santos (2017), que trabalhou com a variação da concordância nominal de número no mesmo *corpus* analisado nesta dissertação (o acervo *Cartas em Sisal*). Acrescentaram-se algumas

⁵⁰ Os trabalhos sobre o uso variável do artigo antes de possessivos e de antropônimos consultados nesta dissertação analisaram, separadamente, a variação em cada contexto. Inclusive os trabalhos que se referem a paralelismos entre o comportamento do artigo definido em cada caso, como os estudos Callou e Silva (1997) e Campos Júnior (2011), analisam em rodadas separadas a marcação do artigo antes de possessivo e de antropônimo. Ao que parece, nesses estudos, ainda não está claro se a variação do artigo em cada contexto constitui um fenômeno diferente ou se corresponde a um mesmo fenômeno. Pelos resultados desta dissertação, como se verá na seção sete, a combinação do artigo com possessivo e com antropônimo corresponde, na verdade, a fenômenos morfossintáticos distintos.

⁵¹ Em algumas regiões da Bahia, a exemplo dos municípios de Tucano e Euclides da Cunha, é recorrente a marcação do artigo definido antes de antropônimo. O comportamento da variação no uso dos artigos nessas localidades é um dos pontos que ainda devem ser investigados sobre o uso variável dos artigos definidos em contextos específicos (diante de possessivos e antropônimos).

variáveis extralinguísticas que poderiam influenciar a variação do artigo. No quadro 7, apresenta-se a relação final das variáveis independentes linguísticas e sociais codificadas no estudo:

Quadro 7: Variáveis independentes linguísticas e sociais

VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS		VARIÁVEIS SOCIAIS ⁵²
ANÁLISE DOS POSSESSIVOS	ANÁLISE DOS ANTROPÔNIMOS	Gênero
Status informacional	Status informacional	Data de escrita das cartas
Função sintática do SN	Função sintática do SN	Naturalidade dos remetentes
Presença de preposição	Presença de preposição	Localização quando da escrita
Tipo de possuído	Familiaridade de tratamento	Relação entre os missivistas
Número do SN	-	-
Tipo de substantivo	-	-
Animacidade do substantivo	-	-
Contabilidade do substantivo	-	-
Estrutura do constituinte	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Estabelecidos os grupos de fatores, foram elaboradas as chaves para codificação das variáveis. Na sequência, todos os dados foram codificados e submetidos ao programa VARBRUL, na versão GOLDVARB-X (SANKOFF; TAGLIAMONT; SMITH, 2005). Para a combinação do artigo com possessivo, o programa forneceu os resultados quantitativos das variáveis em contextos de variação linguística e extralinguística e os respectivos pesos relativos, que foram interpretados na análise apresentada na seção cinco.

4.4.1 Sobre a organização dos grupos de fatores e as rodadas realizadas

Os comentários feitos nesta seção referem-se às rodadas dos dados de variação do artigo diante de possessivo. Com esses dados, inicialmente, fez-se uma rodada simples (ainda sem calcular os pesos relativos), para identificar possíveis nocautes⁵³ e fatores que poderiam ser agrupados. Os dados apresentaram poucos nocautes. Para eliminá-los, excluíram-se da rodada os dados em que eles ocorreram, tendo em vista se tratar de fatores com poucos dados.

Nessa primeira rodada, procurou-se amalgamar fatores que apresentassem comportamento muito semelhante no interior do mesmo grupo. Para tanto, adotaram-se critérios teóricos (afinidade linguística ou social entre os fatores) e quantitativos (o percentual de

⁵² As três primeiras variáveis sociais correspondem às variáveis codificadas e controladas também por Santos (2017). A última variável social foi estabelecida apenas para estudo do uso do artigo com antropônimo.

⁵³ O programa Goldvarb-X registra ocorrências de nocautes (KnockOut) quando a regra é categórica em algum fator. Por exemplo, nos dados analisados nesta dissertação, nenhuma ocorrência de antropônimo em função de sujeito foi precedida pelo artigo (nocaute negativo). Se fosse o contrário, se todo antropônimo com função de sujeito fosse precedido pelo artigo, ocorreria um nocaute positivo.

realização do artigo com cada um). Foram poucas as amalgamações. De modo geral, elas foram realizadas apenas em fatores com poucos dados. Decididos os dados a serem excluídos para eliminar os nocautes e selecionados os fatores que seriam agrupados, realizou-se uma nova rodada para reavaliar os percentuais dos fatores em cada grupo. Tendo alcançado uma distribuição aceitável dos dados por variável, os pesos relativos puderam ser rodados. Os dados excluídos e as amalgamações foram os mesmos em todas as rodadas. As variáveis que não se mostraram significativas em nenhuma rodada (*status informacional* e *contabilidade*) foram eliminadas das rodadas finais utilizadas na análise

Fazendo tabulações cruzadas das variáveis controladas, constatou-se a existência de identificação entre fatores de alguns grupos e um elevado número de células vazias em alguns cruzamentos. Por conta disso, foi necessário fazer rodadas separas com diferentes agrupamentos de variáveis⁵⁴. Para a descrição final dos dados, utilizaram-se quatro rodadas diferentes⁵⁵. Esses agrupamentos reduziram os riscos de enviesar os resultados e permitiram que todas as variáveis fossem satisfatoriamente testadas, apontando vários contextos que influenciam a variação de uso do artigo antes de possessivo no *corpus*. As variáveis selecionadas como relevantes são descritas na subseção seguinte.

4.5 AS VARIÁVEIS: CARACTERIZAÇÃO E HIPÓTESES

Neste item, apresentam-se as variáveis relevantes para a realização do artigo diante de possessivo no *corpus*. Inicialmente comenta-se a variável dependente e, em seguida, as independentes (linguísticas e sociais). As variáveis linguísticas foram subdivididas a partir da natureza do seu condicionamento. Desse modo, têm-se variáveis linguísticas de caráter semântico, sintático, morfológico e estrutural.

4.5.1 Variável dependente

Este estudo analisa o comportamento variável do artigo antes de possessivos. Para tanto, controla uma variável dependente binária, caracterizada pela presença ou ausência do determinante, como ilustram os exemplos a seguir:

⁵⁴ O fato de que, quando rodados todos os grupos juntos, algumas variáveis que foram selecionadas nas rodadas separadas não foram selecionadas também sugere uma possível interferência entre os grupos.

⁵⁵ No apêndice F, especificam-se todas as rodadas realizadas.

- (44) [...] Ave ceja Deus com-tigo em todos os momentos da| **tua** vida [...] (SFS-40);
- (45) [...] Quero Ser Ø teus olho [...] (AHC- 57).

4.5.2 Variáveis independentes linguísticas

Comenta-se, a seguir, o conjunto das variáveis linguísticas significativas⁵⁶.

4.5.2.1 Variáveis linguísticas semânticas

4.5.2.1.1 Tipo de possuído

Esta variável controla a inter-relação entre o sentido de posse denotado pelo item possuído e a realização do artigo. Para tanto, considera as seguintes categorias⁵⁷:

Nomes de parentesco⁵⁸:

- (46) [...] Lembrança a Ø **meus** tio todos [...] (JCO- 31);

Relações humanas:

- (47) [...] Aceiti vizita i um abraco| [.]e um aperto di mão di Ø **sua**| Comadre [...] (JMS- 66).

Elementos de posse não-inerente:

- (48) [...] mande dizer| como vai **a noca** galinha [...] (GOR- 28);

Elementos de posse inerente:

- (49) [...] nós e di viver touda Ø **noossa** vida| tendo amizadi [...] (JMS- 66);

⁵⁶ Na análise da combinação do artigo com possessivo, foram controladas ainda as variáveis linguísticas *status informacional* (informação nova vs. informação dada) e *contabilidade do substantivo* (contável vs. não-contável), que não mostraram relevância estatística neste estudo. Para a variável *status informacional*, a hipótese foi a de que informações dadas favoreceriam a presença do artigo, já que o referente conhecido possibilitaria a leitura definida do SN. Ainda considerando a definitude, para o grupo *contabilidade do substantivo*, a hipótese foi a de que nomes contáveis favoreceriam a presença do artigo, por denotarem maior definitude que os nomes massivos. A má distribuição dos pronomes possessivos entre as diferentes pessoas do discurso e a inexistência ou escassez de dados para algumas dessas pessoas não permitiram que se controlasse a variável *pessoa do discurso*.

⁵⁷ Callou e Silva (1997) consideraram, além dessas, duas outras categorias de elementos possuídos: *abstrações únicas* e *abstrações não-únicas*. Nesta dissertação, porém, o tipo de substantivo (se concreto ou abstrato) só pode ser controlado em um grupo à parte, já que alguns dados seriam classificados, ao mesmo tempo, como dois fatores do grupo *tipo de possuído* (o nome *vida*, por exemplo, é um elemento de posse inerente, mas também seria classificado como abstrato). A subdivisão de todos os fatores do grupo *tipo de possuído* entre concreto ou abstrato também não seria produtiva, já que haveria células com número extremamente reduzido de dados. A solução encontrada foi então controlar o tipo de substantivo separadamente, o que representa um ganho para a análise, por possibilitar que o desempenho de cada variável seja melhor observado.

⁵⁸ É comum utilizar também a designação *posse inalienável* para se referir a possuídos do tipo *nomes de parentesco* e *partes do corpo*. Geralmente, entende-se por posse inalienável “[...] estruturas possessivas especiais em que o possuído e o possuidor estabelecem uma relação de posse que não pode ser transferida a outro possuidor qualquer.” (MENDES, 2015, p. 65). Nesta dissertação, embora o sentido empregado seja o mesmo do termo *posse inalienável*, preservam-se as denominações *nomes de parentesco* e *partes do corpo*, que são mais usuais entre os trabalhos que tratam da combinação do artigo com pronome possessivo.

Partes do corpo:

(50) [...] **as minho** pena não| quebro [...] (VAN- 86).

A distinção entre elementos de posse inerente e não-inerente é bastante sutil e mesmo subjetiva. A fim de garantir a regularidade da classificação dos dados, considerou-se a distinção proposta por Silva (1998a) para esses fatores:

Foram considerados possuídos não-inerentes os objetos que só eventualmente são possuídos (revista, cadeira) bem como características mais abstratas que não são obrigatórias (nervoso, opinião). Já características e objetos inerentes são os obrigatoriamente possuídos na nossa cultura ou que têm pelo menos grande expectativa de sê-lo (vida, alma, pente, casa). (SILVA, 1998a, p. 132)

Considerando os resultados apresentados por Silva (1998a) e Callou e Silva (1997), a hipótese é que elementos inerentemente possuídos fomentam mais a presença do artigo. Os elementos que não são propriamente possuídos (como os nomes de parentesco e relações humanas), por esse motivo, dispensariam a presença do determinante.

4.5.2.1.2 Tipo de substantivo

Esta variável controla a relação entre a realização do artigo e o tipo de substantivo núcleo do SN, abrangendo, para tanto, dois fatores:

Substantivos abstratos:

(51) [...] eu inmagino com e dura **a** | **nossa** saudade [...] (RAC- 85);

Substantivos concretos:

(52) [...] esceva para queri eu posa leri **a** **cua** | carta [...] (JMA- 65).

Analisando os resultados da variável *tipo de possuído*, Callou e Silva (1997) observaram que, quando o possuído é um elemento abstrato, a marcação do artigo é menos favorecida. Isso porque, como explicam as autoras, “Parecem-nos menos ‘possuídas’ essas abstrações sobre as quais dificilmente se tem controle: pode-se comprar ou vender um objeto concreto, mesmo que não-inerente, um lápis, por exemplo, mas não se pode comprar vida ou inteligência que são atributos e não posses” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 20). Considerando os apontamentos dessas autoras, a hipótese para a variável *tipo de substantivo* é que, quando o item possuído é um elemento concreto, há maior realização do artigo diante de possessivo.

4.5.2.1.3 Animacidade do substantivo

Lyons (1999) observa que alguns fenômenos linguísticos que trazem em seu bojo diferenciações relacionadas à animacidade conduziram à formulação de uma hierarquia de animacidade. A partir dos trabalhos de Silverstein (1976), Comrie (1981) e Croft (1990), o autor informa que as posições comumente encontradas na literatura para essa hierarquia são as elencadas em (53):

(53) Posições mais comuns na hierarquia de animacidade

- Pronomes de primeira e segunda pessoa;
- Pronomes de terceira pessoa;
- Nomes próprios;
- Nomes comuns com referência humana;
- Nomes não humanos animados;
- Substantivos inanimados.

De acordo com a proposta da hierarquia de animacidade, as formas que ocupam as posições mais elevadas na disposição hierárquica em (53) seriam mais favorecidas por certos processos gramaticais. Considerando isso, buscou-se observar se a animacidade também seria um fator relevante para a combinação do artigo definido com pronome possessivo. Pelos apontamentos de Lyons (1999), a hierarquia de animacidade pressupõe a proeminência subjetiva ou saliência das entidades no domínio do discurso. A partir disso, o autor comenta, dentre outros aspectos, que “It can be argued that human referents are, in general, more salient in human perception than non-human ones [...]”⁵⁹⁶⁰. Partindo dessa observação, a hipótese subjacente à variável *animacidade do substantivo* nesta pesquisa é que os nomes com referentes

⁵⁹ Tradução nossa: “Pode-se argumentar que os referentes humanos são, em geral, mais salientes na percepção humana do que os não humanos”.

⁶⁰ Destaca-se que essa observação de Lyons (1999) é ratificada por muitos trabalhos. MacDonald, Bock & Kelly (1993), por exemplo, ao testarem, em sete experimentos distintos, o impacto da animação sob a ordem de palavras, confirmam que entidades animadas são mais acessíveis do que entidades não animadas, e, por isso, nomes que denotam animacidade tendem a preceder nomes com referentes inanimados. Em direção análoga, Morgado, Luegi e Lobo (2018), partindo do pressuposto de que a hierarquia semântica de animacidade pode influenciar a proeminência das entidades referidas no discurso, investigam como essa hierarquia pode atuar no processamento e interpretação de formas nulas e plenas no PE. Relativamente às formas plenas, as autoras confirmam a maior proeminência dos referentes animados, uma vez que foi possível constatar que “[...] há um aumento dos custos de processamento quando é retomada uma entidade não animada comparativamente com quando é retomada uma entidade animada (humana)” (MORGADO; LUEGI; LOBO, 2018, p. 198).

humanos, por serem mais salientes na percepção humana e, conseqüentemente, mais acessíveis no discurso, são também mais livres para dispensar a presença do artigo.

A variável *animacidade do substantivo* contemplou dois fatores apenas:

Animado humano:

(54) [...] u forte abra| **da sua** futura qonhada [...] (BMO- 91);

Inanimado:

(55) Mais um dia di aligria| que eu pego **na minha** caneta para dar as| minha noticia [...] (ZBO- 52).

Nomes animados não humanos ocorreram apenas três vezes no *corpus* desta dissertação, como se vê abaixo, por isso foram eliminados da rodada do grupo *animacidade*:

(56) [...] mande dizer| como vai **a noca** galinha [...] (GOR- 28);

(57) [...] tomi| comta de **Ø minhas** galinhas i minha| Porqua [...] (MC- 37);

(58) [...] tomi| comta de minhas galinhas i **Ø minha** Porqua [...] (MC- 37).

Como os nomes próprios ocorreram poucas vezes em sintagmas possessivos e sempre precedidos por outros nomes com referentes humanos, como em “**Ø Minha** comadre Almerinda”, eles foram classificados como animados humanos e não como nomes próprios.

4.5.2.2 Variáveis linguísticas sintáticas

4.5.2.2.1 Número do SN

Esta variável controla a influência do número do SN na realização do artigo antes de possessivo, compreendendo, portanto, dois fatores:

Singular:

(59) [...] or beijos que já trocamos selaram para sempre **o nosso** afeto. [...] (RAC- 90);

Plural:

(60) [...] **Ø Teus** beijos ficam nos meus lábio [...] (RAC- 90).

Como mencionado na subseção 4.2.2, os redatores das cartas analisadas nesta dissertação são pouco escolarizados. Sendo usuários do português popular, esses redatores exibem em seus textos extensa variação na concordância nominal de número, como demonstrado em Santos (2017), marcando a concordância principalmente nos elementos pré-nucleares. Considerando isso, a hipótese é que o SN plural favorece a realização do determinante no *corpus*, já que a marcação do artigo é essencial para indicar o plural em variedades que não realizam a concordância formal de número.

4.5.2.2.2 Função sintática

A variável *função sintática* controla os seguintes fatores:

Adjunto adnominal:

(61) [...] Acceiti vizita i um abraco| [.]e um aperto di mão di **Ø sua**| Comadre [...] (JMS- 66);

Adjunto adverbial:

(62) [...] que a paz de Deus reine na| **sua** família [...] (IZA- 87);

Complemento nominal:

(63) [...] eu estou muito tirti| **da min** vida [...] (AFS- 5);

Objeto direto:

(64) [...] or beijos que já trocamos selaram para sempre **o nosso** afeto. [...] (RAC- 90);

Objeto indireto:

(65) [...] Alenbra **du noso** [?] pasado [...] (AFS- 1);

Predicativo:

(66) [...] Ficarei comadre **Ø sua** amiga hi obrigadíssimo [?]| (FP- 80);

Sujeito:

(67) [...] **Ø nosso** amor| com er todo tempo não agarbor| por que agora mois pordemos agaba [...] (RAC- 90).

Tendo em vista os resultados alcançados em estudos antecedentes sobre o tema (CALLOU; SILVA, 1997; COSTA, 2002), que identificaram favorecimento expressivo da realização do artigo quando o possessivo é precedido por uma preposição com a qual o artigo se contrai, busca-se, com o controle da *função sintática*, observar se o fator preposição interage com essa variável ou se *preposição* e *função sintática* são grupos independentes. A hipótese é

que há uma relação entre esses grupos, de modo que as funções sintáticas regidas por preposição tendem a favorecer a presença do artigo.

4.5.2.3 Variável linguística morfológica

4.5.2.3.1 Presença de preposição

O favorecimento à presença do artigo quando o possessivo é precedido por preposição que pode se contrair com o determinante foi atestado em vários trabalhos (SILVA, 1998a; CALOU; SILVA, 1997; COSTA, 2002). A partir disso, controla-se a variável *presença de preposição* neste estudo, contemplando os contextos com ausência de preposição e os contextos em que o pronome possessivo é antecedido por diferentes tipos de preposição. Com isso, têm-se os seguintes fatores:

Ausência de preposição:

(68) [...] aqui fica **Ø sua** sobrinha [...] (ML- 77);

Presença da preposição “de”:

(69) [...] Sinto falta **des teus** carinho [...] (JMA- 65);

Presença da preposição “a”:

(70) [...] diga **Au meu** compadi| pitanga que eli tiri u retator| deili [...] (AFS- 45);

Presença da preposição “em”:

(71) [...] Agora quero humilhar-[?]| confiando **em Ø tua** compreensão [...] (RAC- 90);

Presença da preposição “por”:

(72) [...] eu tenho tristeza **por Ø minha** trite sina [...] (MDC- 84);

Presença da preposição “com”:

(73) [...] as mesma converça| saiu aqui **com Ø meu** nomi [...] (BMO- 91);

Presença da preposição “para”:

(74) [...] faca u piceno favo **para Ø ceu**| coprade João [...] (JS- 62).

A hipótese é que preposições que permitem a contração com o artigo favorecem a presença desse determinante, já que, nesses contextos, a interpretação é a de que há um único elemento antecedendo o pronome possessivo.

4.5.2.4 Variável linguística estrutural

4.5.2.4.1 Estrutura do constituinte

Com esta variável, busca-se observar se a estrutura do constituinte que contém o possessivo exerce alguma influência sobre o uso variável do artigo definido diante de possessivo no *corpus*⁶¹. Tendo observado que os nomes com referentes humanos constituem um dos contextos que mais inibem a combinação do artigo com o possessivo no *corpus*, optou-se por separá-los dos constituintes com nomes comuns, para possibilitar uma visão mais real de cada configuração estrutural do constituinte e evitar enviesamento dos resultados. Com isso, foram examinadas as seguintes estruturas:

[PREP. + POSSE. + NR]:

(75) Acceiti vizita i um abraco| [.]e um aperto di mão di Ø sua| Comadre [...] (JMS- 66).

[PREP. + POSSE. + NR + ANTR.]

(76) [...] faca u piceno favo para Ø ceu| coprade João [...] (JS- 62).

[POSSE. + NR]

(77) Ø ceu pai viaja no di 18 [...] (RAC- 85).

[PREP. + INDEF. + POSSE. + NR]

(78) [...] mas fiquei com todos| Ø meus filhos. [...] (MDC- 84).

[POSSE. + N]:

(79) [...] Vol trabalha para| porde compra a minha casa [...] (VAN- 86).

[POSSE. + ADJ. + N]:

(80) [...] perzado estinmado| querido compadi du| meu coração| João Pitanga| eu Arecibi| A coua Almavi| cartinnha [...] (AFS- 18);

⁶¹ Uma visão mais formal da estrutura do sintagma determinante não será alvo desta análise. Em trabalhos futuros, pretende-se refinar a investigação, que contará também com uma ampliação dos materiais consultados.

[PREP. + POSSE. + N]

(81) [...] sin compadi eu Dejeijo| da cua notisça i di compadi Augusto [...] (AFS- 19);

[PREP. + POSSE. + ADJ. + N]

(82) [...] saudi e| félicidade em traçardesta linha| que enviou em resposta da tua linda carta [...] (FJO-26).

Considerando que os nomes relacionais bloqueiam a presença do artigo, a análise das estruturas acima poderá apontar algum contexto em que esse bloqueio seja neutralizado ou reduzido pela combinação de tais nomes com outro elemento no constituinte. Tendo em vista que as preposições que podem se contrair com artigo tendem a elevar a taxa de uso desse determinante, pode acontecer de os nomes relacionais que ocorrem com essas preposições inibirem menos a realização do artigo.

Relativamente aos sintagmas que não apresentam nomes com referentes humanos, durante o levantamento das ocorrências no *corpus*, constatou-se que o artigo definido parecia ser menos realizado quando, no mesmo constituinte, ocorria um pronome indefinido. A quantificação dos dados e sua posterior descrição qualitativa confirmarão ou refutarão essa hipótese. A análise das diferentes configurações que os sintagmas possessivos assumem no *corpus* poderá demonstrar ainda se a presença de outro modificador no SN é capaz de atribuir um grau de referência definida suficiente para dispensar a presença do artigo.

4.5.3 Variáveis independentes sociais

Apresenta-se, a seguir, o conjunto das variáveis sociais relevantes⁶².

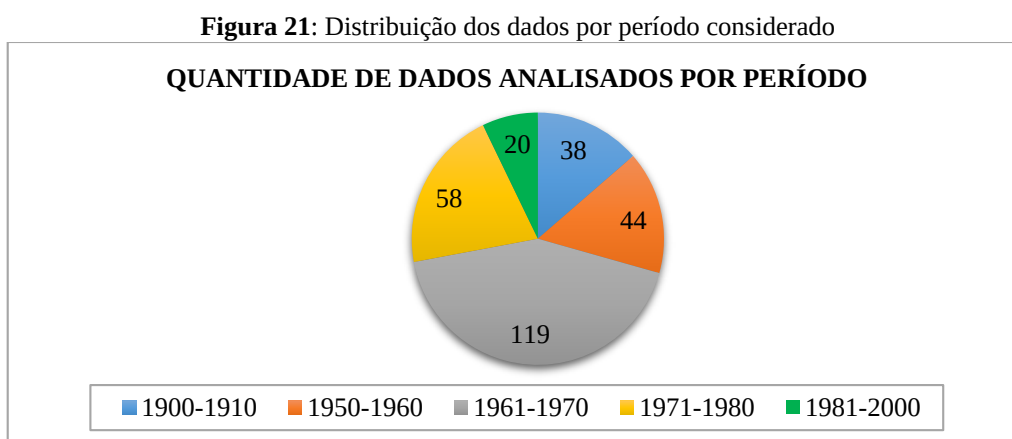
⁶² A variável *faixa etária* – que parece ser de presença obrigatória em análises que seguem a metodologia da Sociolinguística Quantitativa, dada a sua relevância para compreensão de processos de variação e/ou mudança de diferentes fenômenos gramaticais – não pode ser controlada neste estudo porque quase 98% dos dados analisados se concentravam em uma única faixa etária (entre 15 e 30 anos). Apenas sete dados eram da faixa etária 2 (a partir de 35 anos). Outro contexto social que merece destaque, dado seu desempenho em outros estudos que tratam da variação do uso do artigo definido, é a *escolaridade* (SILVA, 1998b; CAMPOS JÚNIOR, 2011). Este grupo de fatores já foi controlado em outro estudo sobre a combinação do artigo com possessivo (BRITO, 2018), que utilizou como *corpus* o mesmo acervo consultado na presente dissertação (*Acervo Cartas em Sisal*), sem ter demonstrado relevância estatística, do que não faria sentido controlá-lo novamente aqui, nem citar seus resultados. É provável que o pouco destaque do grupo *escolaridade* no acervo *Cartas em Sisal* se deva à distribuição irregular dos dados em relação a esse grupo. Sobre isso, observa-se, como exposto na subseção 4.2, que todos os redatores do acervo *Cartas em Sisal* são poucos escolarizados e não se estabelecem diferenças significativas entre as cartas no que concerne à habilidade do remetente com a escrita (SANTIAGO; CARNEIRO, 2016).

4.5.3.1 Data de escrita das cartas

Com esta variável, busca-se observar se se estabelecem diferenças na frequência de uso do artigo no *corpus* quando se considera a data em que a carta foi redigida. As missivas datam de 1906 a 2000. Mas não há uma distribuição equilibrada na quantidade de cartas escritas por década. Das 72 cartas datadas, apenas seis foram escritas entre 1906 e 1908. E das 19 missivas sem datação, somente duas seriam da primeira década do século XX. As demais missivas (com e sem data) foram escritas a partir da década de 1950 (SANTIAGO, 2011). As duas últimas décadas do século XX apresentaram poucos dados e percentual de realização do artigo semelhante, do que se optou por agrupá-las em um único fator. Com isso, a variável *data de escrita da carta* considerou os seguintes intervalos de tempo:

- Cartas escritas entre 1900 e 1910;
- Cartas escritas entre 1951 e 1960;
- Cartas escritas entre 1961 e 1970;
- Cartas escritas entre 1971 e 1980;
- Cartas escritas entre 1981-2000.

Em virtude das diferenças na distribuição das cartas ao longo do século XX, a quantidade de dados analisados por intervalo de tempo considerado é bastante desigual, como indicado no gráfico:



Fonte: Elaborada pela autora.

Apesar desse desequilíbrio na amostra, entendendo que a data de escrita da carta pode trazer uma informação relevante acerca do comportamento da combinação do artigo com possessivo no *corpus*, podendo sugerir se os dados caminham para uma generalização na marcação do

artigo ou, ao contrário, para uma redução no uso desse determinante, ou mesmo se exibem um quadro de variação estável, esse grupo de fatores foi preservado na descrição dos dados.

4.5.3.2 *Naturalidade dos remetentes*

Com o controle desse grupo de fatores, investiga-se a existência de diferenças diatópicas na frequência de uso do artigo nas cartas. Apesar da proximidade geográfica entre os municípios de origem dos redatores – Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu –, não se descarta a possibilidade de existirem diferenças entre eles no que concerne à frequência de uso do artigo. Mendes (2009), por exemplo, fazendo um estudo comparativo acerca do uso do artigo diante de antropônimos em duas cidades mineiras, Matipó e Abre Campo, distantes uma da outra apenas 22 km, observou, na análise do fator localidade, diferenças significativas entre as duas cidades: das 206 ocorrências de antropônimos em Abre Campo, 107 não possuíam artigo (52%), ao passo que em Matipó, dos 414 dados levantados, apenas 70 não possuíam artigo (17%). Com isso, o trabalho de Mendes (2009) chama atenção para existência de diferenciação na frequência global de realização do artigo não apenas a nível regional, mas entre localidades mais próximas espacialmente. A variável *naturalidade dos remetentes* abarcou três fatores:

- Remetentes nascidos em Riachão do Jacuípe (25 remetentes);
- Remetentes nascidos em Conceição do Coité (16 remetentes);
- Remetentes nascidos em Ichu (2 remetentes).

4.5.3.3. *Localização do remetente quando da escrita da carta*

Como a distribuição da variação no uso do artigo não é uniforme ao longo do território nacional, é possível que a estadia dos remetentes em localidades fora da Bahia tenha alterado seus hábitos linguísticos, podendo repercutir na maior ou menor presença do artigo nas cartas que escreveram. Não sendo possível controlar o período em que os redatores se ausentaram da comunidade, por não se dispor de tais informações, estabeleceu-se a variável *localização do remetente quando da escrita da carta*, numa tentativa de aproximar-se da influência de comunidades externas sobre uso do artigo nos dados analisados. Cartas de sete redatores foram escritas de São Paulo (da capital, de Campinas e de Ribeirão Preto); e apenas um redator, Gildazio Oliveira Rios, escreveu de Brasília. A variável *localização do remetente quando da escrita da carta* abarca os seguintes fatores:

- Cartas escritas na Bahia;
- Cartas escrita fora da Bahia.

4.5.3.4 Gênero

Com esta variável, observa-se se há diferenças na marcação do artigo antes de possessivo no *corpus* quando se considera o gênero do redator (*masculino* ou *feminino*). De modo geral, as análises sociolinguísticas com informantes cultos têm demonstrado que as mulheres lideram a implementação das formas prestigiadas (LABOV, 1975; 1981)⁶³. Araujo (2014) destaca que trabalhos com dados de fala popular rural e de migrantes em grandes cidades exibem comportamento distinto, com os homens favorecendo a marcação da forma de maior prestígio (isso é ratificado, por exemplo, pelo trabalho de Rodrigues (1987))⁶⁴.

Considerando os apontamentos de Araujo (2014) e sabendo que nesta dissertação analisam-se dados de informantes de áreas rurais, uma hipótese seria a de que os homens liderariam o uso da forma prestigiada. Esclarece-se, todavia, que não está definido se há diferenças de valoração social no uso variável do artigo definido. Desse modo, relativamente a esse tema, até a etapa atual de desenvolvimento dos estudos, parece equivocado considerar possíveis distinções entre o padrão de realização do artigo entre homens e mulheres pela intuição do maior ou menor prestígio das variantes analisadas.

Silva (1998b, p. 267) entende que o uso variável do artigo definido “[...] não sofre pressões da gramática normativa”⁶⁵. Callou e Silva (1997 p. 12) referem-se a esse aspecto morfossintático do PB como um “[...] fenômeno variável, não estigmatizado nem valorizado socialmente” (1997 p. 12). Diante disso, se existirem diferenças na frequência de uso do artigo entre homens e mulheres no *corpus* desta pesquisa, a hipótese é que elas sejam mais devidas à relação desses gêneros com outros fatores, como a estadia em outras localidades, do que a diferenças de prestígio entre a presença ou ausência do artigo antes de possessivo.

⁶³ Sobre essa tendência, conferir também o estudo de Silva e Paiva (1996).

⁶⁴ Essas tendências são identificadas graças à metodologia da Sociolinguística, que possibilita a comparação entre resultados de análises de diversos temas, em diferentes comunidades. Ressalva-se, todavia, que não é adequado tomar essas tendências de forma absoluta. É essencial que se considere a realidade específica de cada comunidade e de cada amostra.

⁶⁵ Brito (2018), analisando a abordagem do artigo definido na coleção de livros didáticos *Português: linguagens*, de Cereja e Magalhães (2013; 2015), para o ensino fundamental e médio, não identificou, em nenhum livro, menção ao uso do artigo diante de possessivo ou antropônimo, mas somente referência às propriedades semântico-discursivas dos artigos definidos. Ou seja, nos materiais didáticos, não há nenhuma orientação para o estudante marcar ou não marcar o artigo em contextos específicos (diante de possessivos e antropônimos), o que parece ser indicativo de que o uso variável do artigo definido não sofre as prescrições da gramática normativa.

4.6 SÍNTESE DA SEÇÃO

A partir das informações coletadas por Santiago (2011; 2012), foi possível apresentar uma caracterização detalhada do *corpus* examinado – o acervo *Cartas em Sisal* –, considerando o conjunto de questões propostas por Petrucci (2003). Nessa documentação, realizou-se o levantamento exaustivo dos sintagmas possessivos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido. Foram eliminadas da investigação todas as ocorrências que pudessem enviesar os resultados finais. Nos dados selecionados para análise, controlou-se o comportamento de nove variáveis linguísticas e quatro variáveis sociais. Os contextos selecionados pelo programa GoldVarb-X como relevantes para a combinação do artigo com possessivo no *corpus* são discutidos na seção seguinte.

PARTE III

ANÁLISE EMPÍRICA: O USO VARIÁVEL DO ARTIGO DEFINIDO EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO

5 A VARIAÇÃO DO ARTIGO DEFINIDO ANTES DE POSSESSIVOS EM CARTAS PESSOAIS DO SERTÃO BAIANO

Nesta seção, apresentam-se os resultados da análise da variação no uso dos artigos definidos antes de pronomes possessivos no *corpus* examinado.

Foram analisados 334 sintagmas possessivos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido. Esses sintagmas estão distribuídos entre os pronomes *meu*, *teu*, *seu* (em referência à segunda pessoa singular (P2)) e *nosso*. Considerando a presença desses pronomes nos dados analisados, têm-se as seguintes frequências:

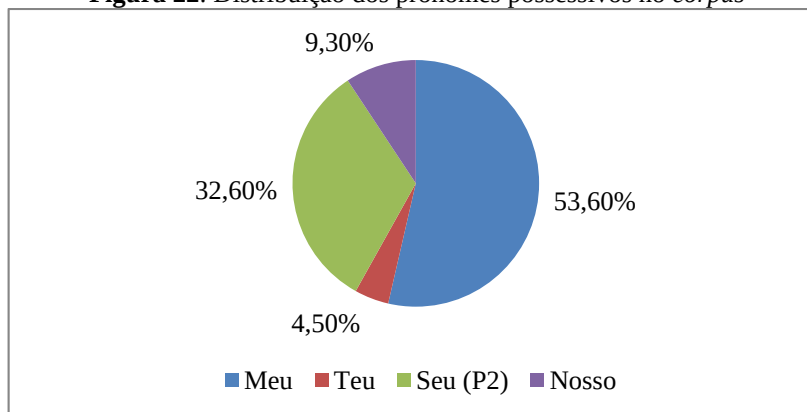
Tabela 6: Frequência de pronomes possessivos no *corpus*

Pronome	Oc./Total	%
Meu	179/334	53,6%
Teu	15/334	4,5%
Seu (P2)	109/334	32,6%
Nosso	31/334	9,3%
Total	334/334	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

As frequências gerais de cada possessivo no *corpus* são melhor observadas no gráfico a seguir:

Figura 22: Distribuição dos pronomes possessivos no *corpus*



Fonte: Elaborada pela autora.

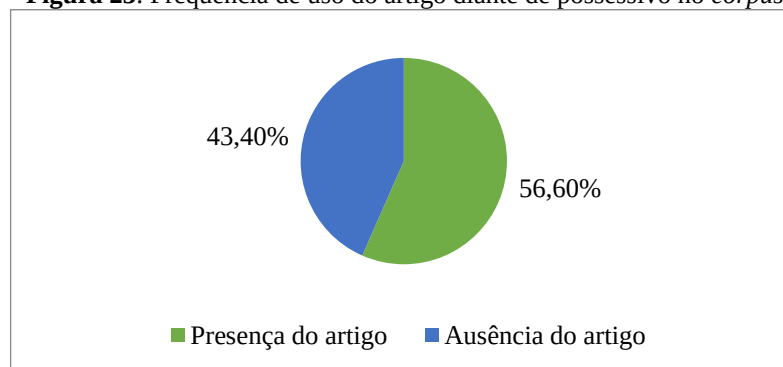
Há, nos dados analisados, predomínio dos pronomes de primeira pessoa do singular (53,6%), seguidos do pronome *seu* em referência à segunda pessoa do singular (32,6%). Não foram registradas ocorrências de pronomes possessivos de terceira pessoa do plural. O pronome *seu* em referência à terceira pessoa do singular ocorreu apenas 14 vezes no *corpus*, em nenhuma o artigo foi realizado, por isso não foi contabilizado para análise. A produtividade dos pronomes de segunda pessoa do plural também foi baixa, ocorrendo apenas seis vezes nas cartas. Para

evitar comprometimento dos resultados finais, esses pronomes, que são apresentados abaixo, também foram excluídos da análise:

- (83) [...] Faço-lhi esta carta| pidindo-lhi **a Vossa** Excelentíssima Senhorita| sua irmão Ana em casamento [...] (RCO- 39);
- (84) [...] cazo| seja **do Vosso** gosto responda-mi[...] (RCO- 39);
- (85) [...] Sem mais peço| **Ø Vossa** desculpa-mi do meu| atrivimento [...] (RCO- 39);
- (86) [...] entiramente| **ao Vosso** dispôr i como criado é| Respeitadôr [...] (RCO- 39);
- (87) [...] Venho por meio desta atrevidas.| Linhas. pedir-lhi á mão de **Ø vossa**.| Filha Maria Inez: á casamento. [...] (APC- 83);
- (88) [...] espero em Deus á| Nossa felicidade juntamente á| **Ø Vossa** família! [...] (APC- 83).

Dos 334 sintagmas possessivos analisados, 189 foram precedidos pelo artigo definido. Os resultados percentuais do uso do artigo com possessivo no *corpus* são apresentados no gráfico a seguir:

Figura 23: Frequência de uso do artigo diante de possessivo no *corpus*



Fonte: Elaborada pela autora.

O gráfico mostra que a presença do artigo diante de possessivo supera discretamente sua ausência no *corpus*. 56,6% dos 334 sintagmas possessivos analisados foram precedidos pelo artigo definido.

Feitas essas observações gerais acerca dos dados analisados, passa-se à descrição dos contextos significativos para a variação. No conjunto das 13 variáveis consideradas na análise da combinação do artigo com possessivo, foram selecionadas como relevantes sete variáveis linguísticas e quatro variáveis sociais. Os resultados concernentes ao controle desses grupos de fatores são comentados nas subseções a seguir. Inicialmente, abordam-se as variáveis linguísticas e, posteriormente, as sociais.

5.1 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS SIGNIFICATIVAS

Nesta subseção, descrevem-se os resultados das variáveis linguísticas apontadas como estatisticamente significativas. Essas variáveis são separadas pela natureza do seu condicionamento (semântico, sintático, morfológico ou estrutural).

5.1.1 Variáveis linguísticas semânticas

Foram apontadas como relevantes três variáveis linguísticas de natureza semântica, a saber: *animacidade do substantivo*, *tipo de possuído* e *tipo de substantivo*.

5.1.1.1 Animacidade do substantivo

Esta variável foi a primeira selecionada por ordem de relevância na rodada em que foi testada. Com esse grupo de fatores, controla-se a influência da animacidade do elemento possuído na realização do artigo diante de possessivo. Seus resultados são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 7: Realização do artigo e animacidade do substantivo

Animacidade	Oc./Total	%	Peso Relativo
Inanimado	160/222	72,1%	.66
Animado humano	26/101	25,7%	.18

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos dados analisados, a marcação do artigo foi bastante inibida nos casos em que o núcleo do SN é caracterizado pelo traço animado humano (.18). Por outro lado, quando o referente do nome é um elemento inanimado, a realização do artigo é bem superior, ocorrendo em 72,1% dos casos, com peso relativo de .66. Confirma-se, pois, a hipótese inicial para o grupo *animacidade do substantivo*: **elementos animados humanos, sendo mais proeminentes na percepção humana e, conseqüentemente, mais acessíveis no discurso, dispensam mais livremente a presença do artigo definido.**

A comparação entre a realização do artigo com elementos animados humanos e não-humanos ainda está por ser feita, em estudos com amostras maiores, que possibilitem a discriminação de fatores animados humanos, animados não humanos e inanimados. De todo modo, a polarização entre os resultados da tabela 7, tanto em termos percentuais quanto em relação aos pesos relativos, permite que se afirme, com certa segurança, que os nomes com

referentes humanos tendem a bloquear a presença do artigo diante de possessivo, enquanto os elementos inanimados estimulam a marcação do artigo nesse contexto.

5.1.1.2 Tipo de possuído

Na rodada em que foi controlada, a variável *tipo de possuído* também foi a primeira selecionada por ordem de relevância⁶⁶. Os resultados do controle desse grupo são expostos na tabela 8:

Tabela 8: Realização do artigo e tipo de possuído

Tipo de posse	Oc./Total	%	Peso relativo
Possuído não-inerente	118/161	73,3%	.65
Possuído inerente	33/52	63,5%	.53
Partes do corpo	11/20	55%	.46
Nomes de parentesco	10/30	33,3%	.27
Relações humanas	15/53	28,3%	.21

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos dados analisados, diferentemente do esperado, os elementos de posse não-inerente superam os elementos inerentemente possuídos na realização do artigo. A marcação do artigo é mais favorecida com os primeiros (.65) do que com os últimos (.53). Desses dois fatores, interessa perceber que ambos compreendem entidades que podem efetivamente ser possuídas. Esse parece ser o aspecto mais relevante para a presença do artigo antes de possessivo quando se considera a variável *tipo de possuído* no *corpus* desta dissertação, e não o fato de a posse ser ou não inerente.

Quando o elemento possuído é uma parte do corpo, que, segundo Silva (1998a), são possuídos biologicamente inerentes independentemente da cultura, observa-se que o uso do artigo é rapidamente desfavorecido (.46). Os resultados mostram ainda que a realização do determinante é inibida com nomes de parentesco e de relações humanas, sendo mais bloqueada com os últimos. **Constata-se, assim, que, nos dados analisados, a diferença mais significativa se dá entre os elementos que efetivamente podem ser possuídos (inerente e não-inerente) e os fatores que têm referentes humanos (nomes de parentesco e relações humanas), que não constituem uma categoria propriamente possuída.**

Ressalta-se que a omissão do artigo definido quando o pronome possessivo precede um nome de parentesco parece ser um fenômeno geral em outras línguas românicas. O italiano

⁶⁶ Como se realizaram quatro rodadas diferentes para controle de todas as variáveis, há diferentes grupos selecionados em primeiro lugar por ordem de significância. Para saber sobre a ordem de seleção de todas as variáveis, conferir apêndice F.

moderno, por exemplo, marca obrigatoriamente o artigo antes de possessivo, mas licencia sua ausência quando o possessivo antecede nomes de parentesco (MACEDO-COSTA, 2016). Sublinha-se também que, nos dados de Rinke (2010), que analisou textos portugueses do século XIII ao XIX, o uso do artigo diante de possessivo já estava generalizado no século XIX, com exceção dos contextos em que o núcleo do SN era um nome de parentesco. Nos estudos de Floripi (2008) e Macedo-Costa (2016), a implementação do uso do artigo antes de possessivo também foi mais tardia com nomes relacionais. Uma explicação possível aqui, considerando o que foi discutido na subseção anterior, quando se descreveram os resultados do grupo *animacidade do substantivo*, é que, além desses nomes não constituírem uma categoria literalmente possuída, um aspecto mais geral nas línguas parece estar atuando: a escala semântica de animacidade, que prevê maior proeminência dos referentes animados humanos.

Com os resultados aqui comentados, confirma-se a hipótese inicial para a variável *tipo de possuído* em relação aos fatores *relações humanas* e *nomes de parentesco*, que inibem significativamente a realização do artigo. Em relação à inerência de posse, a hipótese não foi confirmada, visto que o artigo é mais favorecido em elementos *não-inerentemente possuídos* (.65) do que com o fator *inerentemente possuído* (.53). Ao que parece, **não há, nos dados analisados, uma hierarquia de inerência de posse bem delimitada ou tal hierarquia não é determinante para a combinação do artigo com possessivo**. Uma escala de inerência de posse para a combinação do artigo com pronome possessivo teria a seguinte sequência: possuído inerente > parte do corpo > possuído não-inerente > nomes relacionais. Os resultados alcançados nesta pesquisa não seguem essa gradação. Para os redatores do acervo de cartas analisado, parece ser relevante, sobretudo, o fato do elemento possuído ter ou não um referente humano. Quando o nome tem esse referente, susta-se intensamente a presença do artigo.

Faz-se mister ainda pontuar que a classificação dos termos em inerente ou não-inerentemente possuído é bastante delicada, o que pode ter algum reflexo nos resultados obtidos para o grupo *tipo de possuído*. Manteve-se a regularidade na classificação de todos os dados, mas não se descarta a possibilidade de o que se considera aqui como um elemento inerentemente possuído ser interpretado de outro modo pelos redatores em questão, tendo em vista que, como sugerido por Silva (1998a), tal interpretação pode variar entre os grupos sociais.

Por fim, ressalta-se que é necessário especializar as investigações acerca da variável *tipo de possuído*, a fim de observar se o que é relevante para a realização ou omissão do artigo é unicamente a saliência dos referentes animados humanos ou se as distinções entre os vários elementos passíveis ou não de serem possuídos, de fato, interessam. A má distribuição dos

dados entre os fatores do grupo *tipo de possuído* não permite que isso seja examinado com segurança nesta dissertação.

5.1.1.3 Tipo de substantivo

Esta variável foi a primeira selecionada por ordem de relevância na rodada em que foi testada. Seus resultados apontam para diferenças acentuadas entre a realização do artigo em SN com núcleos abstratos e SN cujo núcleo é um substantivo concreto, como mostra a tabela 9:

Tabela 9: Realização do artigo e tipo de substantivo

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	115/153	75,2%	.70
Concreto	72/173	41,6%	.32

Fonte: Elaborada pela autora.

A realização do artigo é maior em SN cujo núcleo é um substantivo abstrato, de modo que esse contexto favorece significativamente a marcação do determinante antes de possessivo (.70). Por outro lado, a presença do artigo é bastante inibida quando o núcleo do SN é um nome com referente concreto (.32). Esses resultados refutam a hipótese inicial para a variável *tipo de substantivo*.

A quantidade de sintagmas possessivos cujo núcleo é um nome relacional, expresso ou implícito, como nos exemplos abaixo, é significativa no *corpus*:

(89) [...] sempre as| Ordens **o seu** futuro jenro [...] (APC- 83);

(90) [...] pego napenna somenti para| Saber da Sua Saudi i di todos **os seus** i tobem li dar as minha [...] (FP- 79).

Todos os sintagmas possessivos contendo nomes relacionais, classificados como *animados humanos* em relação à *animacidade*, foram categorizados como *concretos*, para o *tipo de substantivo*⁶⁷. Os resultados da variável *animacidade* demonstram que a presença do artigo antes de pronome possessivo é substancialmente reduzida com nomes com referente animado humano. Estaria esse resultado relacionado à redução da presença do artigo com substantivos concretos?

⁶⁷ Por conta disso, essas variáveis foram testadas em rodadas diferentes.

Observando a distribuição dos substantivos concretos entre os nomes com referentes animados e inanimados, constata-se que a maior parte dos nomes concretos analisados tem referente animado humano (101/173=58%) e o artigo é realizado em apenas 26% (26/101) desses casos. Por outro lado, quando o nome concreto tem um referente inanimado, o percentual de marcação do artigo é significativamente superior, alcançando 65% (45/69). Diante desses números, somente uma rodada dos dados, excluindo os casos de nomes concretos com referentes humanos, poderia fornecer uma informação segura acerca da relevância da variável *tipo de substantivo*. Realizando-se essa nova rodada, o grupo *tipo de substantivo* foi o segundo selecionado por ordem de relevância, apresentando os seguintes resultados:

Tabela 10: Tipo de substantivo e uso do artigo com nomes inanimados

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	115/153	75,2%	.55
Concreto	46/72	63,9%	.40

Fonte: Elaborada pela autora.

Excluindo-se da rodada os nomes relacionais, o grupo *tipo de substantivo* ainda exhibe relevância estatística e o fator *abstrato* permanece favorecendo o uso do artigo, embora de forma mais discreta. Em relação à rodada com os dados completos, na rodada sem os nomes com referentes humanos, os resultados são menos polarizados. Isso é sugestivo de que os nomes relacionais, de fato, interagem com o fator *nome concreto*, intensificando o bloqueio da realização do artigo nesse contexto (a diferença entre os percentuais de realização do artigo com nomes concretos nas duas rodadas também sugere isso). Por outro lado, a seleção do grupo *tipo de substantivo* na rodada sem os nomes relacionais é indicativa de que outro aspecto, além desses nomes, inibe a realização do artigo com substantivos concretos.

Cruzando-se os grupos *tipo de substantivo* e *tipo de preposição*, têm-se os seguintes percentuais:

Tabela 11: Realização do artigo por tipo de substantivo e preposição

Tipo de substantivo	Concreto		Abstrato		Total	
Preposição	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Ausente	37/106	35%	67/91	74%	104/197	53%
Contraí	31/58	53%	48/57	84%	79/115	69%
Não contraí	4/9	44%	0/5	0	4/14	29%
Total	72/173	42%	115/153	75%	187/326	57%

Fonte: Elaborada pela autora.

Centrando a atenção nas preposições que se contraem com o artigo, contexto altamente favorável à realização desse determinante (*cf.* subseção 5.1.2.1), nota-se que somente com nomes abstratos a realização do artigo é intensificada. Mesmo quando o possessivo é precedido

por preposição que permite a contração com o artigo, os nomes concretos tendem a não marcar esse determinante. Os contextos em que a preposição está ausente também se comportam de formas distintas com nomes concretos e abstratos, inibindo a presença do artigo apenas com os primeiros.

Nos dados analisados nesta dissertação, dois contextos tiveram grande destaque: a realização de uma preposição que se contrai com o artigo, que favorece substancialmente a realização desse determinante; e os sintagmas com nomes relacionais, que tendem a bloquear a combinação do artigo com possessivo. Os resultados das tabelas 10 e 11 demonstram que, independentemente desses dois fatores, **substantivos concretos inibem o uso do artigo enquanto os nomes com referentes abstratos o favorecem.**

O que explica, então, o artigo ser favorecido apenas com substantivos abstratos? Até o momento, tendo observado o comportamento do grupo *animacidade do substantivo*, uma hipótese pareceu pertinente: a de que, nos dados consultados, justamente pelo elemento referido não ter uma realização material, ele demandaria maior realização do artigo para garantir a leitura definida do SN (entendo definição a partir do conceito de identificabilidade (LYONS, 1999)). Na direção oposta, a existência concreta do item possuído poderia conferir-lhe maior saliência na percepção humana, à semelhança do que foi observado em relação aos nomes relacionais, o que tornaria os substantivos concretos mais livres para dispensar a marcação do artigo. Ressalta-se, no entanto, que, se para os nomes relacionais outros trabalhos já ratificaram a hipótese da maior proeminência e acessibilidade dos referentes humanos no discurso, em relação aos nomes concretos ainda se carece de investigações para que afirmações conclusivas possam ser alcançadas. Nessa direção, a realização de testes de produção e processamento, nos moldes dos que foram realizados por Morgado, Luegi e Lobo (2018) e MacDonald, Bock & Kelly (1993), mas considerando a concretude do nome, seria de grande relevância.

5.1.2 Variável linguística morfológica

A única variável de natureza morfológica controlada foi a *presença de preposição*, que se mostrou estatisticamente significativa.

5.1.2.1 Presença de preposição

A variável *presença de preposição* foi a segunda selecionada por ordem de significância. Seu controle apontou tendências distintas de uso do artigo diante de possessivo

no *corpus* quando se consideram os diferentes tipos de preposição ou sua ausência, conforme os dados apresentados na tabela 12:

Tabela 12: Realização do artigo e presença de preposição

Preposição	Oc./Total	%	Peso Relativo
De	48/63	76,2%	.71
Em	23/29	79,3%	.65
A	10/23	43,5%	.47
Ausência de preposição	104/201	51,7%	.43
Com e para	4/15	26,7%	.24

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos dados analisados, a marcação do artigo é favorecida, sobretudo, com a preposição *de* (.71). A preposição *em* também favorece a presença desse determinante, com peso relativo de .65. A preposição *a* inibe ligeiramente a presença do artigo. E as preposições *com* e *para* bloqueiam significativamente a realização desse determinante, embora a produtividade dessas preposições antes de possessivo tenha sido baixa nos dados analisados. A ausência de preposição também constitui um contexto desfavorável à marcação do artigo (.43). Vê-se, dessa forma, que a omissão do determinante é maior quando o possessivo é precedido por uma preposição com a qual o artigo não pode se contrair (*com* e *para*), do que em contextos em que a preposição não está presente.

Visualizam-se, pelos resultados da tabela 12, duas tendências para a realização do artigo no *corpus* quando se considera a presença de preposição: as preposições com as quais o artigo pode se contrair favorecem a realização desse determinante diante de possessivo, ao passo que a ausência de preposição e as preposições que não permitem a contração reduzem o uso do artigo. A fim de observar melhor essa tendência, realizou-se uma nova rodada dos dados, amalgamando os fatores da variável *presença de preposição* em apenas três: *ausência de preposição*, *preposição que se contrai com o artigo* e *preposição que não permite a contração*. Com essa nova distribuição dos fatores, a variável *presença de preposição* ainda foi a segunda selecionada por ordem de relevância. Os resultados desse agrupamento são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 13: Realização do artigo e comportamento da preposição

Comportamento da preposição	Oc./Total	%	Peso relativo
Preposição que se contrai com o artigo	81/118	68,6%	.62
Ausência de preposição	104/201	51,7%	.45
Preposição que não se contrai com o artigo	4/15	26,7%	.26

Fonte: Elaborada pela autora.

De fato, a presença do artigo é favorecida quando o possessivo é precedido por preposição com a qual o artigo pode se contrair. O fator *ausência de preposição* é interpretado pelo programa de processamento estatístico dos dados como um contexto desfavorável à realização do artigo (.45). E a presença de uma preposição que não se contrai com o artigo foi o fator mais desfavorável à realização desse determinante.

Esses resultados confirmam a hipótese inicial para a variável *presença de preposição* e corroboram o que vem sendo apontado em muitos estudos sobre a combinação do artigo com possessivo, desde Silva (1982): **a presença de uma preposição com a qual o artigo pode se contrair favorece a realização desse determinante antes de possessivo**. Nesse contexto, preposição e artigo contraídos parecem ser interpretados como um único elemento.

Por fim, fazem-se alguns apontamentos acerca da preposição *por*. Ocorreram, nos dados analisados, apenas três sintagmas possessivos precedidos por essa preposição, nenhum dos quais foi antecedido pelo artigo definido, do que foram eliminados das rodadas da variável *presença de preposição*. Essas três ocorrências são apresentadas a seguir:

- (91) [...] p onpadi| pitanga farsa A mia vesis| por **Ø mia** farmiria[...] (AFS- 2);
- (92) [...] cando eu cega aqui Acarbo di armança| por min conta por **Ø minnha** Contas [...] (AFS- 7);
- (93) [...] eu tenho tristeza por| **Ø minha** trite sina [...] (MDC- 84).

Callou e Silva (1997) constataram que as preposições com as quais o artigo pode se contrair elevam a realização desse elemento diante de possessivo, com exceção da preposição *por*, o que, conforme as autoras, pode estar relacionado a seu número reduzido de dados. Costa (2002), que analisou textos do português arcaico, também verificou que o determinante é menos realizado com a preposição *por*, do que com as preposições *de*, *a*, *em*, e mesmo do que a preposição *com*, que, por não se contrair com o artigo, poderia inibir mais a realização desse determinante. Esses resultados, apesar da ressalva feita por Callou e Silva (1997) quanto à baixa produtividade da preposição *por* nos dados que analisaram, ao menos sugerem que a presença dessa preposição parece constituir um contexto de resistência à implementação do artigo diante de possessivo. Estudos diacrônicos do comportamento da variável *presença de preposição* em *corpora* de diferentes épocas poderão esclarecer essa hipótese, verificando se, de fato, a preposição *por* inibe a realização do artigo. Em caso afirmativo, estudos com *corpora* de sincronias mais recentes poderão observar se o uso do artigo já começa a se expandir para esse contexto, ou se ele permanece inibindo a realização desse determinante.

5.1.3 Variáveis linguísticas sintáticas

Os dois contextos sintáticos controlados no estudo, *número do SN* e *função sintática*, foram selecionados como relevantes.

5.1.3.1 Número do SN

A variável *número* foi a terceira selecionada na rodada em que foi controlada, ficando atrás dos grupos *tipo de possuído* e *localização quando da escrita da carta*, selecionados nessa ordem. Os resultados encontrados para a variável *número do SN* são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 14: Realização do artigo e número do sintagma

Número	Oc./Total	%	Peso Relativo
Plural	58/95	61,1%	.53
Singular	131/239	54,8%	.49

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da tabela demonstram um favorecimento discreto da realização do artigo em sintagma possessivo plural, enquanto SN singular apresenta comportamento praticamente neutro. Esse resultado confirma a hipótese inicial para a variável *número*. **Os SN plurais realizam mais o artigo nos dados examinados, o que pode estar relacionado à atuação desse determinante como marcador de pluralidade em variedades do PB que não realizam a concordância formal de número.** Esse efeito aponta para um componente sintático da variação de uso do artigo diante de possessivo, uma vez que essa variação parece estar ligada, dentre outros aspectos, à relação entre os elementos do sintagma para indicação do número plural.

Estando o artigo ligado à noção de especificidade, Silva (1982) observa que esse determinante é mais realizado em SN singular. No entanto, é necessário considerar que o *corpus* analisado nesta dissertação é representativo da variedade popular do PB, que, dentre outras características, exibe ampla variação na concordância nominal de número, geralmente não apresentando a flexão em todos os elementos do SN. Nesse caso, a marca de plural parece ser mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do sintagma, incluindo aí o artigo⁶⁸. Santos (2017), que analisou a concordância nominal de número no acervo *Cartas em Sisal*, o

⁶⁸ Sobre a maior realização da marca de plural nos elementos pré-nucleares do SN, ver Scherre (1988, 1998).

mesmo consultado nesta dissertação, observou que, em termos percentuais, de fato, a marca de número é mais realizada nos elementos que antecedem o núcleo do SN: à esquerda adjacente ao núcleo 74,9% (173/231); à esquerda não adjacente ao núcleo 62,4% (78/125); à direita do núcleo 42,9% (15/35). Esse fato pode explicar porque nos dados analisados o artigo ocorre mais em SN plural. Essa hipótese poderá ser confirmada ou refutada com a realização de novos estudos sobre a combinação do artigo com possessivo em outros *corpora* representativos do português popular brasileiro.

Por fim, considerando que os resultados da variável *número* são pouco polarizados, tanto em relação aos pesos relativos quanto em relação aos percentuais, julga-se pertinente investigar se esse grupo estaria sob influência de outras variáveis ou se ele é, de fato, relevante para a combinação do artigo com possessivo no *corpus*. Realizaram-se, então, tabulações cruzadas entre essa variável e os grupos que mais se destacaram na análise: *tipo de preposição*, *animacidade* e *tipo de substantivo*, constatando-se o seguinte:

- No que concerne à variável *tipo de preposição*, a maioria das preposições com as quais o artigo se contrai (98/118) ocorreu em SN singular e o artigo foi realizado em 67% (66/98) dessas ocorrências. Já o SN plural marca o artigo em 75% (15/20) dos dados em que são precedidos por preposição que permite a contração com o artigo;
- Relativamente à *animacidade*, a parte mais expressiva dos nomes com referentes inanimados (154/222 = 70%) ocorreu em SN singular e o artigo foi realizado em 71% (109/154) desses casos. Já o SN plural marca o artigo em 75% (51/68) dos nomes inanimados;
- Quanto ao *tipo de substantivo*, a maioria dos nomes abstratos distribuiu-se entre os sintagmas no singular (97/153 = 63%). Mas a taxa de uso do artigo com esses nomes é menor em SN singular (73% = 71/97) do que com o plural (79% = 44/56).

Esses números evidenciam que, embora a distribuição dos dados pudesse estimular uma frequência mais elevada de uso do artigo em SN singular, uma vez que esse fator concentra a maior parte dos contextos que favorecem a presença do determinante, são os sintagmas plural os que mais realizam o artigo antes de possessivo. Fica demonstrado, dessa forma, que o *número do SN* é, de fato, um contexto determinante para a realização do artigo no *corpus* e que sua atuação independe da interferência de outros fatores que tendem a elevar a frequência de uso do artigo.

5.1.3.2 Função sintática

Esta variável foi a terceira selecionada por ordem de relevância na rodada em que foi testada (ficando atrás dos grupos *tipo de substantivo* e *naturalidade*). Os resultados apresentados na tabela 15 sugerem que há diferentes padrões de realização do artigo quando se considera a função sintática do sintagma possessivo na oração:

Tabela 15: Realização do artigo e função sintática

Função sintática	Oc./Total	%	Peso relativo
Predicativo	7/11	63,6%	.76
Adjunto adverbial	32/48	66,7%	.64
Objeto direto	70/100	70,0%	.63
Adjunto adnominal	9/24	37,5%	.44
Objeto indireto	28/51	54,9%	.41
Complemento nominal	20/36	55,6%	.40
Sujeito	16/54	29,6%	.27

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados da tabela 15 revelam que o uso do artigo diante de possessivo é mais favorecido quando o SN exerce a função de *predicativo* (.76) e *adjunto adverbial* (.64). Nota-se, no entanto, que possessivos em função de predicativo ocorreram poucas vezes nos dados analisados, do que seria prematuro decidir se, realmente, atuam como favorecedores do uso do artigo. Possessivo em função de *objeto direto* também favorece a presença do artigo. *Adjunto adnominal*, *objeto indireto* e *complemento nominal* bloqueiam ligeiramente o uso desse determinante antes de possessivo, com pesos relativos próximos. E os SN com função de *sujeito* configuram o contexto sintático mais resistente à realização do artigo diante de possessivo nos dados levantados.

Analisando os resultados da variável *presença de preposição* (neste e em outros estudos), o esperado era que as funções preposicionadas (*objeto indireto* e *complemento nominal*, adjuntos adverbiais e adnominais, em alguns casos) favorecessem o uso do artigo. Pelos resultados da tabela 15, alguns dos contextos sintáticos controlados não confirmam essa hipótese. É preciso considerar, porém, que o grupo *presença de preposição* apresentou comportamentos distintos quando se consideram a possibilidade de contração com o artigo e a ausência de preposição. Procurou-se, dessa forma, observar os contextos sintáticos, atentando para o tipo de preposição, conforme a tabela 16:

Tabela 16: Realização do artigo, função sintática e comportamento da preposição

Preposição	Ausente		Contrai		Não contrai		Total	
Função sintática	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Predicativo	7/11	64%	-	-	-	-	7/11	64%
Adjunto adverbial	3/7	43%	27/36	75%	2/5	40%	32/48	67%
Objeto direto	70/100	70%	-	-	-	-	70/100	70%
Objeto indireto	0/6	0	27/38	71%	1/7	14%	28/51	55%
Adjunto adnominal	1/7	14%	8/17	47%	-	-	9/24	38%
Complemento nominal	2/10	20%	18/25	72%	0/1	0	20/36	56%
Sujeito	16/54	30%	-	-	-	-	16/54	30%
Total	99/195	51%	80/116	69%	3/13	23%	182/324	56%

Fonte: Elaborada pela autora.

A tabela 16 permite uma visualização mais ampla da possível relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*. Iniciando com a observação dos contextos sintáticos apontados como favorecedores da presença do artigo, em relação ao fator *predicativo*, em que pese o número reduzido de ocorrências, sobressai-se o percentual significativo de marcação do artigo, mesmo com a totalidade das ocorrências concentradas em sintagmas não preposicionados. Parte expressiva dos *adjuntos adverbiais* (36/48) ocorreu em presença de preposição com a qual o artigo pode se contrair e apresentou, nesse contexto, a maior frequência de uso do artigo (75%). Conclui-se, assim, que, com o fator *adjunto adverbial*, a taxa elevada de uso do artigo é devida à presença de uma preposição com a qual o artigo pode se contrair.

Quanto aos fatores que bloqueiam a realização do artigo, boa parte dos *objetos indiretos*, *adjuntos adnominais* e *complementos nominais* ocorreram com preposição que pode se contrair com o artigo. Em tais contextos, essas funções realizaram o determinante em, respectivamente, 71%, 47% e 72% dos casos. Por outro lado, em ausência de preposição, esses fatores sustaram a presença do artigo⁶⁹. Em decorrência, no cômputo geral dos dados, o percentual de marcação do artigo foi reduzido. Isso conduziu à interpretação dessas funções sintáticas como contextos inibidores da realização do determinante. O *sujeito*, que, como esperado, ocorreu em sintagmas não preposicionados, realiza menos o artigo, ratificando os resultados da variável *presença de preposição*⁷⁰. Por outro lado, o *objeto direto*, que em nenhuma ocorrência foi acompanhado por

⁶⁹ Pode chamar a atenção aqui a ocorrência de complemento nominal em ausência de preposição. Isso ocorre porque, no *corpus* analisado, há casos de omissão da preposição em alguns contextos em que sua presença é obrigatória. É esse o caso de alguns complementos nominais, como nos exemplos seguintes:

- (1) [...] eu vou com saudil garsa **Ø noso** bom Deus [...] (AFS- 2);
- (2) [...] eu chegei bem garsa| **u noso** bom Deus [...] (AFS-9).

⁷⁰ Observando esses resultados, evidencia-se que uma reclassificação da variável *função sintática*, separando os contextos sintáticos a partir dos tipos de preposição ou da ausência desse elemento, poderia fornecer informações mais amplas sobre a relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*. Todavia, a quantidade de dados analisados nesta dissertação impossibilita essa nova codificação. A análise conteria muitas células com números extremamente reduzidos de dados, o que pouco contribuiria para compreensão do fenômeno e dos contextos estudados.

preposição, realizou o artigo em 70% dos casos, configurando um contexto favorável à marcação desse determinante (.63). Com isso, dos fatores controlados, o objeto direto é o que mais se distancia da hipótese inicial para a variável *função sintática*. Examinando as realizações de possessivo com função de objeto direto, constatou-se o seguinte:

- Boa parte dos sintagmas possessivos com função de objeto direto (66/100) ocorreu com nomes abstratos, que, como visto anteriormente, são favorecedores da presença do artigo. Dessas 66 ocorrências, o artigo foi realizado em 52, o que corresponde a um percentual de 79%;
- 96 dos 100 sintagmas possessivos com função de objeto direto ocorreram com nomes inanimados, que também são favorecedores da presença do artigo. Nesse contexto, o artigo foi realizado em 72% dos dados (69/96).

Esses números explicam porque os objetos diretos favorecem a realização do artigo nos dados analisados. Algo semelhante parece ocorrer com os SN em função de predicativo, que, assim como os objetos diretos, favorecem a presença do artigo mesmo sendo realizado exclusivamente em sintagma não preposicionado. Dos 11 sintagmas com função de predicativo, sete têm como núcleo nomes inanimados, e o artigo é realizado em 71% desses dados (5/7). Com nomes com referentes humanos, os predicativos realizam o artigo em metade dos casos (2/4). No cômputo geral, predicativos realizaram o artigo em 64% dos dados, sendo interpretado com um contexto favorecedor da presença desse determinante.

Em síntese, os resultados de alguns fatores controlados com a variável *função sintática*, com destaque para *objeto direto*, *objeto indireto*, *adjunto adnominal* e *complemento nominal*, aparentemente negam a hipótese inicial de que o artigo seria mais realizado em funções preposicionadas. No entanto, a análise mais cuidadosa dos dados, levando em conta os tipos de preposição ou sua ausência no SN, revelou que a aparente independência entre as variáveis *função sintática* e *presença de preposição* pode ser devida à distribuição dos dados. Nesse sentido, foi possível observar que, em relação às preposições que se contraem com o artigo, as funções preposicionadas, de fato, apresentam altas taxas de uso do artigo. Mas em ausência de preposição e com preposição com a qual o artigo não se contrai, esse percentual se reduz bastante. Em resultado, na totalidade de ocorrências das funções de *objeto indireto*, *adjunto adnominal* e *complemento nominal*, a frequência de uso do artigo é baixa, conduzindo à interpretação desses contextos como desfavoráveis à ocorrência do determinante.

Sobressaiu-se também o comportamento dos *objetos diretos*, que, mesmo ocorrendo em ausência de preposição, realiza o artigo em 70% dos casos. A observação desse contexto revelou, porém, que a maior parte dos sintagmas objeto direto tem núcleo representado por nomes abstratos e/ou com referentes inanimados, que são altamente favorecedores da presença do artigo. Isso explica porque tal fator realiza mais o artigo. Com os sintagmas com função de *predicativo*, parece ter ocorrido algo semelhante, mas o número restrito de realizações desse fator não permite que se façam afirmações taxativas.

De tudo isso, conclui-se que há, nos dados analisados, uma relação entre os grupos função sintática e presença de preposição que só se revela quando se leva em conta a possibilidade de contração do artigo com a preposição ou a ausência deste último elemento⁷¹.

5.1.4 Variável linguística estrutural

A seguir, descrevem-se os resultados da variável linguística de natureza estrutural.

5.1.4.1 Estrutura do constituinte

Esta variável ratificou aspectos já observados através da análise de outros grupos de fatores (*animacidade e presença de preposição*), mas também trouxe informações adicionais acerca do uso variável do artigo no *corpus*. Como esclarecido na seção 4.5.2.4.1, optou-se por analisar os constituintes com nomes relacionais separadamente dos constituintes com nomes comuns, tendo em vista o comportamento do grupo *animacidade* no presente estudo (*cf.* subseção 5.1.1.1). De fato, os resultados alcançados com a variável *estrutura do constituinte* demonstram que, mesmo nos casos em que o sintagma tem a mesma estrutura, o tipo de nome núcleo do SN (se relacional ou não) representa diferentes taxas de realização do artigo diante de possessivo. Alguns tipos de estrutura do constituinte não puderam ser controlados nesta análise, em virtude de nocautes ou de quantidade insuficiente de dados⁷². Desse modo, dos 334

⁷¹ Callou e Silva (1997), que também controlaram a *função sintática* e a *presença de preposição* no condicionamento da realização do artigo antes de possessivo, mencionam uma independência entre esses grupos, uma vez que as funções preposicionadas não foram as que mais favoreceram a marcação do determinante. Porém, as autoras não examinaram os contextos sintáticos por tipo de preposição (a possibilidade ou não de contração com o artigo ou a ausência de preposição), embora reconheçam que “[...] as preposições que aceitam contrair-se com o artigo [...] tendem a duplicar seu peso relativo ficando num patamar acima de ,70 [...]” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 17). Desse modo, não é possível observar se, na análise das autoras, os grupos *função sintática* e *presença de preposição* são mesmo independentes ou o que ocorre é o mesmo comportamento observado nesta dissertação.

⁷² Para conferir todos os tipos de estruturas identificadas no *corpus*, ver apêndices A e B.

sintagmas que compuseram a análise inicial, somente 260 foram computados para controle do grupo *estrutura do constituinte*. Desse total, 61,2% foram precedidos por artigo. Os 260 sintagmas considerados foram agrupados em oito fatores, cujo desempenho é sugerido pelos resultados na tabela 17:

Tabela 17: Realização do artigo e estrutura do constituinte⁷³

Estrutura do constituinte	Oc./Total	%	Peso relativo
[PREP. + POSSE. + ADJ. + N]	14/17	82,4%	.77
[PREP. + POSSE. + N]	48/66	72,7%	.62
[POSSE. + ADJ. + N]	11/16	68,8%	.60
[POSSE. + N]	72/109	66,1%	.56
[PREP. + POSSE. + NR]	4/10	40%	.27
[POSSE. + NR]	5/15	33,3%	.24
[PREP. + POSSE. + NR + ANTR.]	4/17	23,5%	.13
[PREP. + INDEF. + POSSE. + NR]	1/10	10%	.06

Fonte: Elaborada pela autora.

Constata-se, de início, que a presença do artigo é favorecida somente em constituintes cujo núcleo é um nome comum. Por outro lado, todas as estruturas contendo nomes relacionais bloqueiam a realização do artigo. Desse modo, a análise deverá se pautar na observação de cada tipo de constituinte para identificar, entre os constituintes com nomes comuns, os fatores que mais estimulam a realização do artigo; e entre as estruturas com nomes relacionais, as que mais bloqueiam a presença do determinante. A seguir, comentam-se as estruturas representadas na tabela 17:

(94) PREP. + POSSE. + ADJ. + N

Essa estrutura realizou o artigo em 82,4% dos dados, sendo a mais favorável à realização do artigo (.77). A presença da preposição antes do possessivo é um dos aspectos a se destacar nesse tipo de constituinte. No concerne ao tipo de preposição, duas ocorrências foram de preposição que não aceitam a contração com o artigo, mas nas duas o artigo foi marcado. Dos 15 dados em que a preposição pode se contrair com o artigo, em 12 esse determinante foi realizado. Confirma-se, então, que a preposição tem uma atuação significativa, estimulando a marcação do artigo. Além da presença da preposição, a ocorrência do adjetivo nesse tipo de constituinte parece exercer alguma influência. Isso é sugerido pela comparação com a estrutura a seguir.

⁷³ **Legenda:** PREP.= preposição; POSSE.= possessivo; NR= nomes relacionais; N= nome comum; ADJ.= adjetivo; ANTR.= antepônimo; INDEF.= pronome indefinido (que, nos dados analisados, são apenas realizações de *todo* e flexões).

(95) PREP. + POSSE. + N

Também em estruturas como a representada em (95) a presença da preposição desempenha papel significativo. Atentando para o tipo de preposição, em seis estruturas do tipo (95), o possessivo foi precedido por preposição que não se contrai com o artigo e a ausência desse determinante foi categórica nesses casos. Em 60 ocorrências, havia a possibilidade de contração do artigo com a preposição, sendo o artigo realizado em 48 desses dados (80%). No total dos constituintes do tipo [PREP. + POSSE. + N], o artigo foi realizado em 72,7% dos casos, representando um contexto favorecedor da presença do artigo (.61).

Comparando as estruturas representadas em (94) e (95), fica sugerido que a presença do adjetivo no constituinte exerce alguma influência sobre a presença do artigo. O que parece diferenciar essas estruturas é a presença do adjetivo em (94) e sua ausência em (95). No constituinte em que o adjetivo é realizado, a marcação do artigo é superior, alcançando 82,4% (14/17) dos casos. Esse percentual desce para 72,7% (48/66) nas estruturas do tipo [PREP. + POSSE. + N]. Tal resultado é indicativo de que a presença do adjetivo parece conferir ao sintagma maior especificação semântica, fomentando mais a marcação do artigo. A comparação entre as estruturas (96) e (97), descritas a seguir, é um indício disso. Em que pese a diferença no número de dados, em sintagmas do tipo [POSSE. + ADJ. + N] a marcação do artigo é ligeiramente superior à presença desse determinante nas estruturas com [POSSE. + N], respectivamente 68,8% e 66,1%⁷⁴.

(96) POSSE. + ADJ. + N

Constituintes como o representado em (96) também apresentam uma configuração estrutural favorável à ocorrência do artigo. Sublinha-se, à semelhança do que foi observado em relação à estrutura (94), que a presença do adjetivo nesses constituintes confere-lhes maior especificação semântica, fomentando mais a realização do artigo. Observa-se ainda que o mesmo tipo de estrutura, mas com a presença da preposição ((94)), apresenta uma taxa superior de uso do artigo, evidenciando mais uma vez a atuação do fator preposição.

⁷⁴ A posição do adjetivo em relação ao núcleo do SN (se posposto ou anteposto) não pareceu determinante para a realização do artigo. Por isso, na rodada dos dados, essas ocorrências foram amalgamadas em um único fator.

(97) POSSE. + N

Estruturas como as representadas em (97) foram as mais abundantes na análise e realizaram o artigo em 66,1% dos dados, favorecendo rapidamente a realização desse determinante (.56). A comparação entre as estruturas do tipo (95) e (97) evidencia a atuação do fator preposição. Na primeira, a realização de uma preposição que aceita contração com o artigo eleva a realização desse elemento antes do pronome possessivo. Quando a preposição não ocorre, a taxa de uso do artigo é menor, comportamento observado também com os constituintes com nomes relacionais, comentados na sequência.

(98) PREP. + POSS.+ NR

Das estruturas que contêm nomes relacionais, a representada em (98) foi a que menos inibiu a realização do artigo, provavelmente em virtude da presença da preposição. Atentando-se para o tipo de preposição que ocorreu nessas estruturas, identificaram-se duas preposições com as quais o artigo não se contrai. Uma delas foi acompanhada pelo determinante:

(99) [...] commo vai| A cinhora di saudi com Ø ceu| filinhos [...] (AFS- 45);

(100) [...] um vesso [.]pra u meu pai [...] (ACO-44).

Das oito ocorrências de preposição com as quais o artigo pode se contrair, em três esse determinante esteve presente. Isso é sugestivo de que, embora os constituintes cujo núcleo é um nome relacional realizem menos do artigo, quando ocorre uma preposição com a qual o artigo pode se contrair, a resistência à marcação desse determinante é menor, uma vez que preposição e artigo contraídos parecem interpretados como um único elemento, o que estimula a marcação do artigo.

Seguindo com as observações acerca dos constituintes que inibem a ocorrência do artigo, considere-se a estrutura em (101):

(101) POSS.+ NR

Estruturas como a representada em (101) realizaram o artigo em apenas 33,3% dos dados, bloqueando acentuadamente a combinação desse determinante com o pronome possessivo (.24). Esse resultado era, em verdade, o esperado, tendo em vista que os nomes

relacionais, em todos os constituintes, reduzem a presença do artigo, e que o artigo é menos realizado também em sintagmas não preposicionados.

(102) PREP. + POSSE. + NR + ANTR.

Estruturas como a representada em (102), mesmo contando com a presença da preposição, realizam menos o artigo do que estruturas do tipo (98), sendo, na verdade, o segundo tipo de constituinte que mais bloqueia a combinação do artigo com o pronome possessivo no *corpus*. Das 17 realizações desse tipo de constituinte, quatro apresentam preposição com a qual o artigo não se contrai e, nesses casos, o artigo foi realizado uma única vez ($1/4 = 25\%$). As 13 ocorrências de preposição que aceitam contração com o artigo realizam o artigo em três dados apenas ($3/13 = 23\%$). O que parece diferenciar a taxa de realização do artigo na estrutura em (102) do que ocorre em sintagmas como (98) é a realização do antropônimo na primeira. Como será visto na seção sete, os antropônimos não constituem contexto de variação do artigo definido no *corpus* analisado, sendo a ausência do artigo categórica com nomes de pessoa. Provavelmente por isso, quando o antropônimo é realizado em sintagmas possessivos, mesmo quando não é o núcleo do sintagma, a presença do artigo é ainda mais restrita⁷⁵.

Passa-se à descrição da oitava estrutura controlada na análise.

(103) PREP. + INDEF. + POSSE. + NR

Das estruturas controladas na análise, a representada em (103) foi a que mais inibiu a marcação do artigo (.06), realizando esse determinante em apenas 10% dos casos. Para observá-la, considere-se o exemplo (104):

(104) [...] fiquei com todos | ~~Ø~~ **meus** filhos (MDC- 84).

O tipo preposição que introduz esse constituinte não parece ter relação com a marcação do artigo antes do possessivo. Se, em lugar de *com*, fosse empregada uma preposição com a qual o artigo pudesse se contrair, o determinante não estaria presente, visto que a anteposição

⁷⁵ Estruturas como a representada em (102), mas sem a preposição, ocorreram apenas seis vezes nos dados, por isso foram excluídas da rodada. Com essas estruturas do tipo [POSS. + NR + ANTR.], o artigo foi realizado em metade dos casos. A quantidade reduzida de constituintes com essa configuração não permite que se façam muitas interpretações.

do artigo ao pronome indefinido⁷⁶ tornaria a sentença agramatical nesse caso. O elemento relevante para a presença restrita do artigo nesse tipo de estrutura, além do nome relacional, parece ser o indefinido *todo* (e flexões)⁷⁷. Cabe, desse modo, alguns apontamentos sobre esse pronome, ainda que resumidos.

D. M. Oliveira (2006) e Legroski (2015), a partir da literatura vigente, explicam que o indefinido *todo/a* (no singular) é utilizado diante de nome nu, quando exprime a totalidade dos elementos de um conjunto, como em (105), e com nome precedido por artigo definido, quando denota a totalidade das partes de um elemento, como em (106):

(105) Ele se comportava como **todo** estudante daquela idade;

(106) Como estava com muita fome, comeu **todo o** bolo.

Nos dados analisados nesta dissertação, quando o indefinido ocorre no singular antes do pronome possessivo, a sucessão ou não do artigo não parece implicar em diferenças na interpretação (se a totalidade é do conjunto ou das partes de um elemento), como se vê em (107):

(107) [...] min mandi Dizer conmo| vai di saudi u cenhor| i toudo Ø noço percoal (AFS- 15).

D. M. Oliveira (2006) observa que, no plural, *todos/as* exige a marcação do artigo antes do nome, salvo os casos em que um determinante a exclua, como é possível conferir com os exemplos em (108):

⁷⁶ As formas *todo* (e flexões) e *tudo* são aqui chamadas de pronomes indefinidos. Reconhece-se, todavia, que outras designações são possíveis. Para uma síntese de diferentes nomeações/concepções das formas *todo* (e flexões), ver Legroski (2015, p. 20-33), que considera também as formas *qualquer* e *cada*; e D. M. Oliveira (2006, p. 17-19), que trata da forma *tudo*, mas traz apontamentos que lançam alguma luz para compreensão de *todo* (e flexões).

⁷⁷ Outras estruturas contendo o pronome indefinido, com e sem nomes relacionais, que foram excluídas das rodadas, para eliminação de nocautes ou por quantidade insuficiente de dados, parecem ratificar a observação de que, quando o indefinido é realizado antes de possessivo, a presença do artigo é reduzida, quais sejam:

1. [INDEF. + POSS.] = 0% de realização do artigo (0/10);
2. [PREP. + INDEF. + POSSE. + N] = 33,3% de realização do artigo (1/3);
3. [INDEF. + POSSE. + N] = 0% de realização do artigo (0/2);
4. [PREP. + INDEF. + POSSE.] = 14,3% de realização do artigo (1/7);
5. [INDEF. + POSSE. + ADJ. + N] = 0% de realização do artigo (0/1);
6. [INDEF. + POSSE. + NR] = 50% de realização do artigo (1/2).

Apesar da quantidade reduzida de ocorrências com essas estruturas, é possível perceber que, tanto nas construções com nomes relacionais (6) quanto nos constituintes com nomes comuns, a ausência do artigo é expressiva quando o indefinido *todo* (e flexões) precede o possessivo.

- (108) a. Todos os garotos desistiram da brincadeira;
 b. *Todos Ø garotos desistiram da brincadeira.
 c. Todos aqueles garotos desistiram da brincadeira.

Nas ocorrências examinadas na presente dissertação, quando o indefinido plural ocorre antes do possessivo, o artigo pode ou não ser realizado. O possessivo não necessariamente exclui a presença do artigo, como um demonstrativo a exclui, por exemplo. No *corpus* deste estudo, tanto no singular quanto no plural, a realização do indefinido antes do possessivo configura um contexto em que é possível a alternância presença/ausência do artigo. Por isso, os dados dessa natureza foram preservados na análise. Apesar da possibilidade de variação da presença do artigo, o que chama atenção nesses dados é que eles tendem a bloquear a presença do artigo, como no exemplo seguinte:

- (109) [...] eu peço A Deus quelidei saudi i felicidadei| A cinhora A toudo Ø ceu persoal (AFS-45);

Estando a presença do artigo definido, *a priori*, ligada à possibilidade de leitura definida do sintagma (entendendo a definitude aqui a partir da noção de *identificabilidade*, como a concebe Lyons (1999))⁷⁸, a anteposição de uma forma considerada indefinida poderia implicar a redução da presença do artigo⁷⁹. Outra hipótese é que *tudo*, por denotar totalidade (seja de um conjunto ou das partes de um elemento), dispensaria a presença do artigo definido para destacar a especificidade do elemento referido. Como se vê, ainda não foi possível alcançar uma explicação conclusiva para o comportamento da variação do artigo em presença do pronome *tudo* (e flexão). A relação entre a noção de definitude e *tudo* (e flexão) permanece como pauta para investigação futura.

⁷⁸ Sobre esse conceito, ver seção 1.1.

⁷⁹ O trabalho de D. M. Oliveira (2006), no entanto, demonstra que a presença do indefinido não implica necessariamente a leitura indefinida do sintagma. Partindo da hipótese de que “Os traços constituintes da definitude envolvem as seguintes noções: referencialidade, determinação/delimitação de quantidade, tipos de retomada e presença do falante na entidade quantificada. Essas noções, por sua vez, apresentam um comportamento escalar e podem ser captadas na forma de traços constituintes” (p. 98), D. M. Oliveira (2006) identificou diferentes graus de definitude para o indefinido *tudo*, ou melhor dizendo, para o referente desse item. Essa constatação constitui a inovação da pesquisa dessa autora: “[...] a identificação de graus de definitude em um item classificado pelas gramáticas como *indefinido*” (p. 151). Uma análise nos moldes da que foi realizada por D. M. Oliveira (2006), com o *corpus* da presente dissertação, poderia contribuir para compreensão do comportamento do indefinido nos sintagmas possessivos aqui analisados. Tal estudo, obviamente, foge ao escopo desta dissertação, configurando, na verdade, tema para outra pesquisa, dada sua complexidade.

Dando continuidade às considerações sobre as configurações dos sintagmas possessivos no *corpus*, percebe-se que a maioria dos constituintes analisados teve núcleo simples. Estruturas com núcleos coordenados ocorreram apenas seis vezes nos dados, do que foram eliminadas das rodadas. Esse tipo de estrutura foi realizado com cinco organizações diferentes do constituinte, elencadas abaixo:

- (109) POSS. + NR + CONJ. ADITIVA + NR

(110) [...] a deos muita alegria eu tiria| si tivessi a certaiza que estas mal notada| linhas hia encontra aminha comadre i| Amiga com saudi[...] (JMS- 66).

- (111) POSS. + NR + CONJ. ADITIVA + ADJ.

(112) [...] Ficarei comadre Ø Sua amiga hi obrigadíssimo [?]| eu Firmina petornilla do Santo (FP- 80).

- (113) PREP. + POSS. + NR + CONJ. ADITIVA + NR + OR. RELATIVA

(114) [...] vosmece acceite um abraco| i um aperto di mão di Ø sua| amiga i Comadre que lhi estima (JMS- 67);

(115) [...] asseiti| um abraco da sua comadre| i Amiga que lhi estima [...] (JMS- 68).

- (116) PREP. + POSS. + NR + CONJ. ADITIVA + NR + ANTR.

(117) [...] nau mada dize nadra para Ø ceu| Amigro i Croprade Ju [...] (JS- 62).

- (118) ADV. + POSS. + NR + CONJ. ADITIVA + ADJ. + CONJ. ADITIVA + NR

(119) [...] estou como Ø sua amiga i obrigada i criada [...] (FP- 78).

A comparação entre a realização do artigo em sintagmas com núcleo simples e com núcleos coordenados poderia fornecer uma informação relevante para compreensão da relação entre a estrutura do constituinte e a combinação do artigo com possessivo no *corpus*. No entanto,

apenas seis dados apresentaram núcleos coordenados, do que não é possível inferir se há influência na realização do artigo.

A partir dos apontamentos feitos acerca das estruturas observadas no *corpus*, resumam-se os seguintes aspectos:

- O fator preposição é atuante em estruturas com nomes comuns e relacionais, sendo seu estímulo à presença do artigo mais perceptível com os primeiros;
- A presença de um pronome indefinido no SN tende a bloquear a realização do artigo;
- A presença de outro modificador no SN – nos dados analisados, esse modificador foi o adjetivo – não inibe a presença do artigo, antes a estimula, provavelmente por conferir ao sintagma maior especificação semântica⁸⁰.

Por fim, ressalva-se que a descrição aqui esboçada deve ser aprimorada em desdobramentos futuros do trabalho. O estudo ainda carece de uma análise refinada da estrutura do constituinte.

5.2 VARIÁVEIS SOCIAIS SIGNIFICATIVAS

As quatro variáveis sociais controladas no estudo foram apontadas como significativas para a combinação do artigo com possessivo no *corpus*. Esses grupos são descritos a seguir.

5.2.1 Naturalidade dos remetentes

Esse grupo foi o segundo selecionado por ordem de relevância. Os redatores das missivas examinadas são oriundos de áreas rurais de três municípios limítrofes, localizados no interior do estado da Bahia: Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu. Os resultados do controle dessa variável mostram que, apesar da proximidade geográfica entre as regiões de origem dos remetentes, eles diferem na frequência de realização do artigo diante de possessivo, como se verifica na tabela 18:

Tabela 18: Realização do artigo e naturalidade dos remetentes

Naturalidade	Oc./Total	%	Peso relativo
Jacuiense	130/207	62,8%	.61
Coiteense	47/92	51,1%	.40
Ichuense	12/35	34,3%	.17

Fonte: Elaborada pela autora.

⁸⁰ Não foi possível observar o comportamento de outros modificadores (como sintagmas preposicionados e orações relativas, por exemplo) em virtude da quantidade reduzida de dados no *corpus* (Conferir apêndices A e B).

A realização do artigo é favorecida apenas nas cartas dos sertanejos de Riachão do Jacuípe (.61) e é inibida principalmente nas missivas dos redatores naturais de Ichu (.17). Nas missivas dos sertanejos de Conceição do Coité, o uso do artigo também foi desfavorecido. Porém, a diferença na quantidade de dados analisados por naturalidade é bem nítida, dificultando que se façam afirmações conclusivas acerca da atuação dessa variável.

Antonio Fortunato Silva, natural de Riachão do Jacuípe, foi o redator que mais escreveu. São de sua autoria 26 das 91 missivas. Considerando isso, realizou-se uma nova rodada excluindo os dados de Antonio Fortunato, numa tentativa de diminuir o desequilíbrio da amostra. Nessa rodada, *naturalidade dos remetentes* ainda foi a segunda variável selecionada por ordem de relevância. Excluídas as 26 cartas de Antonio Fortunato Silva, rodaram-se os dados das outras 65 missivas, do que se têm os seguintes resultados:

Tabela 19: *Naturalidade dos remetentes sem dados de AFS*

Naturalidade	Oc./Total	%	Peso relativo
Jacuiense	53/85	62,4%	.65
Coiteense	47/92	51,1%	.47
Ichuense	12/35	34,3%	.23

Fonte: Elaborada pela autora.

A nova rodada confirmou o favorecimento da realização do artigo nos textos dos sertanejos naturais de Riachão do Jacuípe. Com a exclusão das cartas de Antonio Fortunato, os redatores de Conceição do Coité somam o maior número de dados (92 sintagmas possessivos), mas a maior frequência de uso do artigo antes de possessivo continua sendo a dos jacuienses (62,4%), que ainda são os únicos favorecedores da presença do artigo (.65). De diferente tem-se que, nessa rodada, a inibição do determinante foi menos intensa nas cartas dos redatores de Ichu do que na primeira rodada, com peso relativo que foi de .17 para .23. E os textos dos coiteenses inibiram mais sutilmente a realização do artigo.

Segundo Santiago (2011), os redatores dos três municípios pertenciam a contextos sociais semelhantes e mantinham estreitas relações entre si. O que poderia, então, explicar as diferenças nos padrões de realização do artigo com possessivo? A primeira tentativa para compreender essa questão foi considerar a influência de fatores externos às comunidades consideradas. Para tanto, não dispondo de informações sobre a estadia de todos os remetentes em outras localidades, controlou-se a variável *localização do remetente quando da escrita da carta*, que também foi selecionada como um contexto relevante para a combinação do artigo com possessivo no *corpus*, como será comentado a seguir.

5.2.2 Localização quando da escrita das cartas

A fim de verificar se a estadia dos redatores em outras localidades pode estar influenciando a marcação do artigo no *corpus*, controlou-se a variável *localização do remetente quando da escrita da carta*, segundo grupo selecionado por ordem de relevância na rodada em que foi testado. Essa variável pode fornecer uma informação social relevante para esclarecer o comportamento da variável *naturalidade dos remetentes*. Seus resultados são apresentados na tabela 20:

Tabela 20: Realização do artigo e localização quando da escrita

Localização da escrita	Oc./Total	%	Peso relativo
Escritas de fora da Bahia	89/141	63,1%	.58
Cartas escritas da Bahia	100/193	51,8%	.44

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se que **a marcação do artigo é levemente favorecida nas cartas escritas de outros estados**, enquanto, nas cartas escritas na Bahia, o uso desse determinante é sutilmente inibido. Tais resultados confirmam a hipótese inicial de que a estadia dos remetentes em outras localidades exerce alguma influência sobre a realização do artigo no *corpus*. Nesse caso, elevando a taxa de uso do artigo antes de possessivo.

Para verificar se os resultados da variável *localização quando da escrita da carta* tem relação com o comportamento do grupo *naturalidade dos remetentes*, cruzaram-se esses dois contextos, do que se têm os seguintes percentuais de realização do artigo:

Tabela 21: Uso do artigo, naturalidade do remetente e localização quando da escrita da carta

Localização da escrita	Bahia		Outro estado		Total	
Naturalidade	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Jacuiense	53/86	62%	77/121	64%	130/207	63%
Coiteense	38/76	50%	9/16	56%	47/92	51%
Ichuense	9/31	29%	3/4	75%	12/35	34%
Total	100/193	52%	89/141	63%	189/334	56,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Como se vê, o maior número de dados é o do fator *redatores de Riachão que escreveram de fora da Bahia* (121/334), o que pode ser um indicativo de que a influência de comunidades externas pode se fazer sentir principalmente com essa naturalidade. Constata-se, no entanto, que, para todas as naturalidades, a realização do determinante foi maior em cartas escritas de outro estado. Nos textos dos redatores de Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité, a diferença é mais sutil. Nas missivas dos redatores de Ichu, a diferença é bem nítida, mas apenas quatro dados estão em cartas escritas de outro estado. Por esses resultados, percebe-se que a

localização do remetente quando da escrita da carta pode ter repercutido nas diferenças observadas entre os redatores dos três municípios no que concerne à combinação do artigo com possessivo.

5.2.3 Data de escrita da carta

A variável *data de escrita da carta* foi a terceira selecionada por ordem de relevância na rodada em que foi testada. Seus resultados são apresentados na tabela 22, a seguir:

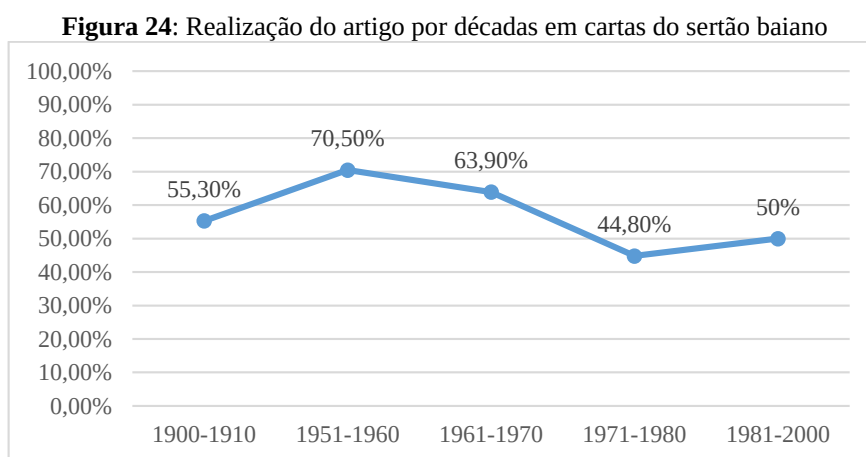
Tabela 22: Realização do artigo e data de escrita da carta

Fator	Oc./Total	%	Peso relativo
1951-1960	31/44	70,5%	.71
1961-1970	76/119	63,9%	.53
1981-2000	10/20	50%	.48
1900-1910	21/38	55,3%	.47
1971-1980	26/58	44,8%	.30

Fonte: Elaborada pela autora.

A distribuição dos dados por década não está equilibrada, o que dificulta o alcance de explicações satisfatórias acerca da disposição dos pesos relativos. Em relação à primeira metade do século XX, os dados recobrem apenas a primeira década e não são robustos. As ocorrências do final do século (1981-2000) também são reduzidas. Pelos resultados da tabela, observa-se que a realização do artigo é favorecida apenas nas cartas das décadas de 1950 e 1960. A década de 1970 é a que mais desfavorece a realização do artigo. E as décadas finais do século XX exibem comportamento praticamente neutro.

No gráfico abaixo, observa-se melhor as frequências de realização do artigo nos intervalos de tempo considerados nesta pesquisa:



Fonte: Elaborada pela autora.

Apesar de existir uma lacuna nos dados entre as décadas de 1910 e 1950, para as quais não há cartas no acervo utilizado, identifica-se, no gráfico, uma elevação na frequência geral de uso do artigo se comparadas as décadas de 1900 e 1950. Ainda considerando a frequência, entre 1960 e 1980 há um decréscimo no uso do artigo, mas a diferença só é notável entre o período de 1961-1970 e 1971-1980. Entre 1980 e 2000, há um aumento discreto do emprego do artigo diante de possessivo, em relação ao período anterior, com uma taxa que se assemelha a que foi observada no início do século.

Para alcançar resultados conclusivos acerca do perfil diacrônico da combinação do artigo com possessivo no PB, fazem-se necessárias análises de *corpora* maiores, com amostras mais equilibradas por período considerado, para que se possa observar se o uso do artigo diante de possessivo caminha para uma marcação categórica no PB, à semelhança do que ocorreu no PE moderno, ou se a tendência é a ausência do artigo nesse contexto ou ainda uma estabilidade na variação. Os dados analisados apenas sugerem que **o uso do artigo com possessivo, ao longo do século XX, parece exibir um quadro estável de variação** (na subseção 6.1, apresentam-se mais algumas observações acerca do grupo *data de escrita da carta*).

5.2.4 Gênero

O controle da variável *gênero* revelou que homens e mulheres diferem nos padrões de realização do artigo em suas missivas:

Tabela 23: Realização do artigo e gênero do redator

Gênero	Oc./Total	%	Peso relativo
Masculino	117/192	60,9%	.57
Feminino	72/142	50,7%	.41

Fonte: Elaborada pela autora.

A presença do artigo é favorecida apenas nas missivas redigidas por homens, enquanto as mulheres tendem a desfavorecer a combinação do artigo com possessivo nas cartas.

Pelos apontamentos de Silva (1998b) e Callou e Silva (1997), o uso variável do artigo definido é um fenômeno imune às pressões da gramática normativa. Considerando isso e apesar da inexistência de trabalhos sobre a avaliação social desse fenômeno, acredita-se que os resultados da tabela não estão relacionados a diferenciações de prestígio entre as variantes analisadas. Buscou-se, então, interpretar esses resultados a partir de sua relação com outros contextos controlados na pesquisa. Relativamente aos contextos sociais, constatou-se de início

que o grupo *gênero* só foi selecionado quando era a única variável extralinguística controlada na rodada, o que parece indicativo da existência de sobreposição entre os fatores sociais.

A tabulação cruzada entre os grupos *gênero* e *naturalidade do remetente* forneceu os seguintes números:

Tabela 24: Uso do artigo, gênero e naturalidade do remetente

Gênero	Masculino		Feminino		Total	
Naturalidade	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Jacuiense	103/160	64%	27/47	57%	130/207	63%
Coiteense	11/28	39%	36/64	56%	47/92	51%
Ichuense	3/4	75%	9/31	29%	12/35	34%
Total	117/192	61%	72/142	51%	189/334	56,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre os redatores de Conceição do Coité, a diferença nos padrões de realização do artigo entre homens e mulheres é nítida. Mas, curiosamente, são as mulheres as responsáveis pelas maiores taxas de uso do artigo. Entre os Jacuienses, os homens lideram a marcação do artigo e concentram o maior número de dados da amostra (160/334). A disparidade na quantidade de dados dos ichuenses impede uma descrição do gênero entre esses redatores. No cômputo total das três naturalidades, os homens superam as mulheres na realização do artigo (61% vs. 51%), por isso esse fator foi interpretado como favorável à presença desse determinante.

Do cruzamento dos grupos *gênero* e *localização quando da escrita da carta* despontam os seguintes resultados:

Tabela 25: Uso do artigo, gênero e localização do remetente

Gênero	Masculino		Feminino		Total	
Localização	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Bahia	36/65	55%	64/128	50%	100/193	52%
Outro estado	81/127	64%	8/14	57%	89/141	63%
Total	117/192	61%	72/142	51%	189/334	56,6%

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se que a maior taxa de realização do artigo é a dos homens que escreveram de outras localidades. Na verdade, os homens superam as mulheres na frequência de realização do artigo tanto nas cartas enviadas do próprio estado quanto nas cartas remetidas de outros lugares. Entre as mulheres, a realização do artigo também é maior em cartas escritas de fora da Bahia, mas esse fator conta com apenas 14 dados.

Conclui-se, portanto, que as diferentes tendências de uso do artigo por homens e mulheres podem não estar ligadas a questões de prestígio das variantes, mas a outros fatores

controlados na pesquisa, como a estadia do redator em outra localidade. Ao que parece, **a marcação do artigo é maior entre os homens porque sobretudo esse grupo escreveu de fora da Bahia** (a diferença entre a quantidade de dados de homens e mulheres que escreveram de outro estado é bastante nítida). Relativamente à *naturalidade*, os homens jacuienses, que concentram o maior montante de dados, marcam mais o artigo antes de possessivo do que as mulheres. Isso também pode estar ligado à influência de comunidades externas, visto que, no cruzamento entre *naturalidade* e *localização do redator quando da escrita*, a maior quantidade de dados foi a dos redatores de Riachão do Jacuípe que não escreveram da Bahia. Por essas relações entre fatores de diferentes grupos, na contagem total dos dados, os homens exibem os maiores índices de uso do determinante.

Na tentativa de entender os diferentes padrões de realização do artigo por homens e mulheres, buscou-se também observar questões relacionadas ao estilo identificado nas cartas. No que diz respeito aos assuntos abordados nas missivas, homens e mulheres escreveram sobre temas semelhantes (conferir Índice Analítico das Cartas, em Santiago (2012, p. 408-420)) e com estilos bem próximos. Não se identificou nas cartas redigidas por mulheres ou homens recorrência de algum tema ou tipo de nome, por exemplo, que pudesse estimular ou inibir a presença do artigo com um ou outro gênero. A fim de checar a relação do *gênero* com os contextos linguísticos de destaque na análise, essa variável foi cruzada com os grupos *tipo de preposição*, *animacidade* e *tipo de substantivo*. Diferente do que foi observado com os contextos sociais, nos cruzamentos de *gênero* com as variáveis linguísticas não se identificaram diferenças substanciais na distribuição da amostra, o que interferiria na frequência final de uso do artigo por fator. Ressalta-se apenas que alguns contextos resistentes à presença do artigo, como ausência de preposição e preposição que não se contrai com o artigo, nomes com referentes humanos e substantivos concretos, foram mais recorrentes entre os homens. Mesmo assim, esse grupo lidera a marcação do artigo antes de possessivo. Fica demonstrado, desse modo, que **o favorecimento do uso do artigo entre os homens está, de fato, ligado a questões sociais relacionadas à influência da estadia do redator em outras localidades**.

5.3 RODADAS SEM DADOS DE POSSESSIVOS PRECEDIDOS POR PREPOSIÇÃO

O grupo *tipo de preposição* teve grande destaque na descrição esboçada anteriormente (cf. subseção 5.1.2.1). É nítido que a presença de uma preposição que aceita contração com o artigo eleva a taxa de uso desse determinante antes de possessivo. A atuação do fator preposição é evidenciada também nos cruzamentos dessa variável com outros grupos de fatores, a exemplo

da *função sintática*. Tendo observado isso, nesta seção, expõem-se os resultados das rodadas sem os dados em que a preposição antecede o pronome possessivo, a fim de observar em que medida os resultados alcançados para a amostra integral refletem verdadeiramente o comportamento da variação do artigo no *corpus*. Para tanto, realizaram-se as mesmas rodadas feitas com a totalidade dos dados, para garantir a confiabilidade na comparação entre as análises com e sem preposição⁸¹. Os contextos selecionados como relevantes, com exceção do grupo *localização quando da escrita da carta*, foram os mesmos nos dois casos (a não seleção desse grupo, como se verá adiante, não parece relacionada à exclusão dos dados com preposição). Isso demonstra que, independente da realização de uma preposição antes do pronome possessivo, os fatores determinantes para combinação do artigo com possessivo no *corpus* mantêm-se constantes.

Excluindo-se os dados em que a preposição antecede o possessivo, nesta seção, analisam-se 201 sintagmas possessivos, dos quais 104 são precedidos pelo artigo definido (51,7%). Constata-se, de início, que não há diferenças acentuadas entre a taxa de uso do artigo quando considerada a amostra integral (56,6%) e quando se contabilizam apenas os sintagmas em que o possessivo não é precedido por preposição.

A seguir, descrevem-se, brevemente, os resultados dos grupos de fatores linguísticos.

5.3.1 Contextos linguísticos relevantes

Como apontado anteriormente, na análise dos possessivos não antecidos por preposição, os contextos linguísticos relevantes para a combinação do artigo com possessivo foram os mesmos selecionados no estudo com os dados completos. Iniciando com a descrição dos contextos semânticos, consideram-se, na tabela 26, os resultados do grupo *animacidade*:

Tabela 26: Realização do artigo e animacidade do substantivo: dados sem preposição

Animacidade	Oc./Total	%	Peso Relativo
Inanimado	88/132	66,7%	.68
Animado humano	15/63	23,8%	.17

Fonte: Elaborada pela autora.

A diferença entre a realização do artigo com nomes com referentes animados e inanimados é bastante saliente. Enquanto esses últimos favorecem a realização do determinante, os primeiros a bloqueiam. Essa tendência é evidenciada também pelos resultados da variável *tipo de possuído*:

⁸¹ Realizaram-se quatro rodadas com os possessivos sem preposição (as rodadas 1, 4, 6 e 7 especificadas no apêndice F, excluindo, é claro, a variável *presença de preposição*, que obviamente não poderia ser controlada).

Tabela 27: Realização do artigo e tipo de possuído: dados sem preposição

Tipo de posse	Oc./Total	%	Peso relativo
Possuído não-inerente	74/105	70,5%	.64
Possuído inerente	11/23	47,8%	.43
Partes do corpo	4/11	36,4%	.30
Relações humanas	8/24	33,3%	.29
Nomes de parentesco	6/21	28,6%	.24

Fonte: Elaborada pela autora.

Os nomes com referentes humanos seguem inibindo a realização do artigo. À semelhança do que foi constatado na rodada com os dados completos, tanto nomes de parentesco quanto nomes de relações humanas em geral (amigo, professor, compadre etc.) bloqueiam a presença do artigo antes de possessivo. Em relação aos nomes que não possuem referentes humanos, diferente do esperado, não se identifica uma escala de inerência de posse bem definida. Os nomes não inerentes superam os inerentemente possuídos na taxa de uso do artigo.

Ainda em relação ao condicionamento semântico da variação, considere-se a variável *tipo de substantivo*:

Tabela 28: Uso do artigo e tipo de substantivos: dados sem preposição

Substantivo	Oc./Total	%	Peso relativo
Abstrato	67/91	73,6%	.70
Concreto	37/106	34,9%	.32

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o grupo *tipo de substantivo*, os pesos relativos são os mesmos nas rodadas com e sem os dados com preposição. Os nomes abstratos favorecem expressivamente a ocorrência do artigo com grande distanciamento em relação aos nomes concretos, resultado que, como visto na subseção 5.1.1.3, ainda carece de mais esclarecimentos.

Passando à descrição do componente sintático da combinação do artigo com possessivo, em relação ao *número do SN*, os sintagmas no plural seguem favorecendo discretamente a presença do artigo, enquanto SN singular a inibe ligeiramente:

Tabela 29: Realização do artigo e número do SN: dados sem preposição

Número	Oc./Total	%	Peso Relativo
Plural	42/73	57,5%	.54
Singular	62/128	48,4%	.47

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à *função sintática do SN*, os possessivos não precedidos por preposição forneceram os resultados dispostos na tabela 30:

Tabela 30: Realização do artigo e função sintática: dados sem preposição

Função sintática	Oc./Total	%	Peso relativo
Predicativo	7/11	63,6%	.82
Objeto direto	70/100	70,0%	.65
Adjunto adverbial	3/7	42,9%	.48
Sujeito	16/54	29,6%	.29
Adjunto adnominal	1/7	14,3%	.16
Complemento nominal	2/10	20%	.11

Fonte: Elaborada pela autora.

Considerando a relação identificada entre os grupos *presença de preposição* e *função sintática*, surpreende que esse último tenha sido selecionado mesmo quando excluídos os casos de possessivos precedidos por preposição. Por outro lado, a má distribuição dos dados entre os seus fatores dificulta a descrição. Como observado em relação à totalidade da amostra, o favorecimento da presença do artigo em *objetos diretos* e *predicativos* é resultado da recorrência de nomes abstratos e com referentes inanimados entre essas funções sintáticas. Tendo isso em vista, realizaram-se novos cruzamentos entre a *função sintática* e os grupos *tipo de substantivo* e *animacidade*, constatando-se que os contextos mais resistentes à implementação do artigo – *substantivos concretos* e *nomes com referentes humanos* – foram mais abundantes nas posições sintáticas que tendem a bloquear a presença do artigo. Vê-se, assim, que a *função sintática* foi relevante mesmo quando excluídos os dados com preposição em virtude de sua relação com a distribuição dos fatores das variáveis *tipo de substantivo* e *animacidade*⁸².

Por fim, expõem-se os resultados da variável *estrutura do constituinte*. Como já salientado, algumas estruturas foram pouco frequentes no *corpus*, do que não puderam compor a análise dessa variável. Em decorrência, dos 201 sintagmas aqui descritos, somente 150 foram computados em relação à estrutura do sintagma. Essas ocorrências estão distribuídas em quatro organizações estruturais, como especificado na tabela 31:

⁸² Com esses resultados, novamente não é possível estabelecer uma relação entre os grupos *status informacional* e *função sintática*, tendo em vista que o *status* da informação (dada ou nova) não foi um contexto determinante para a realização do artigo no *corpus*. Considerando o *status informacional*, o artigo deveria ser mais recorrente com informações já conhecidas. Nesse sentido, SN em posição de sujeito, por concentrar informações dadas anteriormente, elevaria a taxa de uso do artigo. Já os objetos, introduzindo informações novas, bloqueariam a marcação do artigo. No entanto, neste estudo, tanto na análise da amostra completa quanto na descrição dos possessivos não precedidos por preposição, nota-se comportamento inverso.

Tabela 31: Realização do artigo e estrutura do constituinte: dados sem preposição

ESTRUTURA DO CONSTITUINTE	Oc./Total	%	Peso relativo
[POSSE. + ADJ. + N]	11/16	68,8%	.61
[POSSE. + N]	72/109	66,1%	.58
[POSSE. + NR]	5/15	33,3%	.26
[PREP. + INDEF. + POSSE. + NR] ⁸³	1/10	10%	.07

Fonte: Elaborada pela autora.

Confirma-se, mais uma vez, o paralelismo entre os contextos relevantes nas rodadas com e sem a anteposição da preposição ao pronome possessivo. Quando o nome é modificado por um adjetivo há maior favorecimento do uso do artigo. E a presença do pronome indefinido no sintagma constitui o contexto mais resistente à combinação do artigo com possessivo.

Passa-se, na sequência, à descrição dos contextos sociais.

5.3.1 Contextos sociais relevantes

Dos contextos sociais relevantes para a totalidade dos dados, apenas *localização quando da escrita da carta* não foi selecionado na rodada sem os dados com preposição, o que exigiu a avaliação mais cuidadosa dessa variável. A seguir, descrevem-se os grupos *naturalidade*, *data de escrita da carta* e *gênero do redator*. Relativamente à *naturalidade dos remetentes*, constata-se que a tendência é a mesma nas rodadas com e sem preposição:

Tabela 32: Uso do artigo e naturalidade: dados sem preposição

Naturalidade	Oc./Total	%	Peso relativo
Jacuiense	66/119	55,5%	.63
Coiteense	30/54	55,6%	.47
Ichuense	8/28	28,6%	.12

Fonte: Elaborada pela autora.

Riachão do Jacuípe ainda é o único fator favorecedor da presença do artigo. Coité apresenta comportamento praticamente neutro, inibindo discretamente o uso do artigo e Ichu sustenta intensamente a combinação do artigo com possessivo.

À semelhança do que foi feito na rodada com a amostra integral, também aqui procurou-se avaliar a relação entre os grupos *naturalidade* e *localização quando da escrita da carta*. Os resultados desse teste estão dispostos na tabela 33:

⁸³ Esse tipo de estrutura foi computado nesta análise porque, como já esclarecido na seção 5.1.4.1, a preposição aqui não antecede o possessivo.

Tabela 33: Uso do artigo, naturalidade e localização quando da escrita da carta: dados sem preposição

Localização da escrita	Bahia		Outro estado		Total	
Naturalidade	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Jacuiense	30/58	52%	36/61	59%	66/119	55%
Coiteense	26/44	59%	4/10	40%	30/54	56%
Ichuense	5/24	21%	3/4	75%	8/28	29%
Total	61/126	48%	43/75	57%	104/201	51,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

Somente em Coité o percentual de realização do artigo foi maior em cartas escritas da Bahia. Porém, a quantidade de dados nos documentos escritos de outro estado é reduzida entre os redatores coiteenses (somente dez dados), o que dificulta a comparação. Do mesmo modo, nada se pode afirmar sobre os ichuenses que escreveram de fora da Bahia, dada a quantidade restrita de ocorrências com esse fator. Observa-se, no entanto, que os redatores de Ichu são os que mais bloqueiam a marcação do artigo nas cartas escritas do próprio estado. Entre os redatores jacuienses, a taxa mais elevada de marcação do artigo é a das cartas escritas de outras localidades. Acredita-se, novamente, que os dados dos redatores de Riachão que redigiram suas missivas de outras regiões parecem explicar o favorecimento do uso do artigo entre esses redatores, quando se considera a variável *naturalidade*.

Para o grupo *data de escrita da carta*, os resultados foram os seguintes:

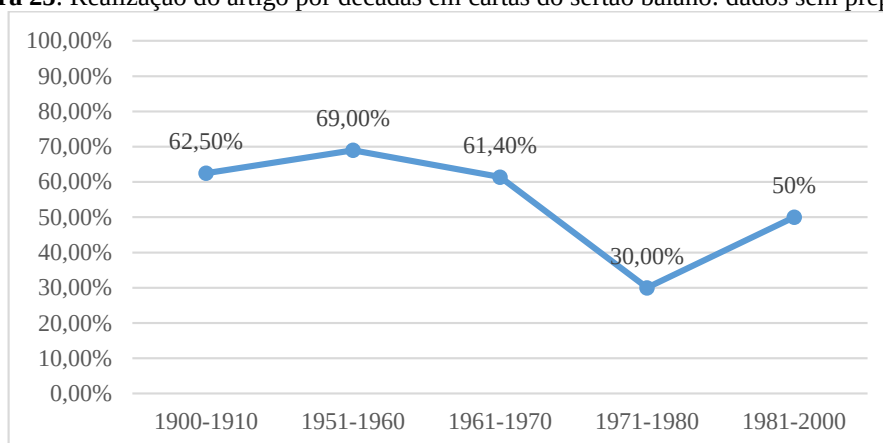
Tabela 34: Uso do artigo e data de escrita da carta: dados sem preposição

Fator	Oc./Total	%	Peso relativo
1951-1960	20/29	69%	.77
1900-1910	15/24	62,5%	.62
1961-1970	35/57	61,4%	.54
1981-2000	8/16	50%	.49
1971-1980	12/40	30%	.19

Fonte: Elaborada pela autora.

Ressalta-se, mais uma vez, que a amostra analisada não é distribuída equilibradamente em relação à data. Além da lacuna observada entre a primeira década do século XX e a década de 1950, destaca-se que a diferença na quantidade de dados por década também dificulta a análise. Com isso, também não há regularidade na distribuição dos resultados. Os números expostos na tabela demonstram que somente na década de 1970 há bloqueio da presença do artigo diante de possessivo. Entre as demais décadas, há grande oscilação nas tendências.

Observando os percentuais de realização do artigo por período, tem-se a seguinte disposição:

Figura 25: Realização do artigo por décadas em cartas do sertão baiano: dados sem preposição

Fonte: Elaborada pela autora.

Entre 1900 e 1970, as diferenças entre as taxas de uso do artigo não são acentuadas. De 1960 a 1980, o percentual de uso do artigo é decrescente, mas eleva-se entre 1980 e 2000. Como há poucos dados para as décadas finais do século XX (apenas 16), seria problemático afirmar de forma cabal se a frequência de uso do artigo diante de possessivo é crescente a partir de 1980. Acrescenta-se ainda que, para a amostra analisada, não se dispõe de dados posteriores aos anos 2000.

Em relação ao *gênero*, permanece o favorecimento da presença do artigo nas missivas escritas por homens:

Tabela 35: Realização do artigo e gênero do redator: dados sem preposição

Gênero	Oc./Total	%	Peso relativo
Masculino	60/105	57,1%	.56
Feminino	44/96	45,8%	.43

Fonte: Elaborada pela autora.

Cruzando-se os grupos *gênero* e *naturalidade*, tem-se o seguinte:

Tabela 36: Uso do artigo, gênero e naturalidade do remetente: dados sem preposição

Gênero	Masculino		Feminino		Total	
Naturalidade	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Riachão do Jacuípe	50/85	59%	16/34	47%	66/119	55%
Conceição do Coité	7/16	44%	23/38	61%	30/54	56%
Ichu	3/4	75%	5/24	21%	8/28	29%
Total	60/105	57%	44/96	46%	104/201	51,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se nítido paralelismo entre os resultados desse cruzamento na rodada com e sem os dados de possessivos precedidos por preposição. Entre os coiteenses, as mulheres ainda lideram na taxa de uso do artigo. Entre os missivistas jacuipenses, são os homens que mais realizam o determinante. Esse é ainda o fator que concentra o maior número de dados da

amostra (85/201). Quando consideradas as três naturalidades, a maior taxa de uso do artigo é a dos homens (57% vs. 46%), o que conduziu à interpretação desse gênero como favorável à presença do artigo.

O cruzamento entre os grupos *gênero* e *localização quando da escrita da carta*, como se vê na tabela 37, também ratifica a disposição observada para amostra inteira:

Tabela 37: Uso do artigo, gênero e localização do remetente: dados sem preposição

Gênero	Masculino		Feminino		Total	
Localização	Oc./Total	%	Oc./Total	%	Oc./Total	%
Bahia	21/39	54%	40/87	46%	61/126	48%
Outro estado	39/66	59%	4/9	44%	43/75	57%
Total	60/105	57%	44/96	46%	104/201	51,7%

Fonte: Elaborada pela autora.

A maior taxa de uso do artigo é a dos homens que escreveram de outras localidades.

A não seleção do grupo *localização quando da escrita da carta* na rodada sem os dados com preposição demanda a observação mais cuidadosa desse grupo. Uma primeira interpretação seria a de que os dados com preposição estariam interferindo nos resultados do grupo *localização*. No entanto, cruzando-se os grupos *presença de preposição* e *localização quando da escrita da carta*, considerando os 334 sintagmas possessivos levantados no *corpus*, não se identificaram diferenças substanciais na distribuição dos dados. E, como era esperado, nos três contextos (ausência de preposição, preposição que permite a contração e preposição que não permite a contração), a marcação do artigo é maior em cartas escritas de outro estado. Isso é indicativo de que é a rodada sem os dados com preposição que deve ser melhor analisada.

Na rodada sem os dados de preposição, constatou-se que a distribuição das ocorrências entre os grupos *número do SN* e *localização quando da escrita da carta* foi muito semelhante, como se verifica na tabela 38:

Tabela 38: Percentual de uso do artigo por número do SN e localização quando da escrita

NÚMERO DO SN			LOCALIZAÇÃO		
SINGULAR	PLURAL		BAHIA	OUTRO ESTADO	
62/128	48,4%	42/73	57,5%	61/126	48,4%
				43/75	57,3%

Fonte: Elaborada pela autora.

O percentual de realização do artigo foi o mesmo para os fatores *SN singular* e *cartas escritas da Bahia*. E praticamente igual para os fatores *SN plural* e *cartas escritas de outro estado*. Quando tal semelhança ocorre, o programa de processamento estatístico dos dados seleciona o grupo que tem a melhor distribuição. Nesse caso, o grupo selecionado foi *número do SN*. Apesar da diferença ser muito discreta, o fator *plural* supera o fator *cartas escritas de outro estado* na taxa de uso do artigo, o que parece ter influenciado à seleção da variável

número. Essas suspeitas se confirmam quando, eliminando-se da rodada o grupo *número*, a variável *localização quando da escrita da carta* é selecionada como estatisticamente significativa, apresentando resultados que ratificam a tendência observada quando contabilizados todos os dados:

Tabela 39: Realização do artigo e localização quando da escrita: dados sem preposição

Localização da escrita	Oc./Total	%	Peso relativo
Escritas de fora da Bahia	43/75	57,3%	.54
Cartas escritas da Bahia	61/126	48,4%	.47

Fonte: Elaborada pela autora.

Em síntese, **os resultados da análise sem os dados com preposição corroboram as tendências identificadas para a integralidade da amostra**. Os contextos relevantes são os mesmos (considerando que o grupo *localização quando da escrita da carta* foi selecionado quando excluído o grupo *número do SN*) e apresentam, quase sempre, uma mesma hierarquia para os fatores que favorecem e desfavorecem a combinação do artigo com possessivo no *corpus*. Conclui-se, desse modo, que a relevância dos contextos analisados nesta pesquisa não depende exclusivamente da influência da preposição.

5.4 SÍNTESE DA SEÇÃO

Apresentaram-se, nesta seção, os resultados da análise do uso variável do artigo definido antes de possessivos no acervo *Cartas em sisal*. Levantaram-se no *corpus* 334 sintagmas em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo diante de possessivo, dos quais 189 foram precedidos pelo artigo (56,6%).

A análise dos dados relevou que a variação do artigo diante de possessivo no *corpus* é condicionada por fatores de ordem semântica, morfológica, sintática e estrutural, e que tem um componente social, tendo em vista o caráter das variáveis selecionadas como relevantes pelo programa de processamento estatístico dos dados.

Em relação ao **condicionamento semântico**, foi possível observar que:

- No que concerne à *animacidade*, a realização do determinante é favorecida com nomes com referentes inanimados e nomes com referentes humanos sustam a presença do determinante, resultado ratificado pela variável *tipo de possuído*;
- Em relação ao *tipo de substantivo*, substantivos abstratos fomentam mais o uso do artigo do que substantivos concretos.

Em relação ao **condicionamento morfológico**, destaca-se que há nítido favorecimento da presença do artigo quando o possessivo é precedido por preposição com a qual o artigo pode se contrair.

Quanto à atuação de **fatores sintáticos**, nota-se que:

- A relação entre os elementos do SN para a indicação do número plural parece relevante para a combinação do artigo com possessivo. O artigo é mais realizado em SN plural, o que pode estar relacionado à atuação desse determinante na indicação do número;
- Em relação à *função sintática*, observando que diferentes tipos de preposição ou sua ausência produzem efeitos distintos sobre o uso do artigo, há uma relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*.

O **condicionamento social** do uso do artigo com possessivo no *corpus* sugere que:

- A presença do artigo é discretamente favorecida das cartas escritas de fora da Bahia e rapidamente bloqueada nos documentos enviados do próprio estado. Esse resultado parece influenciar o maior estímulo ao emprego do determinante nas missivas dos sertanejos jacuipenses, quando se considera a *naturalidade*;
- Em relação à *data*, ao que parece, a tendência exibida pelas cartas é de estabilidade no emprego do artigo antes de possessivo ao longo do século XX;
- As diferenças nos padrões de realização do artigo entre homens e mulheres parecem relacionadas à estadia do remetente em outras localidades. Sobretudo os homens escreveram de fora do estado.

As rodadas realizadas sem os dados de possessivos precedidos por preposição identificaram os mesmos contextos relevantes para a combinação do artigo com possessivo apontados pela análise da amostra total, embora a variável *localização quando da escrita da carta* só tenha sido selecionada quando o grupo *número do SN* foi excluído da rodada. De todo modo, comprova-se que os dados com preposição não enviesam os resultados alcançados neste estudo. Fica demonstrado, assim, que os fatores descritos nesta seção são, de fato, determinantes para a combinação do artigo com possessivo no *corpus*.

A seguir, comparam-se os resultados do uso do artigo diante de possessivo no *corpus* desta dissertação com os estudos de Floripi (2008) e Callou e Silva (1997).

6 ANÁLISES COMPARATIVAS

A partir dos estudos antecedentes sobre o uso variável dos artigos definidos diante de possessivos apresentados na seção dois, nesta seção esboçam-se duas análises comparativas. Na primeira, apresenta-se uma comparação entre o desenvolvimento da combinação do artigo com possessivo nas cartas baianas do século XX e no estudo diacrônico de Floripi (2008). Na sequência, comparam-se os contextos que influenciam a realização do artigo diante de possessivo no *corpus* aqui consultado com o que foi observado por Callou e Silva (1997). Com essas comparações, busca-se alcançar indícios que possam lançar luzes às seguintes questões:

- i) A combinação do artigo com possessivo nas cartas baianas pode ser interpretada como um processo de competição entre gramáticas, apesar das limitações da amostra, tais como a quantidade reduzida de dados e sua má distribuição por décadas?
- ii) Considerando os resultados de Callou e Silva (1997), com dados de fala culta disponibilizados pelo projeto NURC, e o que foi observado nesta dissertação para as cartas representativas do português popular, é possível estabelecer semelhanças entre as variedades culta e popular do PB no que concerne à combinação do artigo com possessivo?

Postas essas questões, passa-se, nas subseções seguintes, às análises comparativas.

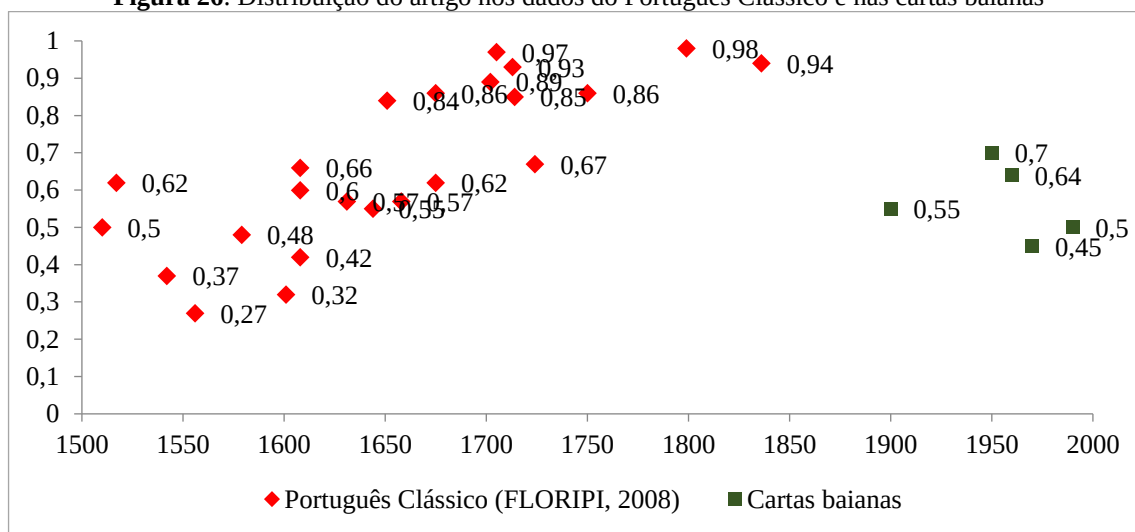
6.1 ANÁLISE DIACRÔNICA

Nesta subseção, comparam-se os resultados da realização do artigo diante de possessivos nas cartas baianas com os dados do PCI apresentados por Floripi (2008)⁸⁴. Acrescentando os dados das cartas baianas ao gráfico elaborado por Floripi (2008) com a distribuição geral de uso do artigo antes de possessivo no PCI, sem observar as diferenciações por contexto linguístico, obtém-se a disposição exposta na figura 26⁸⁶:

⁸⁴ O trabalho de Floripi (2008) foi apresentado com mais detalhes na subseção 2.1.1.2.1 desta dissertação.

⁸⁵ Foge ao escopo do presente trabalho a discussão acerca da periodização da língua portuguesa. A nível de esclarecimento, informa-se que se preservou a denominação empregada por Floripi (2008) em todas as passagens em que se refere ao trabalho desta autora.

⁸⁶ É importante esclarecer que os dados de Floripi (2008) estão dispostos a partir da data de nascimento dos autores, enquanto os resultados das cartas baianas consideram a data em que a correspondência foi redigida.

Figura 26: Distribuição do artigo nos dados do Português Clássico e nas cartas baianas

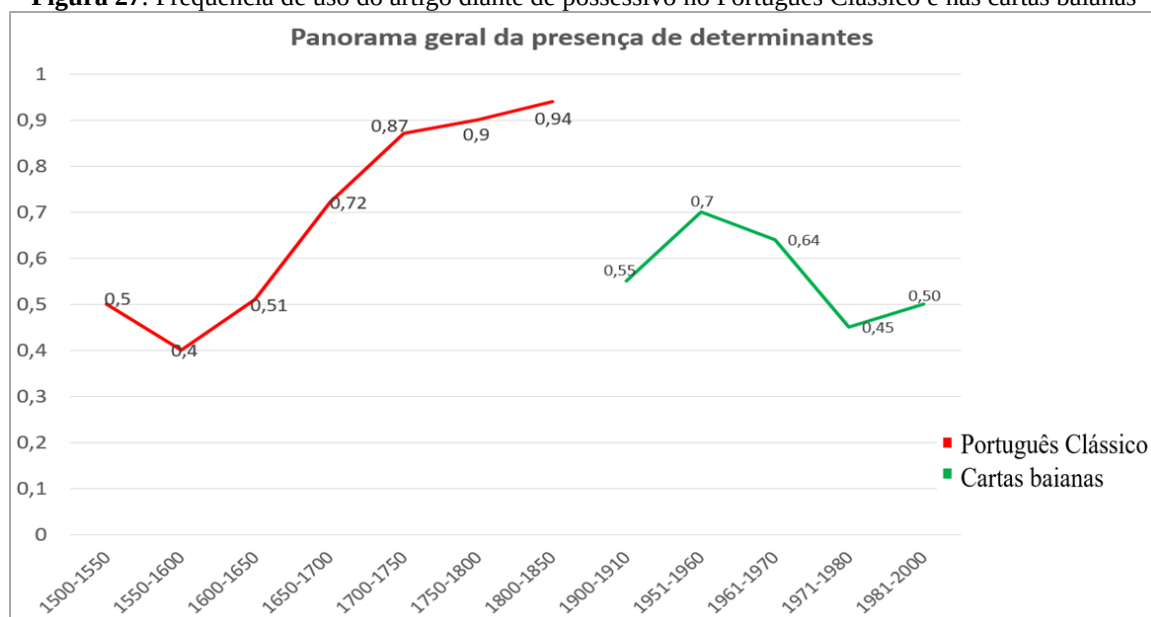
Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

Nos dados de Floripi (2008), o uso do artigo antes de possessivo se amplia significativamente entre os séculos XVI e XIX. Sobretudo a partir de 1700, a realização desse determinante se encaminha para uma marcação categórica. Já os dados do século XX, das cartas baianas, não exibem uma tendência tão nítida. Nessa documentação, observa-se que, entre 1900 e 1950, o uso do artigo passa de um percentual de 55% para 70%. A partir da metade do século, há uma redução da presença do artigo antes de possessivo nessas missivas, mas essa diminuição só parece significativa entre as décadas de 1960 (64%) e 1970 (45%). Nas décadas finais do século XX (1980 a 2000), a taxa de uso do artigo eleva-se discretamente, alcançando 50%, o que é muito próximo da frequência de uso desse determinante no início do século (55%).

Em resumo, o número limitado de dados nas cartas baianas não permite que se façam afirmações conclusivas⁸⁷. O que os números no gráfico sugerem é que, **considerando-se a totalidade dos dados, mas ainda sem separar os diferentes contextos, as oscilações nos percentuais de realização do artigo entre as décadas apontam para um quadro estável de variação**. Se é essa uma tendência geral do PB, ou mais especificamente de variedades populares do PB, somente estudos com *corpora* maiores e de diferentes regiões do país poderão esclarecer.

Analisando o gráfico a seguir, também adaptado de Floripi (2008), considerando os dados ainda sem observar os contextos, verifica-se melhor as disparidades nas tendências de realização do artigo no PCl e nos dados das cartas do século XX:

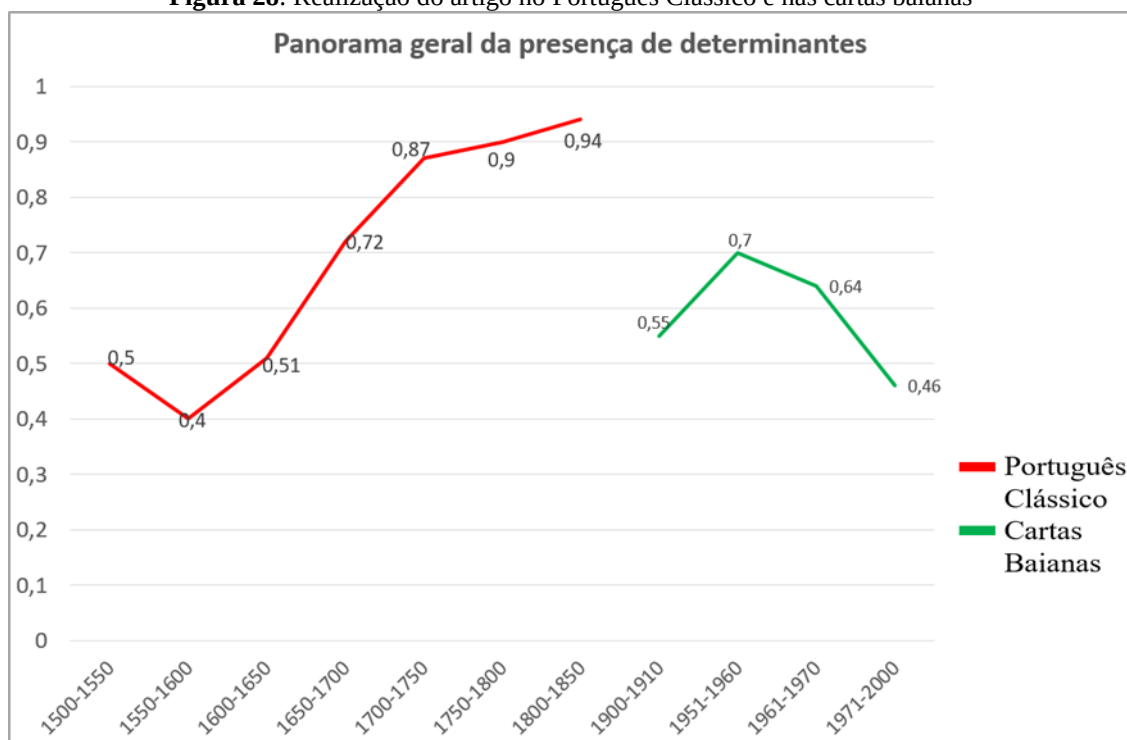
⁸⁷ Para conferir o número de dados analisados por década, ver subseções 4.5.3.1 e 5.2.3.

Figura 27: Frequência de uso do artigo diante de possessivo no Português Clássico e nas cartas baianas

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

No gráfico, é nítida a elevação no uso do artigo diante de possessivo no PCl. A presença do artigo nesse contexto cresce desde 1550 e torna-se praticamente categórica na metade do século XIX. Já a linha do gráfico correspondente aos dados dos documentos brasileiros não exibe uma curva de mudança, mas apenas sugere que a tendência que se apresenta é de estabilidade na combinação do artigo com possessivo ao longo do século XX.

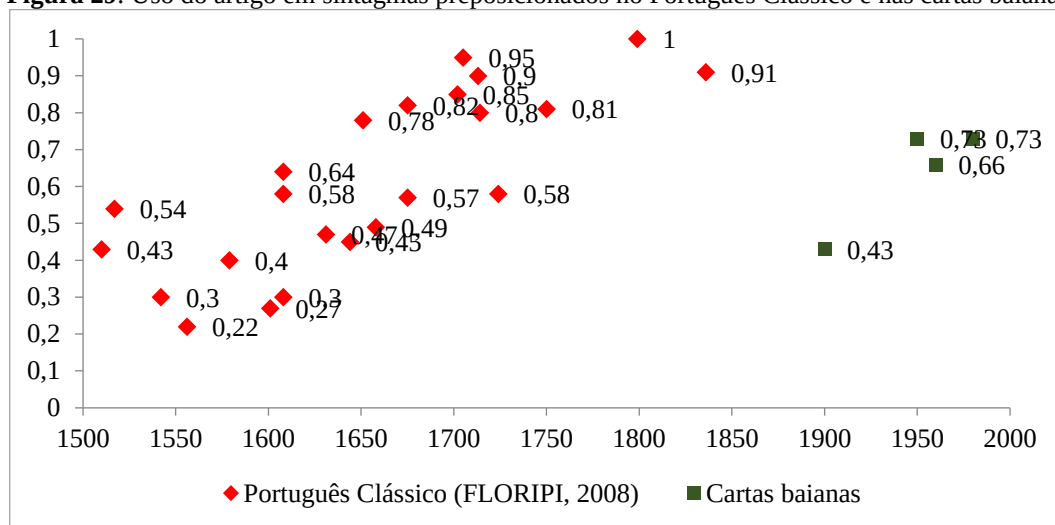
Para observar o desenvolvimento do uso do artigo diante de possessivos nos textos portugueses do século XVI ao XIX, Floripi (2008) considerou dois contextos: a presença ou não de uma preposição antes do possessivo e o tipo de nome núcleo do sintagma. Dessa forma, para comparar os dados das cartas baianas com os resultados dessa autora, consideram-se esses mesmos fatores. Como as missivas baianas contam com poucos dados para o final do século XX e, nessa amostra, o percentual de realização do artigo é semelhante nas três últimas décadas do século, amalgamaram-nas para viabilizar a comparação com os contextos observados por Floripi (2008). Assim, o ponto do gráfico correspondente à etapa final do século XX contempla, portanto, os dados de 1971 a 2000. Feito esse ajuste na distribuição dos dados, o gráfico na figura 27 acima passa a ter a seguinte configuração:

Figura 28: Realização do artigo no Português Clássico e nas cartas baianas

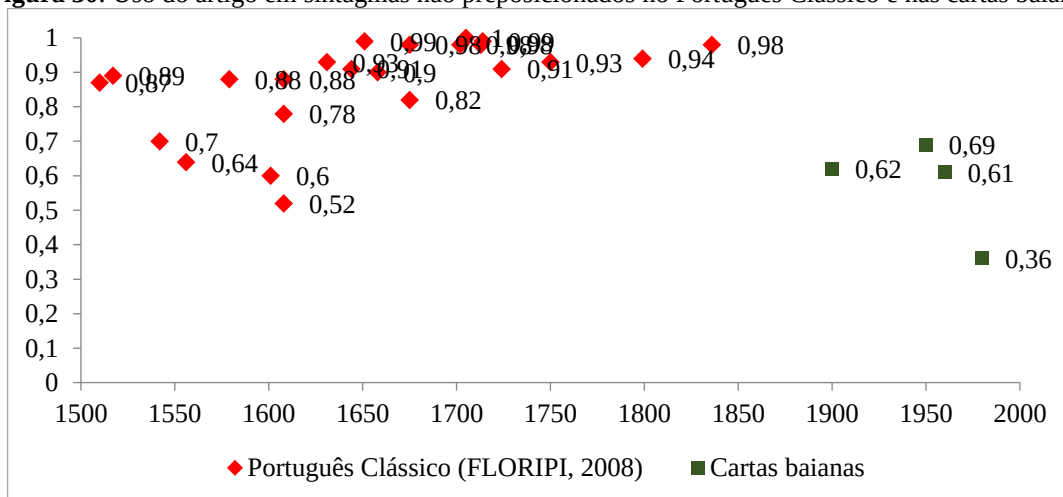
Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

A distribuição dos dados com esse novo agrupamento apenas aponta um leve decréscimo no uso do artigo a partir de 1960. Novamente, a diferença é mais perceptível entre os dados de 1961-1970 e os dados dos anos seguintes. Como é possível visualizar nos gráficos apresentados a seguir, dois contextos também sugerem essa redução na marcação do artigo a partir de 1960: SN cujo núcleo é um nome comum e os sintagmas não preposicionados. De todo modo, como não se dispõe de dados para as décadas iniciais do século XXI, não é possível afirmar se a taxa de uso do artigo voltará a subir, como insinua timidamente o último ponto dos gráficos das figuras 26 e 27, ou se decrescerá até desaparecer. Acrescenta-se que há indícios de uma diferenciação diatópica da marcação do artigo diante de possessivo no PB (CALLOU; SILVA, 1997), de modo que o perfil aparente da variação na amostra baiana pode ser reflexo de uma tendência regional, não representando o geral do PB. Novamente, somente investigações com amostras maiores e de diferentes regiões do país poderão esclarecer.

Iniciando com os contextos em que o possessivo é ou não precedido por uma preposição, comparando os dados do PCl com os dados do PB das cartas baianas, têm-se os seguintes gráficos:

Figura 29: Uso do artigo em sintagmas preposicionados no Português Clássico e nas cartas baianas

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

Figura 30: Uso do artigo em sintagmas não preposicionados no Português Clássico e nas cartas baianas

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

Ao que parece, em relação à influência da preposição, os dados das cartas exibem um padrão diferente da amostra do PCI. Nos dados de Floripi (2008), em sintagmas preposicionados, a implementação do artigo antes de possessivo foi mais tardia (*cf.* subseção 2.1.1.2.1). No entanto, ao final da fase clássica, o artigo definido aponta para uma marcação categórica diante de possessivos em sintagmas preposicionados e não preposicionados. Nas cartas baianas, com exceção da primeira década do século XX, em todos os intervalos de tempo considerados nesta comparação, a realização do artigo foi maior em sintagmas preposicionados. Nos sintagmas não preposicionados, o uso do artigo decresce um pouco ao longo das três sincronias na segunda metade do século XX, acompanhando a disposição apenas parcamente sugerida na figura 28. Novamente, a diferença só é acentuada entre os dados da década de 1960 (61%) e as décadas finais do século XX (36%). Nos sintagmas preposicionados, a taxa de

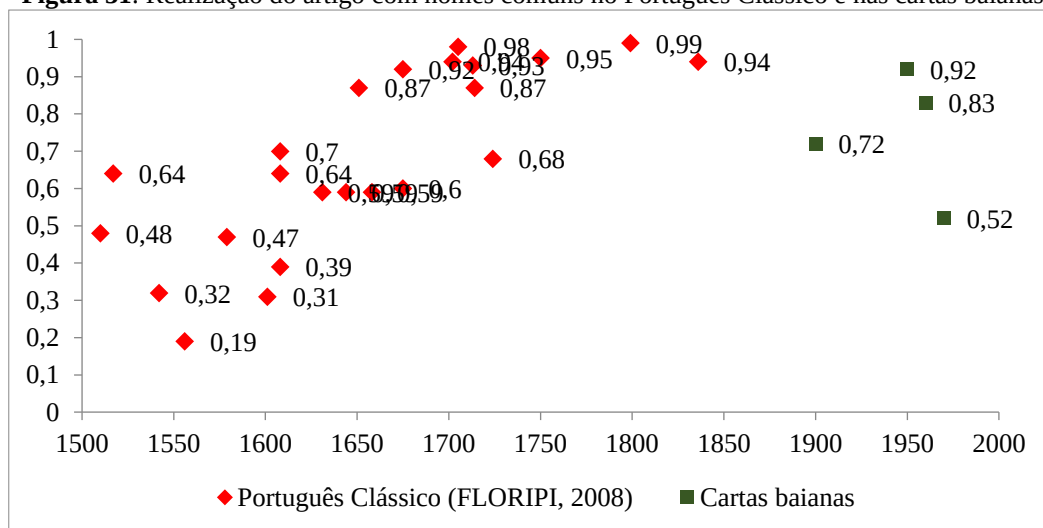
realização do artigo oscila nas cartas baianas sem uma direção muito definida, ora crescendo ora reduzindo-se.

Em relação ao tipo de nome núcleo do sintagma, Floripi (2008) considerou três fatores: *nomes próprios*, *comuns* e *relacionais*. Na amostra analisada nesta dissertação, os casos de nomes próprios em sintagmas possessivos ocorreram em contextos cujo núcleo é um nome relacional, como na frase seguinte:

(120) [...] e resebra Lenbran| que e **a sua irman| Mariazinha** Carneiro de Oliveira (MC- 50).

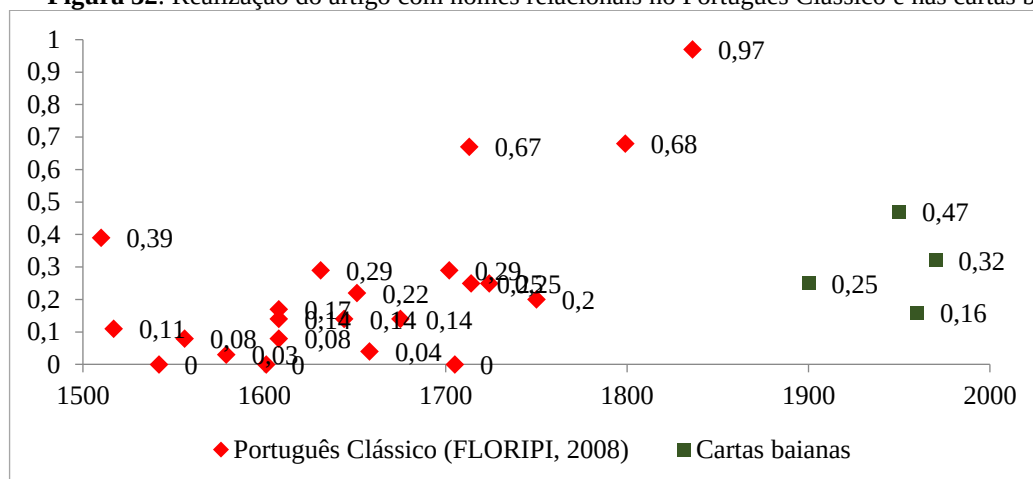
Com isso, tais dados foram classificados como nomes relacionais e não como nomes próprios. Sendo assim, para o tipo de nome núcleo do sintagma, são comparados apenas dois fatores: *nomes comuns* e *nomes relacionais*. Relativamente a esses nomes, têm-se os seguintes gráficos:

Figura 31: Realização do artigo com nomes comuns no Português Clássico e nas cartas baianas



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

Figura 32: Realização do artigo com nomes relacionais no Português Clássico e nas cartas baianas



Fonte: Elaborada pela autora a partir de Floripi (2008).

Nas duas amostras, os nomes relacionais foram mais resistentes à presença do artigo do que os nomes comuns. Contudo, **nos dados analisados por Floripi (2008), na metade do século XIX, a presença do artigo é praticamente categórica com os dois tipos de nomes.** Por outro lado, **nas cartas baianas, nos quatro intervalos de tempo considerados, o uso do artigo permanece mais restrito com os nomes relacionais.** À semelhança do que foi observado em relação aos sintagmas preposicionados, a taxa de realização do artigo com esses nomes oscila irregularmente ao longo das sincronias, ora elevando-se ora reduzindo-se.

Em síntese, em relação aos aspectos considerados por Floripi (2008) para localizar temporalmente a mudança no uso do artigo, o fator preposição exibiu um comportamento diverso nos estudos comparados, uma vez que, nas cartas baianas, o artigo foi menos realizado em sintagmas não preposicionados. Quanto ao tipo de nome núcleo do sintagma, a marcação do artigo com nomes relacionais foi mais tardia no PCl e nas cartas brasileiras do século XX. Porém, enquanto no PCl o uso do artigo se expandiu também para esse contexto, nas cartas os nomes relacionais permanecem restringindo a presença do artigo.

Floripi (2008) – e, posteriormente, Macedo-Costa (2016) – identifica, no PCl, uma fase de disputa entre duas gramáticas: uma conservadora, que não marca o artigo diante de possessivo, e a outra inovadora, que licencia a combinação do artigo com pronome possessivo. A gramática inovadora se impõe nos textos a partir do século XVIII e, no século XIX, é praticamente absoluta. Relativamente as cartas baianas, alguns aspectos sugerem que não parece apropriado lançar mão do conceito de competição de gramática para compreender o uso do artigo antes de possessivo. Quais sejam:

- O fato dos dados recobrirem, ainda parcialmente, um intervalo curto de tempo (basicamente, a segunda metade do século XX). É necessário, então, recuar no tempo para observar, em épocas anteriores, o comportamento da variação. Somente desse modo, a disposição dos dados poderá apontar, com segurança, uma curva de mudança ou estabilidade;
- O número reduzido de dados analisados. Além de recobrirem um período curto, a quantidade restrita de ocorrências impossibilita uma interpretação mais contundente dos dados. As observações esboçadas são apenas sugeridas;
- A concentração dos dados em poucas décadas. Há um desequilíbrio na amostra no que concerne à data de escrita das missivas e, conseqüentemente, à distribuição dos dados por período. As ocorrências descritas estão distribuídas, sobretudo, entre as décadas

1950 e 1960, enquanto o início e o final do século dispõem de uma quantidade ínfima de dados.

Por fim, destaca-se que se realizou, nesta discussão, apenas o esboço de uma possível comparação com os dados do desenvolvimento histórico da combinação do artigo com possessivo no PCl. Ampliar os dados analisados é um ponto da pesquisa que se pretende realizar futuramente, para que seja possível alcançar resultados mais conclusivos acerca do perfil da variação do artigo em textos brasileiros. Acrescenta-se que o banco de dados do Projeto CE-DOHS conta com *corpora* que podem ser utilizados para esse fim. Até essa fase da pesquisa, dada a complexidade do tema estudado, não houve tempo hábil para que outros acervos pudessem ser incorporados aos dados analisados nesta dissertação. Em estudos posteriores, pretende-se observar também o desenvolvimento diacrônico da combinação do artigo com possessivo em amostras da vertente culta do PB, a fim de verificar se elas exibem a mesma tendência dos dados do PB popular. A discussão apresentada na seção subsequente é um indício de que essa comparação é possível.

6.2 AS CARTAS BAIANAS VERSUS DADOS DE FALA DO PB CULTO

Lucchesi (2015) refere-se à realidade linguística brasileira a partir de seu caráter polarizado. Em um dos lados dos polos, estariam as variedades cultas, que têm como antecedente histórico o português falado pelos colonizadores e seus descendentes nascidos no Brasil. Do outro, as variedades populares, que teriam se formado a partir da nativização de uma variedade defectiva do português, aprendido como L2 por índios e africanos escravizados.

Lucchesi (2001) observa que algumas mudanças no cenário brasileiro processadas, sobretudo, ao longo do século XX, relativas ao processo de urbanização e industrialização do país nesse período, contribuíram para atenuar o caráter bem polarizado do PB. Apesar disso, destaca o autor, as diferenças entre os polos culto e popular ainda são perceptíveis.

Considerando a realidade polarizada do PB, questiona-se aqui se existem diferenças entre os polos culto e popular, no que concerne à combinação do artigo com possessivo. Na tentativa de lançar luz à compreensão dessa questão, sintetiza-se uma breve comparação entre o uso variável do artigo diante de possessivo nas cartas baianas, representativas da variedade popular do PB, e em amostras de fala culta, disponibilizadas pelo Projeto NURC, analisadas por Callou e Silva (1997).

Callou e Silva (1997) identificaram cinco grupos de fatores relevantes para a variação do artigo diante de possessivos e antropônimos, quais sejam: *presença de preposição, função sintática, tipo de possuído/grau de familiaridade, região de origem e prosódia*. No *corpus* desta dissertação, não foi possível o controle de aspectos prosódicos. Em relação à *região de origem do falante*, nas cartas, confrontaram-se três municípios no interior de um mesmo estado, a Bahia. Por isso, também com esse grupo, a comparação parece inviável. Diante disso, compararam-se apenas três contextos que se mostraram relevantes para a variação no uso do artigo diante de possessivo em dados do PB culto e nas cartas baianas: *presença de preposição, função sintática e tipo de possuído*.

Em relação ao grupo *tipo de possuído*, nos estudos comparados, identificam-se os seguintes resultados:

Tabela 40: Realização do artigo e tipo de possuído em dados do PB culto e nas cartas baianas

VARIEDADE	Dados do PB culto			Cartas baianas		
	Oc./Total	%	P.R	Oc./Total	%	P.R
Possuído não-inerente	31/50	62%	.49	118/161	73,3%	.65
Possuído inerente	76/88	86%	.78	33/52	63,5%	.53
Partes do corpo	19/22	86%	.76	11/20	55%	.46
Nomes de parentesco	58/132	44%	.24	10/30	33,3%	.27
Relações humanas	38/58	66%	.40	15/53	28,3%	.21
abstrações não-únicas	216/288	75%	.55	-	-	-
abstrações únicas	112/154	73%	.48	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Callou e Silva (1997).

No que concerne aos contextos que tendem a bloquear a marcação do artigo, há uma aproximação entre as duas amostras: tanto nos dados de fala culta quanto nas cartas, os elementos possuídos com referentes humanos (nomes de parentesco e relações humanas) inibem a realização do artigo. Os elementos efetivamente possuídos (possuído inerente e não-inerente) apresentam elevados percentuais de uso do determinante nos dois estudos. De diferente, tem-se que, enquanto nas cartas baianas são os possuídos não-inerentes que mais favorecem a realização do artigo, nos dados de fala culta observa-se o inverso. Os possuídos biologicamente inerentes (as partes do corpo), nos dados do PB culto, são interpretados como favorecedores da presença do artigo, ao passo que nas cartas baianas decrescem a marcação desse determinante. Observa-se, por essa comparação, que, nos dados de fala culta, há uma hierarquia de inerência de posse mais bem estabelecida (os inerentemente possuídos e as partes do corpo realizam mais o artigo do que os não-inerentes).

O *tipo de substantivo* (se concreto ou abstrato) foi analisado em um grupo específico nos dados desta dissertação. Por isso, não é possível comparar os fatores *abstrações únicas* e

não-únicas com as cartas baianas. Destaca-se apenas que, nessas missivas, substantivos abstratos favorecem o uso do artigo (115/153=75,2%; P.R .70), enquanto os substantivos concretos o inibem (72/173=41,6%; P.R .32). Nos dados de Callou e Silva (1997), o fator *abstração não-única* favorece discretamente a presença do artigo ao passo que as *abstrações únicas* inibem rapidamente a marcação desse determinante. Observa-se, no entanto, que esses dois fatores apresentam taxas elevadas de realização do artigo, superando inclusive o fator *possuídos não-inerentes*. Dessa forma, se não há uma identificação total entre os dados do português culto e popular quando o elemento possuído é uma abstração, também não parece adequado falar em diferenciação absoluta.

Em relação à *presença de preposição*, tanto as cartas baianas quanto os resultados de Callou e Silva (1997) apontaram favorecimento da presença do artigo com preposições com as quais pode se contrair, conforme dados da tabela 41:

Tabela 41: Realização do artigo e presença de preposição em dados do PB culto e nas cartas baianas

VARIEDADE	Dados do PB culto			Cartas baianas		
	Oc./Total	%	P.R	Oc./Total	%	P.R
De	101/125	81%	.84	48/63	76,2%	.71
Em	93/100	93%	.83	23/29	79,3%	.65
A	32/35	91%	.86	10/23	43,5%	.47
Ausência de preposição	279/46 ⁸⁸	61%	.28	104/201	51,7%	.43
Com	25/42	60%	.42	3/8	37,5%	-
Para	10/12	83%	.74	1/7	14,3%	-
Por	6/ 11	55%	.43	0/3	0	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Callou e Silva (1997).

Com exceção da preposição *para*, observa-se um desempenho semelhante dos tipos de preposição nos dados do PB culto e do popular. A preposição *para* favorece a realização do artigo na amostra da fala culta e a inibe nas cartas. A explicação para esse fato parece estar na possibilidade de contração do artigo com essa preposição nos dados de Callou e Silva (1997) (*pra/pro*), de modo que *para* se comporta como *de*, *em* e *a*. Nas cartas, não parece ocorrer esse tipo de contração, como mostram as ocorrências a seguir:

(121) [...] tudo| ficara para Ø **nossa** vista [...] (AML- 81);

(122) [...] Dezejo te todú tipo| para Ø **noisi** coveca [...] (JMA-64);

(123) [...] faca u piceno favo para Ø **ceu**| coprade João [...] (JS- 62);

(124) [...] madro LeBraca para dona dina i para Ø **meu** Amigro| [.] zizegra [...] (JS- 62);

⁸⁸Esse valor corresponde ao informado por Callou e Silva (1997) em seu trabalho. Parece haver aqui um problema de digitação. Para alcançar o percentual de 61% informado pelas autoras, acredita-se que a aplicação correta para este fator é 28/46.

- (125) [...] madra leBraca para [.] Joje i dona| lolitra i para Ø meu Amigro [.] [...] (JS- 62);
- (126) [...] nau mada dize nadra para Ø ceu| Amigro i Croprade Ju [...] (JS- 62);
- (127) [...] um vesso [.]pra u meu pai [...] (ACO-44).

No exemplo (127), a preposição *para* é grafada como *pra*, mas não há contração com o artigo nesse contexto, visto que o pronome que segue a preposição é masculino (e a contração de *para* com o artigo masculino resultaria na forma *pro* e não *pra*) e o artigo está realizado, o que evidencia que não ocorreu a contração com a preposição.

As preposições *de* e *em*, que permitem a contração com o artigo, nas duas amostras constituem contextos favorecedores da presença desse determinante e apresentam uma hierarquia semelhante. A ausência de preposição e a preposição *com* são contextos resistentes à realização do artigo na fala culta e nas cartas. No trabalho de Callou e Silva (1997), das preposições que podem se contrair com o artigo, apenas *por* inibe a realização desse determinante, o que as autoras atribuem ao número reduzido de ocorrências no *corpus*. Nas cartas, nos três casos em que a preposição *por* antecedeu o pronome possessivo, não houve marcação do artigo.

A comparação com o grupo *função sintática* foi apenas parcialmente realizada, uma vez que esta dissertação e o estudo de Callou e Silva (1997) fizeram diferentes agrupamentos dos fatores, como demonstrado na tabela 42:

Tabela 42: Realização do artigo e função sintática em dados do PB culto e nas cartas baianas

VARIEDADE	Dados do PB culto			Cartas baianas		
	Oc./Total	%	P.R	Oc./Total	%	P.R
Predicativo	-	-	-	7/11	63,6%	.76
Adjunto adverbial	110/128	86%	.36	32/48	66,7%	.64
Objeto direto	-	-	-	70/100	70,0%	.63
Adjunto adnominal	-	-	-	9/24	37,5%	.44
Objeto indireto	-	-	-	28/51	54,9%	.41
Complemento nominal	-	-	-	20/36	55,6%	.40
Sujeito	102/152	67%	.71	16/54	29,6%	.27
Objeto + predicativo	221/318	69%	.19	-	-	-
Tópico	8/13	62%	.59	-	-	-
Antitópico	2/10	20%	.12	-	-	-
Genitivo	85/123	69%	.19	-	-	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Callou e Silva (1997).

Somente as funções de sujeito e adjunto adverbial são comuns aos dois estudos. Mas o comportamento desses fatores não foi o mesmo nos resultados comparados. Nas cartas baianas, SN em função de sujeito desfavorece a presença do artigo e em função de adjunto adverbial a estimula, resultado que parece relacionado ao comportamento da preposição. Nos dados de

Callou e Silva (1997), a realização do artigo é favorecida em SN em função de sujeito e inibida em adjuntos adverbiais, contrariando a hipótese das autoras de que haveria uma relação entre os grupos *função sintática* e *presença de preposição*. No entanto, como já observado na seção cinco, para investigar uma inter-relação entre essas variáveis, é essencial considerar que a preposição exibe diferentes comportamentos a partir da possibilidade de contração com o artigo. Callou e Silva (1997) não parecem ter considerado esse aspecto, do que não é possível afirmar se há uma independência entre as variáveis *presença de preposição* e *função sintática* em seu estudo.

Em síntese, pela comparação entre os resultados de Callou e Silva (1997) e o que se observa nesta dissertação, verificou-se que:

- Tanto nos dados de fala culta quanto nas cartas baianas (representativas do português popular), quando o elemento possuído tem um referente humano, a presença do artigo é inibida. Relativamente aos fatores com referentes não humanos, nos dados de fala culta há uma escala de inerência de posse mais delimitada;
- O comportamento semelhante das preposições nos estudos comparados sugere que, pelo menos em relação ao condicionamento morfológico da combinação do artigo com possessivo, parece não haver diferenças marcantes entre os polos culto e popular do PB.

Como se vê, **identificaram-se aspectos que influenciam a realização do artigo tanto nos dados de fala culta quanto nos textos representativos do português popular**. É possível, então, que em relação aos contextos relevantes para a combinação do artigo com possessivo, não haja diferenças acentuadas entre os polos culto e popular do PB. Por fim, observa-se que a comparação entre esses dois polos, no que concerne à combinação do artigo com possessivo, seria melhor realizada entre estudos que considerassem os mesmos grupos de fatores e que fossem realizados a partir de *corpora* na mesma modalidade da língua (aqui compararam-se dados de fala culta com textos escritos representativos do português popular).

6.3 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, esboçaram-se duas análises comparativas com os dados analisados nesta dissertação e resultados dos estudos de Floripi (2008) e Callou e Silva (1997). Se pelos fatores apontados no decorrer das análises as observações feitas não são conclusivas, elas servem, ao

menos, como modelo para comparações futuras, mais detalhadas e que atentem, dentre outros fatores, para os aspectos sugeridos ao final de cada comparação.

No início desta seção foram propostas as seguintes questões:

- i) A combinação do artigo com possessivo nas cartas baianas pode ser interpretada como um processo de competição entre gramáticas, apesar das limitações da amostra, tais como a quantidade reduzida de dados e sua má distribuição por décadas?
- ii) Considerando os resultados de Callou e Silva (1997), com dados de fala culta disponibilizados pelo projeto NURC, e o que foi observado nesta dissertação para as cartas representativas do português popular, é possível estabelecer semelhanças entre as variedades culta e popular do PB no que concerne à combinação do artigo com possessivo?

Relativamente à primeira questão, argumenta-se que, diante das limitações da amostra, não parece adequado lançar mão do conceito de competição de gramática para entender o comportamento do fenômeno nos dados examinados. Quando se completar a linha cronológica da combinação do artigo com possessivo no PB, será possível observar a existência ou não de competição nessa variedade do português, atentando-se, é claro, para possíveis variações regionais.

Sobre a segunda questão, observando-se os fatores que foi possível comparar, parece haver mais semelhanças que diferenças entre os contextos relevantes para a combinação do artigo com possessivo em dados do PB culto e popular. No que concerne ao condicionamento semântico, nas duas variedades, os nomes com referentes humanos marcam menos o artigo. Por outro lado, categorias que podem ser possuídas tendem a realizar mais esse determinante. O comportamento do grupo *preposição* sugere que as duas variedades do PB são sensíveis à realização de uma preposição antes do pronome possessivo (preposição que contrai eleva a presença do artigo). O contexto sintático parece atuar de forma diversas entre as variedades comparadas, mas é possível que essa diferença seja apenas superficial se se considerar o tipo de preposição que antecede o possessivo (se contrai ou não com o artigo).

Na seção seguinte, comenta-se a (não) variação do artigo diante de antropônimos no *corpus*.

7 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DOS ANTROPÔNIMOS NO *CORPUS*

Foram levantadas no *corpus* 275 ocorrências de antropônimos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido (apêndices C e D). No entanto, não se identificou variação da presença do artigo definido nesse contexto, sendo a ausência do determinante categórica. Nesses 275 dados, o antropônimo é núcleo do sintagma em que é realizado.

Além dos casos em que ocupam a posição de núcleo do sintagma, no *corpus* analisado, os antropônimos ocorreram também em contextos em que exercem a função de aposto designativo, conforme os exemplos abaixo:

- (128) [...] Sir Deus| quizer u senhor| pergi mais| Ø conpadi| **Zacarias** [...] (AFS- 15);
 (129) [...] lenbarnça A| Ø conmadi| Almerinda [...] (AFS- 15);
 (130) [...] compadi pitanga u senhor|receiba um ricibo nu| cartorio di Ø donna **Forizete** [...] (AFS- 22);
 (131) [...] João dei muita lembransa| aØseu **fernandes** i todos deles iu| Pessoal di Juse virgino [...] (GOR- 28);
 (132) [...] mande u Dinhero por Ø tio| **Sinezio** [.] [...] (SFS-41);
 (133) [...] não deu pra fazer| o que Ø tia **Elizabete**| queria [...] (DCO-46).

Optou-se por contabilizar esses casos separados das demais ocorrências de antropônimos uma vez que não está claro se a presença/ausência do artigo nesses dados relaciona-se ao antropônimo em si ou ao nome núcleo do sintagma. Nos exemplos arrolados acima, os núcleos dos sintagmas são, respectivamente, “conpadi”, “conmadi”, “donna”, “seu” (considerado aqui uma variação de senhor), “tio” e “tia”.

Identificaram-se, no *corpus*, 80 realizações de antropônimos com função de aposto designativo, quatro em envelopes e 76 no corpo das cartas. Desse total, apenas seis foram precedidas pelo artigo definido, o que corresponde a 7,5% de marcação do artigo com antropônimo aposto designativo. As ocorrências de antropônimos em função de aposto designativo precedidas por artigo foram as seguintes:

- (134) [...] madro dizre Agora Au Cero **Josê** ipere| ceu Amigro João dos Santospelo u Cão Juau [...] (JS- 62);

- (135) [...] i li Gea qui [.]Sifrodi manda a vosmece| i o Senhor **farnani** [...] (FP- 78);
- (136) [...] Dei [.]Gea ao Senhor **farnani**[?] eu mando i mai [...] (FP- 78);
- (137) Au Codado do Senhor| **Dimas** fertas Riação| de Jocuipé (MC- 37);
- (138) Para ser emtregue| Ausenhor **Juão** Carneiro| di Oliveira [...] (GOR- 29);
- (139) Os cuidados du s Senhor | **Sinezio** Zifirinho da| Silva| (AFS-18).

Observa-se que em todos os casos é a palavra *senhor* que ocupa a posição de núcleo do sintagma. O número reduzido de dados não permite que se façam afirmações conclusivas. Esses casos sugerem apenas que há um estímulo à realização do artigo em apostos designativos quando o núcleo do sintagma é um nome que denota maior formalidade.

Em síntese, as realizações de nomes próprios de pessoa não configuram um contexto de variação do artigo definido no *corpus*, sendo a ausência desse determinante categórica. Nos dados em que o antropônimo é aposto designativo, há uma reduzida presença do artigo, do que não é possível afirmar se se trata de um contexto variável para a presença do artigo. Por outro lado, como foi visto da seção cinco, em sintagmas nominais possessivos, o uso do artigo é variável nos dados consultados. E a presença do artigo, nesse contexto, supera sua ausência. Conclui-se, dessa forma, que **relativamente ao *corpus* examinado, a realização do artigo diante de antropônimo e a combinação desse determinante com pronomes possessivos constituem fenômenos gramaticais distintos.**

A seguir, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, a partir do aparato metodológico da Sociolinguística Quantitativa, realizou-se uma análise da variação presença/ausência do artigo definido diante de possessivos, em um acervo composto por 91 cartas pessoais (SANTIAGO, 2012). Identificaram-se, no *corpus* examinado, 334 ocorrências de possessivos em contextos em que é possível a alternância presença/ausência do artigo definido. Desse total, 56,6% foram de possessivos precedidos pelo artigo.

Para análise dessa amostra, consideraram-se cinco questões:

- i) Quais componentes semânticos são relevantes para o uso do artigo nos dados analisados?
- ii) O contexto sintático exerce alguma influência sobre a realização do artigo no *corpus*?
- iii) A realização do artigo nos dados analisados tem um componente morfológico?
- iv) A combinação do artigo com possessivo tem relação com a estrutura do constituinte em que o pronome possessivo é realizado?
- v) O uso variável do artigo definido diante de possessivos tem uma base extralinguística?

Os resultados alcançados neste estudo confirmam as hipóteses levantadas para essas questões, embora nem todos os contextos previstos inicialmente tenham sido apontados como estatisticamente relevantes. A partir dos grupos de fatores selecionados e de suas respectivas análises, foi possível observar que a variação presença/ausência do artigo definido diante de possessivos nos dados analisados é influenciada por:

- **Fatores de ordem semântica**, relacionados à *animacidade*, ao *tipo de elemento possuído* e ao *tipo de substantivo*;
- **Componentes sintático e morfológico**, ligando-se à realização ou não de uma *preposição* antes do pronome possessivo e, em decorrência disso, à *função sintática* dos sintagmas possessivos, além de ser influenciada pela relação entre os elementos do sintagma nominal para marcação do *número* plural;
- **Estrutura do constituinte em que o pronome possessivo é realizado**, tendo relação com a presença de preposição ou de algum modificador no SN;

- **Elementos do contexto extralinguístico**, estando ligado à *naturalidade dos remetentes*, à *data de escrita das cartas*, à *localização do remetente ao escrever a missiva* e, ainda, ao *gênero do redator*.

O estudo comparativo, realizado de modo complementar, embora não possa ser tomado de forma conclusiva, também revelou alguns aspectos da variação do determinante diante de possessivo nos dados analisados. Com esse estudo, observou-se que:

- Considerando o desenvolvimento da marcação do artigo diante de possessivo, os dados das cartas baianas diferem dos dados do PCl analisados por Floripi (2008) tanto em relação à taxa de uso do artigo quanto no que concerne ao comportamento do fenômeno nos contextos analisados. Nas cartas baianas, ao contrário do que foi observado para o PCl, a tendência que se insinua ao longo do século XX é de estabilidade do uso do artigo diante de possessivo. Diferentemente do que foi observado por Floripi (2008), nos textos brasileiros, a marcação do artigo foi maior em sintagmas preposicionados em quase todos os períodos considerados e os nomes relacionais permanecem inibindo a presença do artigo diante de possessivo;
- A comparação entre os dados das cartas, representativas do português popular, e os dados de fala culta do Projeto NURC (CALLOU; SILVA, 1997) apontou mais semelhanças do que diferenças entre os contextos que influenciam a realização do artigo diante de possessivo nas duas variedades do PB.

No *corpus* examinado, não há variação da presença do artigo diante de antropônimo, sendo a ausência do determinante generalizada nesse contexto. Dessa constatação decorre um dos resultados originais desta dissertação: nos dados analisados, a variação no uso do artigo definido antes de possessivos e antes de antropônimos parece configurar fenômenos gramaticais diferentes.

Por fim, pontua-se que, como é natural do fazer científico, alguns aspectos levantados nesta análise demandam mais esclarecidos. Dentre esses aspectos, destacam-se:

- A relação entre o uso variável do artigo definido diante de possessivos e o tipo de substantivo núcleo do sintagma;
- A análise detalhada da estrutura do constituinte em que ocorre o pronome possessivo;

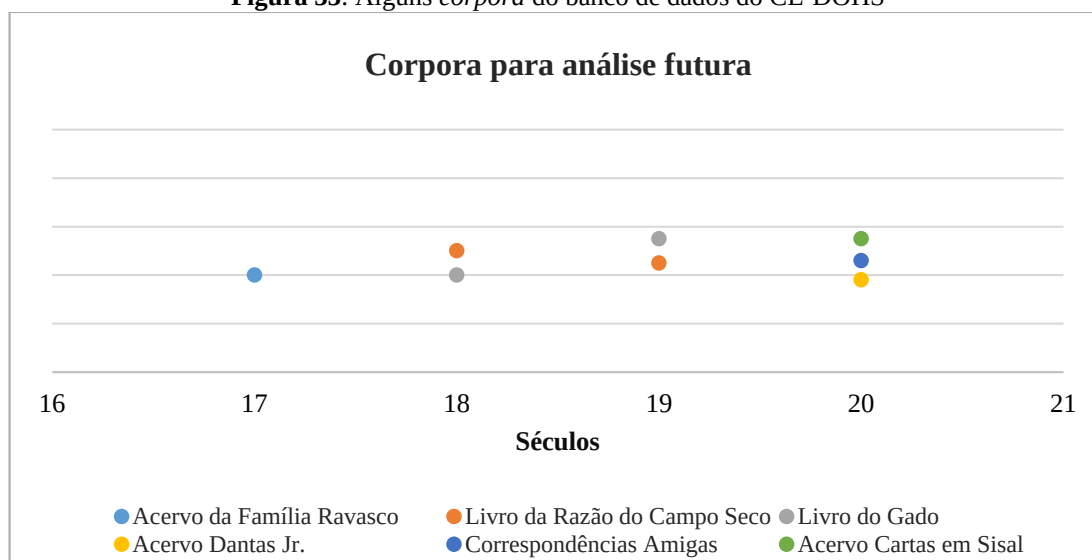
- A base social do fenômeno analisado, sobretudo para observar se se estabelecem diferenças de prestígio entre as formas com e sem artigo.

São muitos também os pontos que ainda devem ser investigados para que se esboce um panorama do uso variável do artigo definido diante de possessivos e antropônimos no PB. Para citar alguns:

- Mapeamento da combinação do artigo com possessivos e antropônimos nas diferentes regiões do país;
- Análises comparativas do uso variável do artigo em dados de variedades do PB culto e popular;
- Investigação do percurso diacrônico da combinação do artigo com possessivos e antropônimos.

Essas, é claro, são agendas de trabalho que demandam o esforço conjunto de muitos pesquisadores. Pretende-se, na continuidade desta pesquisa, colaborar para a execução dos dois últimos pontos citados. Para tanto, conta-se com o banco de dados do projeto CE-DOHS, como demonstrado no gráfico:

Figura 33: Alguns *corpora* do banco de dados do CE-DOHS



Fonte: Elaborada pela autora⁸⁹.

⁸⁹ Alguns desses materiais já estão disponíveis no banco de dados do CE-DOHS. Outros estão em fase de edição:

- O *Livro do Gado* e o *Livro da razão do Campo Seco* são livros de fazenda (Sobre esses livros, ver Lacerda e Carneiro (2016)). O primeiro foi editado por Elaine Brandão, em sua dissertação de mestrado (no prelo),

São esses os materiais que se pretende analisar em desdobramentos posteriores do trabalho. Tal investigação permitirá o recuo no tempo para análise do desenvolvimento do uso variável do artigo no PB e, para algumas fases, o confronto entre as vertentes culta e popular dessa variedade do português. Enfim, muito trabalho ainda está por ser feito. E essa certeza é um impulso para a continuação desta pesquisa, que, espera-se, será realizada em futuro próximo.

desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS. A edição do segundo livro está em fase de conclusão, na tese de Adilson Santos (no prelo), em andamento no âmbito do programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, da Universidade Federal da Bahia;

- O *Acervo da Família Ravasco* é composto, até o momento, por 135 documentos de diferentes gêneros, escritos no século XVII por brasileiros. A edição desse material está em sua fase inicial e é realizada por Lara Cardoso, também no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UEFS;
- O acervo *Cartas em Sisal* é o *corpus* desta dissertação;
- O acervo *Dantas Jr.* é constituído por 242 cartas datadas de 1902 a 1962, a maioria de caráter mais formal. A edição desse material foi realizada por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Marta Carvalho Ferreira Lisboa, Mônica Araújo Cruz, Denise Branco Cerqueira e Eliane Santos Leite;
- O acervo *Correspondências Amigas* é composto por 79 cartas, 25 cartões e duas fotografias. Segundo Almeida, Carneiro e Oliveira (2011), os redatores desse acervo são representantes de um português semipopular ou semiculto. A edição desse material foi feita por Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda; Maiany Soares de Oliveira e Adilson Silva de Jesus.

Para mais informações sobre esses *corpora*, acessar a página do projeto CE-DOHS em: <www.uefs.br/cedohs>.

REFERÊNCIAS

ABNEY, Steven Paul. *The English noun phrase in sentential aspects*, Ph.D. dissertation, Massachusetts: MIT, 1987.

AGUIAR, Ana Gabriela Gomes. *Marcação da definitude em sintagmas nominais de línguas da família Tupi-Guaraní*. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. *A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu*. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-BA: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. 342f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tratamento dos *corpora* de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. v. 6, t. 2. Salvador: EDUFBA, 2006. p.761-780.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de et al (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Pontes, 2007. p. 483-498.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. Tradições discursivas e tratamento de corpora históricos: desafios metodológicos para o estudo da formação do português brasileiro. In: LOBO, Tânia et al (Org.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 589-606.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das *mãos inábeis* em *corpora* histórico-diacrônicos. *Revista da ABRALIN*, v.16, n.2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51997/32039>>. Acesso em: 09 maio 2017.

BAXTER, Alan. Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro: divergências nas vertentes afro-brasileiras. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, v. XIV, p. 79-90, 1995.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. *Bare nouns in the afro-brazilian portuguese dialect of Helvécia, Bahia*. Comunicação apresentada em Curaçao Creole Conference 2004a. Willemstad, Curaçao: Fundashon pa Planifikashon di idioma, 2004a.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. Variação no uso de artigos: uma comparação. In: XX JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. 2004. João Pessoa. *Anais da 20ª Jornada Nacional de Estudos Linguísticos*. João Pessoa: GELNE, 2004b. p. 43-52 Disponível em: <<http://gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2004/PDF/alan%20N.%20Baxter%20e%20norma%20lopes.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 319-330. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

BRITO, Rosana Carvalho. *O uso do artigo definido diante de possessivos e antropônimos em cartas pessoais do sertão baiano: considerações sobre o contexto de aprendizagem*. 2018. Monografia (Especialização em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

BROWN, R. & GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: T. Sebeok (ed.). *Style in language*. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 11-27.

CAMPOS JÚNIOR, Heitor da Silva. *A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba*. 2011. 110f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

CARDINALETTI, Anna. “On the deficient/strong opposition in possessive systems”, em Artemis Alexiadou / Chris Wilder (eds.), *Possessors, Predicates, and Movement in the Determiner Phrase*. Amsterdam / Philadelphia: Benjamins, 17-53, 1998.

CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michal (1999): “A typology of structural deficiency: A case-study of the three classes of pronouns”, em Henk van Riemsdijk (ed.), *Clitics in the Languages of Europe*, Berlin / N. Y.: Mouton / De Gruyter, 145-233.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. Demografia e norma linguística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Editora Arcádia, 2011a.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural*. Salvador: Editora Arcádia, 2011b.

CARNEIRO, Zenaide; OLIVEIRA, Mariana Fagundes; ALMEIDA, Norma Lúcia. *Cartas brasileiras (1809 – 2000): coletânea de fontes para o estudo do português*. Vol. 2 (1902 – 1993). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; SANTIAGO, Huda da Silva; OLIVEIRA, Klebson. *Cartas Brasileiras (1809-2000): coletâneas de fontes para o estudo do português*. Vol. 3 (1906-2000). Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

CARRILHO, Ernestina; PEREIRA, Sandra. Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em português europeu. In: *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2011, pp. 125-139, 2011.

CASTRO, Ana. Possessivo e artigo definido expletivo em PE e PB. *Veredas*, v. 10, n. 1 e 2, 2006.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: JACOBS, Roderick; ROSENBAUM, Peter. (Eds.). *Readings in English transformational grammar*. Waltham, Massachusetts: Ginn, 1970.

CHOMSKY, Noam. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger, 1986.

CHRISTOPHERSEN, Paul. *The Articles. A Study of Their Theory and Use in English*. Copenhagen: Munksgaard, 1939.

COMRIE, Bernard. *Language universals and linguistic typology: syntax and morphology*. Oxford: Blackwell, 1981.

CORDIAL-SIN = MARTINS, Ana Maria. (coord.), 2000-. Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. <www.clul.ul.pt/en/resources/411-cordial-corpus>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CORPUS CE-DOHS. Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB 5566/2010 - Consepe UEFS 202/2010). Coordenado por Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira (UEFS). [Projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro (CNPq. 401433/2009-9 - Consepe UEFS 102/2009). (CNPq. Processo 401433/2009-9/Consepe: 102/2009) Disponível em: www.uefs.br/cedohs. Acesso em: 04 dez. 2018.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 284-306.

CROFT, William. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FLORUPI, Simone. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português*. 2008. 271f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

GALVES, Charlotte; ANDRADE, Aroldo Leal de; FARIA, Pablo (2017, December). *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. URL:

<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip>. Acesso em 05/08/2018, às 11h2min.

GIORGI, Alessandra; LONGOBARDI, Giuseppe. *The Syntax of Noun Phrase*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

GRIMSHAW. *Extended Projections*. Ms., Brandeis University, 1991.

GUY, Gregory. Introdução à análise quantitativa da variação lingüística. In: GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 19-46.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HANDSCHUH, Corinna. Nominal category marking on personal names: a typological study of case and definiteness. *Folia Linguistica* 51 (2), p. 483-504, 2017.

HAWKINS, John. *Definiteness and Indefiniteness: A Study in Reference and Grammaticality Prediction*. London: Croom Helm, 1978.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, Tânia et. al. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6, t. 2. p. 505-527. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/.../ri/.../Para%20a%20historia%20%20Tomo%20II_RI.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic Variation. In: *30th annual meeting of the Chicago Linguistics Society*. Proceedings, v. 2, 1994, p. 180-201.

KROCH, Anthony. Syntactic Change. In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts. USA: BlackWell, 2001, p. 699-729.

LABOV, William. On the use of the present to explain the past. In L. Heilmann (ed.), Proc. of the 11th Int. Congr. of Linguists. Bologna: Il Mulino. 1975. p. 825-851.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Ed.) *Variation Omnibus*. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981. p. 177-199.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos/ tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LACERDA, Mariana; CARNEIRO, Zenaide. Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista). *Labor Histórico*, 2 (1). Rio de Janeiro, p. 151-163, jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4814>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; SANTIAGO, Huda da Silva. Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão: as cartas

de inábeis. *A Cor das Letras*, v. 17, n.1. Feira de Santana, p. 90-98, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1440>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

LEGROSKI, Marina Chiara. *Todo, qualquer, cada*: uma proposta de análise semântica. 2015. Tese (doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LYONS, Christopher. “A possessive parameter”, *Sheffield Working Papers in Language and Linguistics* 2, 98-104, 1985.

LYONS, Christopher. “On the original of the Old French strong-weak possessive distinction”, *Transactions of the Philological Society* 84, 1-41, 1986.

LYONS, Christopher. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *Tradições discursivas*: conceito, história e aquisição. São Paulo: Cortez, 2014.

LONGOBARDI, Giuseppe (1994): “Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form”, *Linguistic Inquiry* 25, 606-665.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, v. 17, n. 1. São Paulo, p. 97-130, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v17n1/a05v17n1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 41-73. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/4/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. In: LOBO, Tânia et al (Org.). *Rosae*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 249-274. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16749/1/Rosae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas*: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, v. 32, n. 2. São Paulo, p. 347-382, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v33n2/1678-460X-delta-33-02-00347.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

MACDONALD, BOCK; KELLY. Word and World Order: Semantic, Phonological, and Metrical Determinants of Serial Position, *Cognitive Psychology*, 25 (2), p. 188-230, 1993. <https://doi.org/10.1006/cogp.1993.1005>.

MACEDO-COSTA, Tatiane. *Determinantes definidos: um estudo sobre a estrutura dos DPs na história do Português*. 2016. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, n.47. Maceió, 2011, p. 123-143.

MARQUILHAS, Rita. *A faculdade das letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. VII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP/FAPESP, 2001. p. 553-555, t. II.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Salvador: EDUFBA, 2010.

MEIRELLES, Letícia Lucinda. A evolução das estruturas dos sintagmas nominais ao longo do Programa Gerativista. *ReVeLe*, v. 5, Belo Horizonte, p. 1-19, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/4335>>. Acesso em 30 nov. 2018.

MENDES, Andréia Almeida. *A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó* – M.G. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MENDES, Fenanda. *Estruturas possessivas: a aquisição de posse inalienável no português brasileiro*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MIGUEL, Matilde. Para uma tipologia dos possessivos. In: *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística. 287-299, 2002.

MORGADO, Sara; LUEGI, Paula; LOBO, Maria. Efeitos da animacidade do antecedente na resolução de pronomes sujeito. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n. 4, p. 190-205, set. 2018. Disponível em: <<https://ojs.apl.pt/index.php/rapl/article/view/40>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

MUSSA, Alberto Baeta Neves. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Anthony Julius. Conclusão. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 179-186.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007a. p. 49-69.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Preenchimento do sujeito pronominal e concordância variável no português brasileiro. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007b. p. 161-177.

OLIVEIRA, Daiane Martins de. *Tudo: multifuncionalidade e definitude*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. 2006. 3v. 1144f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

OLIVEIRA, Klebson. Ajuntamento de fontes para a história do português popular brasileiro: amores, desamores e outras espécies de dores. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. Cunha; GOMES, Luís. (Org.). *Novos tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EDUFBA, 2009a. p. 175-195.

OLIVEIRA, Klebson. Cartas e bilhetes de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião: sociohistória, funções e um *pouquinho* de descrição linguística. In: OLIVEIRA, Klebson; SOUZA, Hirão F. Cunha; GOMES, Luís. (Org.). *Novos tons de Rosa... para Rosa Virgínia Mattos e Silva*. Salvador: EDUFBA, 2009b. p. 117-128.

OLIVEIRA, Luanda Almeida de Figueiredo de. *O Uso Variável do Artigo Definido na Comunidade Rural Afrobrasileira de Helvécia-Ba*. 2011. 127f. Dissertação. (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PALLADINO NETTO, Luiz. *Uma edição de cartas de mercadores portugueses do século XVIII e o uso variável do artigo diante do possessivo*. Tese (doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PETRUCCHI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

PHPB: Projeto Para História do Português Brasileiro. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>>.

RAPOSO, E. B. P. *et al. Gramática do Português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. ISBN 978-972-31-1456-0.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Linguística Galega* 2. Santiago de Compostela, p. 121-139, 2010. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/1511>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. 1987. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1987.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh nad Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. Cartas em Sisal. In: CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes; SANTIAGO, Huda da Silva; OLIVEIRA, Klebson. *Cartas Brasileiras (1809-2000): coletâneas de fontes para o estudo do português: 3 (1906-2000)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011. p. 19-59.

SANTIAGO, Huda da Silva. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTIAGO, Huda da Silva. O estudo do português popular brasileiro: sobre algumas fontes. *Revista Pandora Brasil*. Nº 52 Março de 2013. “Português brasileiro: algumas histórias” - ISSN 2175-3318. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/portugues_brasileiro/huda.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

SANTIAGO, Huda da Silva. Práticas de escrita no sertão baiano: indícios sobre espaços extraescolares de aprendizagem. In: IX Encontro Maranhense de História da Educação: leitura, alfabetização e letramento na História da Educação, 2016, São Luís. *Anais...* São Luís: EDUFMA, 2016.

SANTIAGO, Huda da Silva; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novaes. Fontes para uma sócio-história linguística do português popular: as cartas de mãos inábeis do sertão baiano. *A Cor das Letras*, v. 17, n.1. Feira de Santana, p. 90-98, dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1440>>. Acesso em: 3 jun. 2017.

SANTOS, Lorena Enéas Rosa. *A variação da concordância nominal de número em cartas de inábeis do sertão baiano: (1906-2000)*. 2017. 239f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

SAPIR, Edward. *A linguagem: uma introdução ao estudo da fala*. Tradução de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954 [1921].

SCHEI, Ane. O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do século XIX. *Revista da ABRALIN*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 15-44, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/download/52406/32262>. Acesso em 30/12/17, às 23h11min.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a Influência de três Variáveis Relacionadas na Concordância Nominal em Português. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Introdução. In: NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 17-23.

SCHOORLEMMER, Maaïke. Possessors, Articles and Definiteness. In: *Possessors, Predicates and Movement in The Determiner Phrase*, Artemis Alexiadou & Chris Wilder (eds), 56-86, John Benjamins Publishing Company, 1998.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. 457f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a. p. 120-145.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998b. p. 265-281.

SILVA, Gisele Machline Oliveira e; PAIVA, Maria Conceição. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 335-378.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: INL, 1963 [1951].

SILVERSTEIN, Michael. Hierarchy of features and ergativity. In: *Grammatical categories in Australian languages*, ed. R. M. W. Dixon, 112–71. Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies, 1976.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 155-177.

SOUZA, Emília Helena. A língua e a escola na Bahia no século XIX: um olhar sobre materiais didático. In: Tânia Lobo et al. (Org.). *Rosae: linguística história, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 647-665.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].